

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU*
EM ESTUDOS LINGÜÍSTICOS**

MARCELA LANGA LACERDA BRAGANÇA

**A GRAMATICALIZAÇÃO DO VERBO *IR* E A VARIAÇÃO DE FORMAS
PARA EXPRESSAR O FUTURO DO PRESENTE: UMA FOTOGRAFIA
CAPIXABA**

**VITÓRIA
2008**

MARCELA LANGA LACERDA BRAGANÇA

**A GRAMATICALIZAÇÃO DO VERBO *IR* E A VARIAÇÃO DE FORMAS PARA
EXPRESSAR O FUTURO DO PRESENTE: UMA FOTOGRAFIA
CAPIXABA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em Estudos Lingüísticos da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção de título de Mestre em Estudos Lingüísticos.
Orientador: Prof^a. Dr^a. Lílian Coutinho Yacovenco.

Vitória
2008

MARCELA LANGA LACERDA BRAGANÇA

**A GRAMATICALIZAÇÃO DO VERBO *IR* E A VARIAÇÃO DE FORMAS PARA
EXPRESSAR O FUTURO DO PRESENTE: UMA FOTOGRAFIA
CAPIXABA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em Estudos Lingüísticos da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção de título de Mestre em Estudos Lingüísticos.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Lílian Coutinho Yacovenco
Universidade Federal do Espírito Santo
Orientadora

Prof^a. Dr^a. Célia Regina dos Santos Lopes
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Prof^a. Dr^a. Lúcia Helena Peyroton da Rocha
Universidade Federal do Espírito Santo

Afrâneo Gonçalves Barbosa
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Prof^a. Dr^a. Hilda de Oliveira Olímpio
Universidade Federal do Espírito Santo

A Deus, pela mão forte a me conduzir.

Aos meus pais e minha irmã, toda minha gratidão por me ensinarem
o caminho da honestidade, da paz, da esperança.

A Vinícios, companheiro para todas as horas.

AGRADECIMENTOS

A Lílian Coutinho Yaconenco, minha orientadora, por me mostrar o caminho da pesquisa lingüística, pela amizade, pelo apoio quando mais precisei.

A Maria da Penha Pereira Lins, pelo estímulo à pesquisa, pelas palavras encorajadoras.

A Lúcia Helena Peyroton da Rocha, por acreditar na minha carreira acadêmica, por sua humanidade, por me transmitir esperança.

A Hilda de Oliveira Olímpio, pelo exemplo de competência, de profissionalismo e de conhecimento, pela prontidão em nos atender.

A Catarina Vaz Rodrigues, por sua contribuição para o entendimento da ciência Lingüística.

A Virgínia Beatriz Baesse Abrahão, por me mostrar novos olhares sobre o mundo.

Ao grupo D&G (Discurso e Gramática) por tantas dúvidas dissipadas. Especialmente, ao professor Mário Eduardo Martelotta, pela presteza, pela simplicidade, e por tanto me socorrer durante esta pesquisa.

Aos colegas Arlene, Celi, Elaine, Emanuely, Enoch, Ilione, Joseane, Karen, Kátia, Luciana, Ludmila, Mônica, Ruth e Tatiany, sem os quais essa jornada teria sido muito mais difícil.

Aos funcionários do Departamento de Lingüística, sempre atentos para o bom funcionamento do curso.

À CAPES e PETROBRAS, pela bolsa de estudo, permitindo-me esse passo acadêmico.

À minha família, pela formação recebida, por me ensinar a olhar com esperança para a vida e, principalmente, por compreender minha ausência durante todo o curso de mestrado. Especialmente, agradeço a meu esposo Vinícios, meu amigo, meu amor, meu companheiro, presente em todos os momentos da minha jornada.

Não consigo registrar aqui minha eterna gratidão a todos esses. Obrigada, Senhor da Glória, por todos que colocou em meu caminho.

Emergente é conceito elástico. Em sociedade, é sinônimo de novo-rico. Em economia, batiza os países cuja explosão de desenvolvimento ainda não os levou ao primeiro escalão mundial.

Em gramática, há também os emergentes do idioma. São os recursos incorporados recentemente como gramaticais, sempre bom pretexto de desacordo entre especialistas.

(Alex Sander Alcântara. *Revista Língua Portuguesa*. 2007).

RESUMO

Esta pesquisa verifica o estágio do processo de gramaticalização do verbo IR, que tem assumido a função de auxiliar em construções perifrásticas para expressar tempo. Para isso, investiga-se a variação entre as formas *sintética* e *perifrástica com IR* para expressão do futuro do presente. Temos por hipótese que a forma perifrástica já atinge todos os gêneros das duas modalidades da língua, uma vez que já se especializou para codificar tempo. São examinados dois gêneros, tomando-os como prototípicos do *continuun* oral/escrito: *entrevistas* com informantes universitários e *editoriais* de jornal. Partindo de uma orientação teórica Funcionalista, num quadro mais geral, concebe-se a língua como flexível ao uso, passível de influências cognitivas, sociais e também individuais, embora haja nela forças que atuam no sentido de regularizar a estrutura. Seguindo algumas pesquisas que têm se mostrado frutíferas, o modelo funcionalista estará em diálogo com outro modelo que procura dar conta da heterogeneidade estruturada da língua e de seus processos de mudança: a Teoria Variacionista. Num quadro mais específico, os fundamentos que orientam a pesquisa são os da Gramaticalização. Os dados extraídos dos gêneros selecionados serão submetidos ao programa computacional *GOLDVARB 2001* e, em seguida, interpretados à luz das teorias lingüísticas que fundamentam esta pesquisa.

Palavras-chave: Verbo IR, Gramaticalização, Futuro do Presente.

ABSTRACT

This research verifies the process of grammaticalization of the verb TO GO, that has assumed the function of auxiliary in periphrastic constructions to express time. For that, the variation between the synthetic and periphrastic forms with TO GO to express future is investigated. As a hypothesis, we assume that the periphrastic form already reaches all the text genres of the two modalities of the language, once it has already been specialized to codify time. Two genres are examined, taking them as prototypical of the verbal/written *continuum*: *interviews* with university informers and *editorials*. Relying on a Functionalist theoretical orientation, in a more general picture, language is conceived as flexible to the use, liable to receiving cognitive, social and also individual influences, even though it has in it forces that act to regulate its structure. Following some research projects that have seemed to be fruitful, the functionalist model will be in dialogue with another model that deals with the structuralized heterogeneity of the language and its processes of change: the Variation Theory. In a more specific picture, this research relies on the Grammaticalization Theory. The data collected from the selected genres will be analysed with the help of the computational program *GOLDVARB* and, after that, interpreted in the light of the linguistic theories that form the basis of this research.

Keywords: Verb TO GO, Grammaticalization, Future.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Ponto de referência	29
Quadro 2: Distribuição dos Informantes do Projeto “O português falado na cidade de Vitória”.	82
Quadro 3: Características dos informantes selecionados nesta pesquisa.....	83
Quadro 4: Principais verbos irregulares, em editoriais, em construção perifrástica.....	114

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Distribuição geral das formas analisadas nos <i>corpora</i>	89
Tabela 2: Freqüência de ocorrência de perífrase com morfologia de futuro.....	103
Tabela 3: Freqüência de ocorrência de perífrase com IR + modal + verbo principal	104
Tabela 4: Freqüência de ocorrência de construções perifrásticas nas entrevistas, considerando o grupo de fatores EXTENSÃO LEXICAL DO VERBO PRINCIPAL	106
Tabela 5: Influência do grupo de fatores EXTENSÃO LEXICAL na escolha das variantes de futuro do presente nos editoriais.....	106
Tabela 6: Influência do grupo de fatores EXTENSÃO LEXICAL na escolha das formas de futuro do presente (sem os verbos modais, <i>ser</i> e <i>ter</i>).....	108
Tabela 7: Influência do grupo de fatores EXTENSÃO LEXICAL, nos editoriais, para a escolha de perífrase com IR no futuro	110
Tabela 8: Freqüência de ocorrência de construções perifrásticas nas entrevistas, considerando o grupo de fatores PARADIGMA VERBAL.....	112
Tabela 9: Influência do grupo de fatores PARADIGMA VERBAL na escolha de perífrase com IR no presente.....	112
Tabela 10: Influência do grupo de fatores PARADIGMA VERBAL na escolha de forma sintética.....	113
Tabela 11: Influência do grupo de fatores PARADIGMA VERBAL na escolha de perífrase com IR no presente (sem modais, <i>ter</i> e <i>ser</i>).....	114
Tabela 12: Influência do grupo de fatores PARADIGMA VERBAL na escolha de forma sintética (sem modais, <i>ter</i> e <i>ser</i>)	114

Tabela 13: Influência do grupo CONJUGAÇÃO VERBAL na escolha da forma de futuro do presente nos editoriais.....	117
Tabela 14: Frequência de ocorrência de perífrase nas entrevistas, considerando o grupo de fator CONJUGAÇÃO VERBAL.....	118
Tabela 15: Influência do grupo CONJUGAÇÃO VERBAL na escolha da forma de futuro do presente nos editoriais, sem as ocorrências de <i>ser</i> , <i>ter</i> e auxiliares modais.....	118
Tabela 16: Frequência de ocorrência de perífrase nas entrevistas, considerando o grupo de fator NATUREZA SEMÂNTICA DO VERBO PRINCIPAL....	123
Tabela 17: Influência do fator NATUREZA SEMÂNTICA DOS VERBOS para a ocorrência das formas nos editoriais.....	124
Tabela 18: Influência do fator NATUREZA SEMÂNTICA DOS VERBOS para a ocorrência das formas conservadora x forma inovadora, nos editoriais, desconsiderando os modais e os verbos <i>ser</i> e <i>ter</i>	125
Tabela 19: Influência do fator MARCA DE FUTURIDADE FORA DO VERBO para a escolha de forma sintética nos editoriais: rodada geral.....	129
Tabela 20: Influência do fator MARCA DE FUTURIDADE FORA DO VERBO para a escolha de perífrase com IR no futuro, nos editoriais: rodada geral...	129
Tabela 21: Frequência de ocorrência de perífrase nas entrevistas, considerando o grupo de fator MARCA DE FUTURIDADE FORA DO VERBO.....	131
Tabela 22: Influência do grupo de fatores PARALELISMO na escolha de forma perifrástica no presente, nos editoriais.....	134
Tabela 23: Influência do grupo de fatores PARALELISMO na escolha de forma sintética, nos editoriais.....	135
Tabela 24: Influência do grupo de fatores PARALELISMO na escolha de perífrase no futuro, nos editoriais.....	135
Tabela 25: Frequência de ocorrência de perífrase nas entrevistas, considerando o grupo de fator PARALELISMO.....	136

LISTA DE GRÁFICOS

- Gráfico 1: Distribuição das formas de futuro nos dois gêneros analisados..... 90
- Gráfico 2: Percentuais de ocorrência das formas *sintética e perifrástica* amalgamadas 91
- Gráfico 3: Comparação dos resultados da frequência de ocorrência de forma perifrástica e sintética nos editoriais da década de 70, 90 e do ano de 2006..... 92
- Gráfico 4: Distribuição das ocorrências das formas nos editoriais a partir do confronto dos fatores CONJUGAÇÃO VERBAL e EXTENSÃO LEXICAL DO VERBO PRINCIPAL. 119
- Gráfico 5: Distribuição das ocorrências das formas de futuro, considerando a NATUREZA SEMÂNTICA DO VERBO PRINCIPAL: Rodada geral..... 126
- Gráfico 6: Distribuição das ocorrências das formas, considerando a NATUREZA SEMÂNTICA DO VERBO PRINCIPAL: Rodada sem os modais, *ser* e *ter*.....126
- Gráfico 7: Distribuição dos dados de forma sintética e perifrástica com IR no futuro, nos editoriais, de acordo com a presença/ausência de MARCA DE FUTURIDADE FORA DO VERBO..... 130

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
1 . O OBJETO DE ESTUDO: A GRAMATICALIZAÇÃO DO VERBO <i>IR</i> E A VARIÇÃO NA EXPRESSÃO DO FUTURO DO PRESENTE	21
1.1 O VERBO IR: UM CASO DE POLISSEMIA	24
2. CATEGORIAS VERBAIS E A NOÇÃO DE FUTURO: DO LATIM AO PORTUGUÊS	27
2.1 UM HISTÓRICO DA CONSTITUIÇÃO DO FUTURO VERBAL	32
3. TEMPO COMPOSTO OU CONSTRUÇÃO PERIFRÁSTICA?	37
3.1 VISÃO DOS GRAMÁTICOS TRADICIONAIS	37
3.2 VISÃO DOS LINGÜÍSTAS.....	39
4. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	44
4.1 SOCIOLINGÜÍSTICA VARIACIONISTA.....	44
4.2 FUNCIONALISMO	47
4.3 CONSIDERAÇÕES SOBRE A GRAMATICALIZAÇÃO.....	49
4.3.1 A DEFINIÇÃO DE LÍNGUA E GRAMÁTICA	51
4.3.2 A DEFINIÇÃO DE LÉXICO, DISCURSO E SEMÂNTICA	53
4.3.3 GRAMÁTICA E COGNIÇÃO NA FORMAÇÃO DE AUXILIARES	56
5. O FUNCIONAMENTO DA GRAMATICALIZAÇÃO	64
5.1 ESTÁGIOS.....	64
5.1.1 SINTATICIZAÇÃO	66
5.1.2 MORFOLOGIZAÇÃO	67
5.1.3 DESMORFEMIZAÇÃO	67
5.2 PRINCÍPIOS	68

5.3 MECANISMOS	70
6. A TRAJETÓRIA DE GRAMATICALIZAÇÃO DE <i>IR</i> EM PORTUGUÊS.....	73
6.1 NOTÍCIAS DO COMPORTAMENTO DO VERBO <i>IR</i> EM OUTRAS LÍNGUAS....	78
7. METODOLOGIA	81
7.1 CONSIDERAÇÕES SOBRE A MODALIDADE ORAL E A MODALIDADE ESCRITA.....	86
8. DESCRIÇÃO DOS RESULTADOS.....	89
8.1 PERÍFRASE COM VERBO MODAL	98
8.2 EXTENSÃO LEXICAL DO VERBO PRINCIPAL.....	104
8.2.1 RESULTADOS	105
8.3 PARADIGMA VERBAL	110
8.3.1 RESULTADOS	111
8.4 CONJUGAÇÃO VERBAL.....	116
8.4.1 RESULTADOS	117
8.5 NATUREZA SEMÂNTICA DO VERBO PRINCIPAL	121
8.5.1 RESULTADOS	123
8.6 MARCA DE FUTURIDADE FORA DO VERBO	127
8.6.1 RESULTADOS	129
8.7 PARALELISMO	132
8.7.1 RESULTADOS	134
9. CONSIDERAÇÕES FINAIS	137
10. REFERÊNCIAS	141

INTRODUÇÃO

“Uma das coisas que aprendemos na escola é que o português veio do latim. Ou seja, que o português é uma língua que não foi sempre o português, não foi sempre como é” (POSSENTI, 2005, p. 37). Apesar da lição ensinada na escola, grande parte dos falantes de nossa comunidade ainda ignora o fato de que as línguas não são imutáveis, rígidas, mas, sim, que mudam constantemente.

O processo de mudança lingüística é resultado da competição de duas forças que atuam sobre a língua (Mollica, 2004, p.12). Uma dessas forças, gerada pelo sistema cognitivo – universal – e lingüístico – de cada comunidade –, bem como pela própria constituição da sociedade, impulsiona o sistema à variedade, seja nos níveis fonológico, morfológico, sintático ou semântico.

A outra força que atua sobre as línguas age, por outro lado, no sentido de garantir a unidade lingüística, de impedir a proliferação desordenada de construções novas a todo instante, pois, se isso ocorresse, acarretaria maior esforço para o processamento da comunicação, ocasionando um “caos” lingüístico.

Da força que impulsiona a língua à variedade, surgem formas lingüísticas que entram em competição para simbolizar a mesma unidade de sentido, embora haja sempre algum traço, quer estrutural, quer social, que as distinga e leve os falantes a optar – nem sempre conscientemente – por uma e abandonar outra, ou a conviver com as formas alternativas, usando cada uma no seu devido contexto.

Por sua vez, a força que impulsiona à unidade lingüística é responsável pela estabilidade, pela regularidade na comunicação. A partir de atos de criatividade lingüística dos indivíduos, os novos sentidos e formas podem espalhar-se em uma comunidade.

Aquilo que foi criado para atender a necessidades específicas, a contextos específicos, passa, então, a funcionar como uma das regras da comunidade, e nisso reside a regularidade, a força que une, que gramaticaliza a estrutura lingüística, tornando em “bem comum” o material que antes era restrito a um indivíduo ou a um contexto estrutural.

A força da unidade também mantém um dos princípios lingüísticos, o da economia. A partir deste princípio, os falantes operam com uma quantidade limitada de recursos lingüísticos, já que todas as vezes que houver necessidade de

produzir sentidos novos, procederão a uma reorganização – estrutural e/ou semântica – do material lingüístico de que já dispõem para atingir seus propósitos comunicativos.

A força conservadora da norma padrão é responsável, em grande parte, pela ilusão de uma língua imutável e homogênea. Entretanto, essa norma também é passível de mudança, embora o processo, esquecido por muitos, ocorra de maneira bem mais lenta que a mudança das demais normas lingüísticas presentes em uma comunidade.

A mudança lingüística, no entanto, não é abrupta, mas lenta, gradual, e exige um período de variação entre formas (Weinreich, Labov, Herzog, 2006, p. 126). Embora a variação lingüística do português do Brasil – e de qualquer outra língua também – quase sempre, seja lembrada com exemplos de variação lexical, há variações fonológicas, morfológicas e sintáticas, que, muitas vezes, são quase imperceptíveis aos usuários.

Um desses exemplos é a variação verbal para expressar o futuro do presente, que, no português do Brasil atual, aparece de três maneiras:

a) na forma sintética – *apresentarei, sairemos*;

b) na forma perifrástica, em que alguns verbos funcionam como auxiliares na construção – *terei de (que) sair, poderei apresentar, deverá sair, irei apresentar, vou sair*.

c) no presente do indicativo, muitas vezes, acompanhado por advérbios que indicam futuridade – amanhã *almoço* com você.

Um dos verbos mais freqüentes na construção perifrástica para expressar o futuro do presente tem sido o verbo IR, funcionando ou com morfologia de forma sintética, no futuro do presente (*irei providenciar, iremos conseguir*) ou com morfologia de presente (*vou conseguir, vamos construir*).

Embora esse verbo integre esse tipo de construção, funcionando como auxiliar, também se realiza na forma sintética (*iremos ao aniversário*), como verbo principal, para a expressão desse futuro.

Estamos, assim, diante de dois fenômenos diferentes, mas com implicações de um sobre o outro: (1) o verbo IR sofre alteração estrutural e semântica,

passando de uma noção espacial para uma noção temporal; (2) uma forma nova, a perifrástica, emerge para expressar futuro do presente.

Esta pesquisa pretende analisar o processo de gramaticalização do verbo IR e a variação entre as formas sintética e perifrástica com IR para a expressão do futuro do presente. As ocorrências de presente para expressar futuro não serão aqui examinadas.

Sobre a gramaticalização de IR, revisitaremos, neste trabalho, os resultados de algumas pesquisas diacrônicas que se dedicaram a buscar o embrião desse processo e convocaremos a discussão sobre a mudança estrutural (verbo principal – verbo auxiliar) e semântica (espaço – tempo) desse verbo.

Sobre a variação entre as formas para expressar o futuro do presente, investigaremos a modalidade oral e a escrita da língua a fim de identificar os fatores que motivam o uso de uma forma ou de outra nesses contextos.

Com esse segundo procedimento, poderemos atestar o grau de gramaticalização de IR e reconhecer se a variação atinge as duas modalidades da língua, impulsionando uma mudança no paradigma verbal, ou se está restrita à modalidade oral, representando um processo de variação estável entre as formas. Quanto mais consolidada estiver a forma perifrástica, mais gramaticalizado estará o verbo IR.

Como representantes das modalidades da língua, dois gêneros foram selecionados: *entrevistas*, representando a modalidade oral, e *editorial* de jornal, representando a modalidade escrita. As entrevistas compõem o banco de dados do projeto “O português falado na cidade de Vitória”, desenvolvido pela Universidade Federal do Espírito Santo. Os editoriais, do ano de 2006, são retirados do jornal *A Gazeta*, publicado no Estado do Espírito Santo.

Para estabelecer um traço comum entre os gêneros analisados, selecionamos apenas as entrevistas com universitários. O cerne desta pesquisa, portanto, é a comunidade capixaba, considerando os falantes com maior grau de educação formal, a partir de dois gêneros prototípicos das duas modalidades.

Para a expressão de futuro, as pesquisas já desenvolvidas têm concluído que a forma sintética ainda é a preferida em textos formais, embora tenha seu uso decrescido consideravelmente nas últimas décadas à medida que a forma perifrástica *ir + infinitivo* entra no sistema como forma alternativa (Oliveira, 2006, p. 112).

Como a escolha das formas de futuro tem sido apontada como condicionada ao grau de formalidade do discurso, nossas hipóteses para esta pesquisa são:

- a) Maior recorrência da forma nova (a perifrástica) nas entrevistas. Dentre as possibilidades de ocorrência dessa forma, esperamos maior frequência da perífrase com IR no presente, pois esse gênero, por ser mais espontâneo, evitaria a perífrase com morfologia de futuro. A variação entre perífrase com IR no futuro ou no presente parece ser dada pelo contexto de formalidade e também pela modalidade: contextos mais informais e da oralidade tendem a favorecer a perífrase com Ir no presente; contextos mais formais e da escrita tendem a favorecer a perífrase com IR no futuro.

- b) Maior ocorrência da forma sintética nos editoriais, seguida de perífrases com IR no futuro, preservando a morfologia mais conservadora. O percentual de ocorrência de perífrase com IR no presente poderá revelar se estamos diante de um processo de mudança ou de variação estável, visto que a morfologia de presente, sendo mais característica da oralidade, encontraria nos editoriais maior resistência.¹

Esta dissertação objetiva, assim, descrever o estágio da gramaticalização do verbo IR a partir da variação entre forma sintética e perifrástica com IR (no presente ou no futuro), na expressão do futuro do presente, contribuindo para a caracterização desse tempo verbal no português do Brasil.

No primeiro capítulo desta pesquisa, definiremos, mais especificamente, o objeto de estudo abordado. Em seguida, demonstraremos a polissemia do verbo IR e como isso favorece o início do processo de gramaticalização.

No segundo capítulo, a partir de uma breve revisão das categorias verbais relevantes para esta pesquisa, faremos um esboço histórico da alternância das formas sintética e perifrástica desde o latim até a constituição da construção IR + infinitivo para indicar tempo na língua portuguesa.

¹ Estas hipóteses foram formuladas a partir da leitura de outras pesquisas já realizadas, como a de Costa (2003), Oliveira (2006) e Tesch (2007), embora estejam adaptadas ao nosso objeto de estudo.

No terceiro capítulo, analisando gramáticas tradicionais e estudos de lingüistas, destacaremos algumas definições de *construção perifrástica*, como é tratada a construção IR + infinitivo.

No quarto capítulo, procederemos à Fundamentação Teórica, em que conceituaremos o processo de gramaticalização, cujo arcabouço teórico se insere no quadro mais amplo do Funcionalismo. Em diálogo com esse quadro teórico está o modelo da Sociolingüística Variacionista, já que a gramaticalização tem início num estágio de variação. Nesse mesmo capítulo, além de apresentarmos considerações sobre os modelos acima mencionados, apontaremos, em subseções, algumas definições relevantes para a pesquisa, como a de língua e gramática, léxico e discurso, bem como a de cognição e sua influência na formação de auxiliares.

O quinto capítulo será destinado às especificações do funcionamento da gramaticalização. Para fins metodológicos, cada uma das etapas e das leis que governam o processo será distribuída em subseções, especificadas em estágios, princípios e mecanismo.

No sexto capítulo, recorrendo a algumas pesquisas já realizadas, traçaremos o percurso de gramaticalização de IR, identificando os contextos estruturais e semânticos que favoreceram o início do processo. Depois, para instaurarmos uma visão mais ampla desse fenômeno, serão pontuadas notícias da gramaticalização de IR em outras línguas já pesquisadas.

O sétimo capítulo será destinado à definição da metodologia empregada, dos fatores de análise, do programa computacional utilizado, bem como dos gêneros selecionados para a investigação. À parte, nesse capítulo, destacamos algumas noções sobre a modalidade oral e escrita.

No oitavo capítulo procederemos à análise. Primeiramente, apresentaremos os resultados gerais da pesquisa, considerando a freqüência de ocorrência das formas pesquisadas nos dois gêneros. Em seguida, destacaremos as hipóteses relativas a cada grupo de fatores selecionados como relevantes para a escolha das formas de futuro do presente. Após essa etapa, os resultados específicos serão detalhados. Ao longo desse capítulo, interpretaremos os dados a partir do arcabouço teórico selecionado.

Nas considerações finais, retomaremos brevemente o tema da dissertação, apontando os resultados gerais obtidos com a pesquisa e prospectando novas

questões a serem investigadas. As tabelas, os gráficos e os quadros produzidos durante toda a pesquisa serão expostos ao longo do texto a fim de facilitar a leitura e a compreensão do objeto de estudo.

1. O OBJETO DE ESTUDO: A GRAMATICALIZAÇÃO DO VERBO IR E A VARIÇÃO NA EXPRESSÃO DO FUTURO DO PRESENTE – MOTIVAÇÕES

Os tempos verbais têm sido objeto de estudo de muitas pesquisas lingüísticas na linha funcionalista nos últimos anos. O que parece motivá-las é o fato de gramáticas tradicionais e, conseqüentemente, o ensino da língua portuguesa no Brasil não considerarem as diferentes formas de expressão dos tempos verbais e ainda selecionarem, para o ensino, apenas as formas mais conservadoras.

Contribuindo para a modificação dessa prática, analisaremos aqui a variação para a expressão do futuro do presente. Na esteira de outras pesquisas, nossa hipótese é a de que uma nova forma integra o paradigma verbal de futuro.

Consideraremos, num quadro mais geral, duas possibilidades para a expressão de futuro do presente: forma conservadora ou sintética (cantarei) e forma inovadora ou perifrástica (vou cantar). Dentre os verbos que integram a constituição da forma inovadora, esta pesquisa analisará apenas o verbo IR, pois esse item tem-se gramaticalizado, reforçando essa construção.

Inicialmente com noção espacial (Vou à faculdade), uma mudança semântica provoca um rearranjo estrutural na cadeia lingüística, e IR passa a funcionar contiguamente a outro verbo. Cristalizado nessa posição, IR tem se especializado para expressar tempo (Vou sair), uma noção mais gramatical, embora não tenha perdido o primeiro sentido, ainda comum na língua.

Estamos, assim, lidando, concomitantemente, com dois processos distintos, mas que se entrecruzam: a gramaticalização de IR para codificar tempo, e a implementação da construção perifrástica com IR para expressar o futuro do presente. Por isso, nesta pesquisa, abordaremos esses dois aspectos.

Mais especificamente, analisaremos três formas: (1) a sintética, (2) a perifrástica com IR no presente e (3) a perifrástica com IR no futuro. As formas aqui analisadas são representadas abaixo:

- (1) Deputados que não comparecerem hoje à sessão da Câmara **terão** o ponto cortado. (Editorial, 13 de fevereiro de 2006).

- (2) (Sobre anabolizantes) – Cê **vai começar** a malhar e não **vai tomar** nada. (Cel. 37, Mulher universitária).
- (3) (Sobre Lula declarar que não cumpre a lei eleitoral e faz campanha 365 dias por ano) – Na direção do PFL alardeia-se que o partido **irá apelar** ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE). (Editorial, 24 de fevereiro de 2006).

As ocorrências acima, retiradas dos gêneros analisados, demonstram as possibilidades do futuro do presente que iremos tratar ao longo desta pesquisa. Estamos considerando que essas formas, observadas isoladamente, representam formas alternativas, variantes, para um mesmo conteúdo gramatical: o futuro do presente.

Se a análise sair da observação de ocorrências isoladas, no entanto, e conseguir apreender uma quantidade significativa de dados, entendemos que as formas deixarão de ser “alternativas”, e será possível identificar nuances semânticas entre uma e outra, além dos fatores que as condicionam.

Todas as vezes que utilizarmos a expressão “formas variantes” ou apenas “formas” estaremos, portanto, considerando *formas que ocupam mesmo lugar na cadeia paradigmática*².

Estamos, assim, trabalhando com a hipótese de que há motivação para a escolha das formas, ou seja, as formas ocupam um mesmo lugar na cadeia paradigmática, mas são selecionadas de acordo com as relações sintagmáticas.

Esse ponto de vista sobre o fenômeno assenta-se em considerações advindas de dois quadros teóricos: Sociolinguística Variacionista, que entende que a variação não é aleatória nem arbitrária, mas é resultado de usos sistemáticos e regulares (Labov, 1983, p. 30); e Funcionalismo, que defende a relação entre gramática e uso (Traugott e Dasher, 2005, p. 6), sendo as formas motivadas de acordo com as funções comunicativas que exercem.

O que os dois modelos acima parecem sugerir é que, na coexistência de formas, fatores lingüísticos, sociais e discursivos selecionam a forma mais

² O termo *variante*, relativo ao campo de estudo da Sociolinguística, parece-nos “traíçoeiro” nesta pesquisa, visto que nossa fundamentação é variacionista e também funcionalista, e reconhecemos, portanto, que há motivação no uso das formas. Afastando a divergência que há entre essas teorias sobre a relação variação/motivação, selecionaremos o que há de comum entre esses modelos para explicar, a partir da observação dos corpora selecionados, como as formas de futuro do presente apresentam valores semânticos diferenciados.

apropriada ao contexto. O uso passa a ser, então, o delimitador das formas. Por isso, uma pesquisa variacionista e/ou funcionalista requer uma análise situada, geralmente em gêneros, visto que, por eles, é possível chegar à relativa estabilidade dos usos.

Se para os sociolingüistas a língua reflete a realidade, no sentido de que há uma correlação entre as variações lingüísticas e as diferenças sociais, para os funcionalistas

[...] a estrutura da língua reflete, de algum modo, a estrutura da experiência. Como a linguagem é uma faculdade humana, a suposição geral é que a estrutura lingüística revela as propriedades da conceitualização humana do mundo ou das propriedades da mente humana (CUNHA *et al*, 2003, p. 30).

De acordo com os dois modelos, a realização lingüística não pode ser tomada como arbitrária, uma vez que sempre dependerá de como os usuários estão “fotografando” a realidade e expressando-a através da língua, ou seja, a realização lingüística é influenciada por questões cognitivas, sociais e estruturais.

Para além da questão filosófica, não estamos considerando uma possibilidade de realidade, mas diversas, cabendo ao usuário o recorte/fotografia delas para a escolha das formas.

Visto por esse prisma, podemos inferir que as formas para a expressão de futuro do presente são motivadas por alguns fatores que serão aqui investigados. Para essa tarefa será necessária uma visão ampla da linguagem, o que requererá, muitas vezes, que ultrapassemos os limites de modelos teóricos e instauremos alguns diálogos ou interseções entre alguns deles para darmos conta – se assim é possível – do fenômeno investigado.

Como bem concluem Paiva e Duarte (2006: 146), essa atitude é

[...] condição prévia ao estudo de qualquer fenômeno de variação e de mudança. A experiência acumulada ao longo dos anos vem demonstrando que a interação, o diálogo se preferirmos, entre a sociolingüística variacionista e teorias voltadas para fatos categóricos é enriquecedora em ambas as direções [...]. (Por isso) a associação entre pressupostos variacionistas e pressupostos funcionalistas se apóia essencialmente num ponto de partida comum: o de que a língua só pode ser entendida nos seus variados contextos de uso.

Ao longo da pesquisa, identificaremos as formas *sintética*, *perifrástica com IR no presente* e *perifrástica com IR no futuro* como S, P e F, respectivamente. Abaixo,

identificamos como a polissemia de IR propicia o início da gramaticalização e destacamos algumas definições para *construção perifrástica*.

1.1 O verbo IR: um caso de polissemia

Mattoso Câmara (2002) considera *polissemia* como “propriedade da significação lingüística de abarcar toda uma gama de significações, que se definem e precisam dentro de um contexto” (p.194). É o que ocorre com o verbo IR na língua portuguesa, já que apresenta matizes semânticos diversos que só se definem contextualmente ou, às vezes, permanecem ambíguos mesmo com a observação contextual.

O processo de gramaticalização do verbo IR parece ter sido desencadeado por esse estágio de ambigüidade (semântica e sintática) por que passa o verbo. Dessa forma, em alguns contextos, ele deixa de ser pleno, com acepção concreta e livre ocorrência na sentença, e passa a funcionar como auxiliar, com acepção mais abstrata e posição mais fixa, acompanhando outra forma verbal no infinitivo. Por ora, interessam-nos algumas definições desse verbo encontradas em alguns dicionários de língua portuguesa.

Ferreira (1999, p. 1135 -1136), após uma longa lista de acepções para esse verbo, apresenta como primeira a seguinte:

[...] passar, mover ou deslocar-se de um lugar para outro, por movimento próprio, impulso imprimido, qualquer mecanismo ou com auxílio de transporte ou veículo: *Carlos viaja e eu vou também; O criado foi com o patrão, transportando as bagagens; O barco ia velozmente.* [Grifo do autor].

Houaiss *et al* (2001, p.1648-1649) também apresentam como primeira definição aquela cuja acepção é de movimento, de deslocamento espacial, para, logo em seguida, apresentarem o verbo IR com outros valores, tais como: (a) atirar-se com ímpeto, investir (*o avião foi contra a torre de controle*); (b) dissipar-se, desaparecer (*foi-se o entusiasmo, foi-se tudo*); (c) ficar para trás, desaparecer (*foi-se o verão*); (d) morrer (*logo ele, que queria viver muito, foi-se antes dos avós*). [Grifo nosso]

Merecem destaque as acepções a seguir, uma vez que já apontam para a noção temporal que o verbo IR pode adquirir. Assim encontramos:

15) estender-se (no tempo); prolongar-se, seguir (*A conversa amena foi pela madrugada adentro*); 16) ter decorrido (certo período de tempo); passar-se (*separaram-se já lá iam três anos*); 17) perfazer ou haver decorrido um número estimado, aproximado de (dias, meses, anos, etc.) (*quando a conheci, a Paula ia pelos vinte anos; Vai para mais de cem anos que o perdi de vista*); 19) Haver diferença ou distância, no espaço, no tempo ou no valor (*do Natal ao Carnaval vão cerca de dois meses; da minha à tua cidade vão dois dias de viagem*) (HOUAISS, 2001, p. 1648-1649).

As acepções e exemplos registram que a noção de tempo está contida no verbo IR. Dessa forma, o mesmo “raciocínio” que é feito para a noção espacial serve à noção temporal: estender-se (no espaço)/ estender-se (no tempo).

Outras acepções encontradas nesse último dicionário dizem respeito às significações que IR assume quando usado como auxiliar, seguido de infinitivo. Segundo uma das definições, estando nesse contexto estrutural (*ir + infinitivo*), o verbo IR, no presente ou no futuro do indicativo, denota ação que se dará no futuro (*ela vai fazer falta*).

Podemos inferir, por essa definição, que os autores compreendem o verbo IR, nesse contexto, com um traço temporal. Logo em seguida, são apontados também alguns valores que denotam intenção ou expectativa do falante sobre o que enuncia, como nos exemplos *Atenção! Vão lançar o foguete* e *Ela vai ficar boa*, respectivamente.

Além do valor gramatical de tempo acima mencionado, o verbo IR, nesse ponto também mais abstrato, é indicador de modalidade, o que nos leva a inferir que há uma estreita relação entre tempo e modalidade, já que essas noções parecem estar superpostas na estrutura perifrástica.

Borba (1976, p. 93) define *perífrase* como “expressão de relações gramaticais por meio de formas livres”, como é o caso do verbo IR na estrutura *ir + infinitivo*, cujo traço semântico mais evidente é de tempo e não de movimento.

Em contraste com o latim, considerado uma língua sintética e flexional, as línguas que fazem largo uso de construções perifrásticas são chamadas de analíticas, apesar de poder haver um círculo de alternância, em algumas línguas, entre as construções perifrásticas e as formas analíticas.

Dubois (1978, p. 464) considera *perífrase* como uma figura de retórica, vinculada à sintaxe, que se apresenta como uma seqüência de palavras que

substituem e definem um termo, parafraseando-o. Assim, considera que a estrutura *Ela ficará boa* pode ser substituída por *Ela vai ficar boa*.

Mattoso Câmara (2002, p. 191) afirma que a perífrase é apresentada “por meio de uma expressão sintática” e que pode ser de dois tipos: lexical e morfológica. Interessa para esta pesquisa a perífrase morfológica, definida como uma locução gramatical em que um termo auxiliar exerce as noções gramaticais apenas, ou significação interna, e deixa as noções semânticas externas para o vocábulo principal. Nas construções perifrásticas, o verbo IR apresentaria, assim, matiz temporal, cabendo ao verbo principal a significação externa.

Essas breves considerações já evidenciam que estamos diante de um fenômeno complexo. Diferenças semânticas tênues estão envolvidas na construção perifrástica com IR. Como definir se a construção perifrástica com IR é mais modal ou mais temporal?

No próximo capítulo, procederemos a uma revisão histórica, do latim ao português, do uso das formas sintética e analítica. Também visitaremos algumas gramáticas tradicionais, bem como alguns trabalhos desenvolvidos por lingüistas, para verificar como percebem a polissemia do verbo IR e como assinalam seu valor temporal e seu comportamento estrutural na função de auxiliar.

2.CATEGORIAS VERBAIS E A NOÇÃO DE FUTURO: DO LATIM AO PORTUGUÊS

Bechara (2004) considera *verbo* “a unidade de significado categorial que se caracteriza por ser um molde pelo qual se organiza o falar seu significado lexical” (p. 209), e, retomando Coseriu (1978) afirma que um lexema não se torna *verbo porque* se combina com morfemas de tempo, aspecto, mas, ao contrário, combinam-se com esses elementos justamente *para* ser verbo (Bechara, 2004: 210).

O autor afirma:

Um estudo coerente do verbo requer o estabelecimento do sistema de *categorias verbais*, isto é, tipos ou funções de formas léxicas mediante as quais se estabelecem as oposições funcionais numa língua. (BECHARA, 2004, p. 210).

Assim, uma breve revisão das categorias verbais mais relevantes para esta pesquisa, *aspecto*, *tempo* e *modalidade*, esclarece a relação que há entre conteúdo gramatical e necessidade comunicativa, elucidando o percurso de criação da categoria de futuro, tal como se apresenta no português atual, e de que maneira o verbo IR assume nova classificação morfossintática e semântica.

Mattoso Câmara (1956, p.16) define *aspecto* como a maneira de perceber o tempo de duração de uma situação específica. Assim, pode ser *pontual*, quando a duração corresponde a um ponto na “linha” do tempo; ou *durativo*, “quando abarca um segmento apreciável”.

Segundo o lingüista, essa categoria era bem delimitada em línguas mais antigas, como o sânscrito e o grego, já que a noção de *tempo* ainda era subsidiária, só se tornando cerne do paradigma verbal nas línguas ocidentais modernas.

Castilho (2002) propõe a categoria de aspecto como uma categoria primitiva em que, na fase de aquisição da linguagem, primeiro nota-se o aspecto, inscrito no campo do simbólico, e depois o tempo, inscrito no campo da dêixis. Por isso, o tempo, que deve ser remetido à situação de fala, também depende da noção de intervalo ou duração, pressupondo o aspecto, embora este não pressuponha aquele (p. 85).

O autor também chama atenção para o fato de que, em português, apesar de ser expresso frequentemente pelos verbos, o aspecto não conta com uma morfologia própria para ser indicado, mas faz-se necessária a combinação de diversos recursos lingüísticos para tal tarefa.

Já em relação à categoria gramatical *tempo*, Vilela e Koch (2001, p. 164) conceituam-na como “categoria realizada exclusivamente pelo verbo”. Para os autores, o tempo ou temporalidade marca não o fluxo do tempo, mas uma seqüência de eventos. Assim, essa categoria funciona como uma estratégia de codificação de tempo, já que línguas naturais podem marcá-lo por meio de outras formas, como lexemas ou pelo próprio contexto.

Ainda segundo esses lingüistas, é preciso destacar a diferença entre *tempo absoluto* e *tempo relativo*. Propõem que tempo absoluto refere-se à relação temporal entre o tempo do discurso e o tempo da ação configurada. O presente do indicativo é apontado pelos autores como um dos tempos que participa dos significados do tempo absoluto, podendo exprimir:

(a) Um presente propriamente dito ou “presente atual”, como em *Eles vêem (agora mesmo / há duas horas) o jogo entre o Brasil e a Bulgária*.

(b) Um “presente futuro”, em que o verbo no presente aponta para uma ação futura, como em *Encontramo-nos amanhã às doze horas no Palácio de Cristal* ou *Encontrar-nos-emos amanhã ao meio dia no Palácio de Cristal*.

(c) Um “presente histórico ou dramático”, em que o verbo no presente indica algo realizado no passado, como em *Em 1950 encontram-se eles já no liceu de Vila Real*.

(d) Um “presente universal”³ ou intemporal, já que não tem relação com o tempo, como em *O homem é mortal*. (VILELA e KOCH, 2001, p.168)

Em (b) encontramos a possibilidade para ocorrência de perífrase com IR no presente assegurar futuridade ao contexto, como verificamos em

(4) Já **vou fazer** vinte anos de casada (célula 46, mulher).

³ Koch e Vilela (2001) ressaltam que esse presente não é propriamente um tempo absoluto, e chamam atenção para outros valores expressos pelo presente, como habitualidade (Ele sai de casa às oito horas todos os dias), interatividade (Ele cria gatos há quase três anos), e outros.

Já o *tempo relativo* refere-se à relação entre dois ou mais acontecimentos, podendo contar com variados recursos lingüísticos para ser expresso, como conjunções e advérbios (Nós visitávamos o museu enquanto ele preparava a conferência), bem como pelo tempo verbal, que pode expressar simultaneidade, anterioridade e posterioridade, apesar de essas noções apresentarem-se mais nítidas com o auxílio dos outros recursos mencionados.

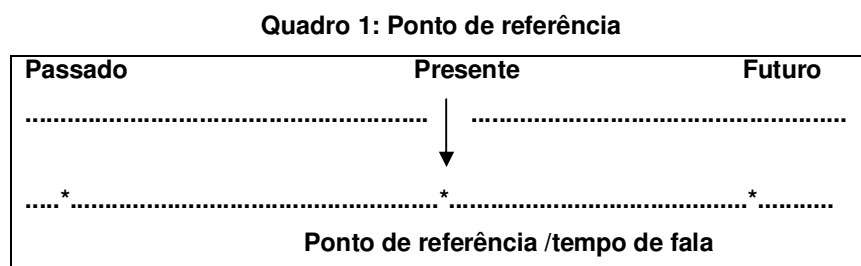
Coan *et al* (2006) entendem também *referência* como uma categoria verbal, já que compõe a significação dos tempos verbais, e é por ela que se determina a interpretação do tempo verbal em português.

Retomando Givón (1984), justificam a importância do ponto de referência para a interpretação temporal em sistemas de tempo verbal, a partir de dois traços fundamentais: a seqüencialidade (sucessão de pontos/momentos) e o ponto de referência (tempo do desempenho do ato de fala).

Os autores complementam:

Nesse sentido, Givón [1993], como Lyons (1997), vê o tempo verbal como parte de um *frame* (modelo/cenário/plano) dêitico de referência temporal que gramaticaliza a relação entre o tempo da situação e o ponto zero temporal do contexto dêitico (momento da fala). (Coan *et al*: 2006, p. 1466)

Para ilustrar a afirmação, Coan *et al* (2006) apresentam o seguinte quadro:



(Coan et al: 2006, p. 1465)

Por ser o tempo da fala o ponto de referência mais comum nas línguas, nas gramáticas tradicionais há uma ambigüidade entre *tempo (tense)*, definido como categoria gramatical que expressa seqüência de eventos (anterioridade, simultaneidade, posterioridade), e *tempo (time)*, definido como entidade experiencial ou construção mental (Santos, 2002).

Sobre a categoria de tempo, Azeredo (2004, p. 126) assim se pronuncia:

O tempo e o espaço são partes substanciais das relações do homem com o mundo. (...) Por isso, a língua que falamos está repleta de recursos para que possamos situar nossas ações em relação aos dois (...). *Eu, você, aqui e agora* não nomeiam indivíduos, lugar e épocas determinados, mas apenas “o indivíduo que fala”, “alguém a quem ele se dirige”, e o “lugar” e a “ocasião” em que ocorre o diálogo. Seus conteúdos não são, portanto, objetivos e externos à fala (...) mas situacionais e exclusivos do ato de fala, fora do qual não podem ser conhecidos. Esta maneira de significar recebe o nome de **déixis** (...) A pessoa que fala (...) “comanda”, por assim dizer, a atividade discursiva, normalmente transformando-a (...) A representação do tempo como categoria da linguagem verbal é parte dessa atividade discursiva, que tem no momento da enunciação (ME) seu ponto de referência principal.

Já a modalidade é definida como “categoria semântico-formal em que intervêm, por um lado, uma hierarquia de meios morfológicos, sintáticos, prosódicos e lexicais e, por outro lado a atitude do falante perante a validade do conteúdo fixado no enunciado”. (Vilela e Koch, 2001, p. 175 -176).

Diretamente relacionado com a categoria de modalidade está a de modo, definida como uma categoria gramatical, já que é por meio dessa que aquela pode ser expressa na língua, dentre outros recursos. Para Santos (2002), a origem greco-latina é que legou ao português esse acoplamento do sistema de modo à modalidade, sendo o *modo* resultante da gramaticalização da modalidade.

Apesar de reconhecer essa estreita relação, Santos (2002) cita alguns autores, como Lyons (1977), Palmer (1986) e Bybee *et al* (1994), que propõem a separação entre modo e modalidade, uma vez que a categoria de modo, além de não ser encontrada em todas as línguas, é gramatical, enquanto a modalidade é uma categoria nocional ou semântica, um domínio conceptual.

O inglês, por exemplo, apresenta alguns verbos para indicar a modalidade – *must, can, may, will* –; no latim e, por herança, no português, verificam-se sistemas de modo: o imperativo, o subjuntivo e o indicativo.

O modo indicativo, considerado o modo *realis* ou da certeza, que indica fatos da existência objetiva (Azeredo, 2004, p. 131), é considerado o modo por excelência ou o modo não marcado. O futuro do presente e do pretérito, embora sejam do campo do provável, também são classificados nesse modo.

Significando inicialmente uma *vontade de fazer algo*, o tempo futuro também se gramaticalizou e, à medida que teve seu uso regularizado e generalizado,

perdeu esse traço de volição. Por um acidente histórico, então, ocorre o enquadramento desse tempo no modo da certeza, o modo indicativo.

Já o modo subjuntivo, definido em oposição ao indicativo como modo *irrealis*, é tradicionalmente entendido como o modo hipotético, fortemente marcado por um matiz modal, sendo até considerado uma categoria conceptualmente vaga.

O modo imperativo, por sua vez, usado para ordem, apresenta-se invariável em relação ao tempo e tem suas formas muito reduzidas. Scherre (2005) desenvolve uma pesquisa variacionista⁴ e constata que grande parte da população brasileira, na modalidade oral, substitui as formas imperativas pelas indicativas para expressar uma ordem.

Por isso um ponto crucial ressaltado por Mattoso Câmara (1956) é a interferência da categoria de modo na categoria de tempo, já que essa última, em sua base, assimila um matiz modal. O autor afirma:

As formas temporais assimilam inevitavelmente um matiz modal na base das compreensões complexas que têm, para a mente humana, as noções de tempo, passado e futuro. Só o presente, a rigor se coaduna exatamente, sempre, com o modo da percepção objetiva, que é o alcance específico do indicativo. (Mattoso Câmara, 1956, p.20)

O lingüista segue afirmando que em relação ao futuro, o traço de modalidade fica ainda mais nítido, já que é o tempo em que impera a potencialidade, a expectativa, a volição. Quando, porém, o futuro se relaciona a uma “asserção franca”, a forma de presente pode realizá-lo. (p.21).

Essenciais para nossa pesquisa, essas últimas considerações, destacando a estreita relação entre modalidade/modo e tempo, nos encaminham para a investigação de constituição do futuro verbal. A pergunta que serviu de título para um artigo, publicado por Santos (2002) motiva a próxima seção: “O futuro verbal é um tempo ou modo?”⁵

⁴ A pesquisa, intitulada *A norma do imperativo e o imperativo da norma: uma reflexão sociolingüística sobre o conceito de erro*, aparece descrita como capítulo do livro *Doa-se lindos filhotes de poodle*, da autora.

⁵ Este artigo foi publicado no VI Congresso Nacional de Lingüística e Filologia Em Homenagem a Celso Cunha, em agosto de 2002, no volume de nº. 8, intitulado *Gramaticalização e Estudos de Gramática*.

2.1 Um histórico da constituição do futuro verbal

Mattoso Câmara (1956) demonstra que a divisão temporal da linguagem não foi sempre tripartida em presente, passado e futuro, conforme conhecemos atualmente.

Diacronicamente, o que havia era uma dicotomia entre presente e passado, em que o presente, lingüisticamente entendido como um “agora psicológico”, possuía caráter cursivo, de prospecção, de prolongamento da atualidade, daí poder abarcar o futuro certo, possivelmente formulado, visualizado.

Conforme vimos acima, nas observações de Vilela e Koch (2001), essa característica do presente não se perdeu, posto que ainda hoje apresenta um uso estendido para o futuro em certos contextos.

Para transportar, porém, a hipótese, a dúvida, a incerteza do que vai acontecer é que surgem formas de futuro distintas das de presente. E Mattoso Câmara (1956, p. 25) assim afirma:

Esponaneamente o futuro surgiu menos como um tempo do que como um modo. O impulso lingüístico que criou um futuro gramatical, não foi o de situar o processo como posterior ao momento em que se fala, mas o de assinalar uma atitude do sujeito falante em relação a um processo assim posterior ao momento da enunciação.

Assim, apesar de no século III a. C o latim apresentar três formas de futuro⁶ em construções sintéticas, para um futuro menos incerto, essas formas vão sendo, gradativamente, abandonadas, já que as formas para expressar um futuro mais volitivo, hipotético ganham força.

Na análise de muitas línguas indo-européias, há construções perifrásticas, em que o verbo auxiliar exprime modalidade, como ocorreu no latim vulgar com a forma preferida *habere*, no presente, + verbo principal no infinitivo, como em *cantare habeo = devo cantar*.

Foi só no século IV que *habere* adquiriu valor de ‘futuro puro’ (Oliveira, 2006), ou um futuro mais gramaticalizado, mais automático e sem o traço inicial de

⁶ (1) Futuros arcaicos, como *faxo, capso*, advindo de futuros normais em –so do grego e do osco-umbro e em –syá do sânscrito. (2) Formas de origem subjuntiva como *erro* e os futuros imperfeitos normais da 3ª e da 4ª conjugação (-ã- na 1ª pessoa do singular e –e nas demais - *legam, leges*, etc., *euniam, uenies* etc. (3) Formas em –bo, como *cantabo*, de raiz indo-européia. Mattoso Câmara, 1956, p. 29.

volição, sendo esse valor pouco comum no latim vulgar. Mattoso Câmara (1975, p.130) comenta:

A concepção de um futuro, em termos temporais estritos, não é própria, de maneira geral, do uso coloquial de qualquer língua. O seu advento resulta de uma elaboração secundária, de ordem puramente intelectual, e o emprego de um tempo futuro, rigorosamente dito, depende de condições especiais de comunicação lingüística, quando pautada mais por um raciocínio objetivo do que por um impulso comunicativo espontâneo. Para este, a noção de futuro está intimamente associada à dúvida, ao desejo, à imposição da vontade e funciona a rigor na categoria de modo.

A partir do momento em que o uso de *habere* fica mais automático, com a consolidação da construção para expressar futuro, esse verbo auxiliar passou a se aglutinar ao principal, gramaticalizando-se e, por volta do século XII, já está aglutinado, surgindo o futuro românico sintético: *cantare habeo* > *cantare hei* > *cantarei* (port.) – *cantaré* (esp) – *chanterai* (fr) – *canteró* (it) (Mattoso Câmara, 1956).

Oliveira (2006), retomando Fleischman (1982), atesta que o primeiro exemplo de futuro sintético aparece no século VII, no ano de 613, na *Crônica* de Fredegar, que trata da origem etimológica popular da antiga cidade de Daras. Correspondendo ao atual *darás*, aparece no seguinte diálogo entre o imperador Justiniano e um rei persa sobre a disputa de terras:

- *et ille respondebat: non dabo.*
 - *Iustinianus dicebat: daras. Ob hoc loco illo, ubi haec sunt, civetas nomen Daras fundata est iusso Iustiniano quae usque hodiernum diem hoc nomen nuncopatur.*⁷

A construção *haver* + infinitivo foi até o século XIX a preferida para concorrer com a forma sintética. Bastante força na modalidade oral da língua - e nosso propósito é verificar se na modalidade escrita também – tem ganhado a forma *ir* + infinitivo, que para Mattoso Câmara (1975) expressa valor aspectual (do que ainda vai acontecer, como em *vou sair, ia sair, fui sair*) e também modal (intenção de fazer alguma coisa) (p. 172). Apesar desses matizes, também considera o valor temporal primordial nessas construções (1956, p. 35).

⁷ ‘- e ele respondeu: não *darei*. – Justiniano disse: *darás*. Por esta razão, nesse local onde esses fatos se passaram, uma cidade de nome Darás foi fundada por ordem de Justiniano, cidade que até hoje é chamado por esse nome’.

Segundo o lingüista é o caráter modal que permite o freqüente uso da perífrase com IR no presente (P) para expressar futuro. O uso dessa construção (IR + infinitivo) no português atual do Brasil não é, no entanto, inédita, mas representa uma repetição do que ocorreu na fase românica.

Nesse período, o futuro tradicional ou sintético foi substituído por construções perifrásticas que marcavam com maior intensidade a modalidade, sendo um dos verbos auxiliares das construções o mesmo tipo de verbo que analisamos: *vadere*.

Isso pode indicar que há uma regularidade, em diversas línguas, no fenômeno da gramaticalização de IR. Para Mattoso Câmara, essa construção perifrástica consiste em uma evolução semântica, em que IR assume o sentido de um “futuro amplo”, referindo-se a qualquer fato posterior ao momento atual e também assume valor modal. O autor argumenta:

(...) é um tempo por vir que se estende do tempo atual sem solução de continuidade, ou, nos termos de EDOUARD PICHON, “um prolongamento dinâmico do nosso presente” (...) Complementarmente, há na significação geral da categoria a coloração modal da intenção do sujeito (...) Trata-se de uma construção muito viva e espontânea do português coloquial. (MATTOSO CÂMARA, 1956, p. 35) [Grifo nosso]

Embora o lingüista afirme que essa construção está presente, com mais intensidade, na modalidade oral da língua, acreditamos que, atualmente, essa construção também se faz presente na modalidade escrita, nos seus ambientes mais formais.

É bom salientar que as considerações do lingüista foram feitas na segunda metade do século XX, o que faz com que algumas já tenham sido suplantadas pelo fato de o fenômeno encaminhar-se para direções diferentes daquelas previstas na época.

A seguir, transcrevemos uma consideração de Mattoso Câmara a respeito da construção IR + infinitivo que parece indicar a mudança de percurso do fenômeno:

É, porém interpretação inadequada dizer-se, como se faz comumente, que se trata de uma substituição do futuro simples. O que substitui futuro simples, na linguagem coloquial, é o presente. As locuções com o presente de *ir* tiram sua motivação e sua freqüência de emprego da significação modal e aspectual que contém. Assim, o que elas substituem

é o presente simples para assinalar a mais a atitude de intenção e expectativa. (MATTOSO CÂMARA, 1975, p. 173)

Ao contrário do que previa o autor, muitas pesquisas apontam a forma perifrástica com IR substituindo o futuro sintético, e não o presente. Gibbon (2000), após coletar 743 dados na fala de Florianópolis, faz uma análise Variacionista que a permite afirmar que:

(...) a perífrase [*ir* + infinitivo] está assumindo o lugar do futuro do presente ou porque sua força de expressão, que envolve modalidade, aspecto e tempo, pressiona o futuro do presente ou porque o próprio futuro do presente está desaparecendo, deixando a função de codificar tempo futuro à espera de uma forma que o assuma, nesse caso, a perífrase (...) (GIBBON, 2000, p. 3).

A afirmação da autora é também corroborada com os dados de pesquisas diacrônicas que demonstram períodos cíclicos de formação de futuro: formas sintéticas > formas perifrásticas > formas sintéticas > formas perifrásticas... (Costa, 2003; Oliveira, 2006).

Assim como as formas específicas de futuro, principalmente as construções perifrásticas que surgem a partir da necessidade de marcar modalidade, a formação da construção *ir* + infinitivo foi desencadeada por contextos estruturais que possibilitaram o traço modal se destacar.

Uma vez fixada nesses contextos, porém, a estrutura vem se gramaticalizando com valor temporal, apesar de que, como a gramaticalização ainda não é completa, a função de codificar tempo ainda não é exclusivamente sua. Todo o contexto estrutural em que ocorre a perífrase, portanto, é relevante para determinar se ela apresenta matiz mais modal ou mais temporal, já que carrega os dois traços.

Entendemos, portanto, que a categoria de futuro pode ser considerada um “tempo modal” ou um “modo temporal”. Por conseguinte, o verbo IR, na construção perifrástica para indicar futuro, só pode ser definido como mais temporal ou mais modal no contexto estrutural em que aparece. Não podemos negar, no entanto, que esses valores parecem estar superpostos, quer pelo caráter polissêmico do verbo IR, que pelos traços semânticos que a perífrase contrai na estrutura em que aparece.

Mattoso Câmara (1956, p. 36) assim conclui:

Para, não obstante, na construção uma ambigüidade intrínseca, que o contexto ou a situação dissipa. Em primeiro lugar, há o matiz da significação modal, conotando a intenção do sujeito; em segundo lugar, o próprio sentido do verbo *ir*, pressupondo um movimento físico, como é apreensível em - "Vou esperar no carro, doutor!". São dois elementos semânticos que apenas podem acrescentar-se à significação temporal básica, ou podem obliterá-la, fazendo então d alocução, respectivamente, uma perífrase modal ou uma construção léxica.

No capítulo seguinte, apresentamos considerações sobre os conceitos de construção perifrástica e tempo composto. Há diferença?

3. TEMPO COMPOSTO OU CONSTRUÇÃO PERIFRÁSTICA?

Uma das confusões presentes nas gramáticas tradicionais refere-se à delimitação do que é tempo composto ou construção perifrástica. Resumiremos, abaixo, algumas motivações para isso e, em seguida, apresentaremos alguns estudos de linguistas sobre construção perifrástica.

3.1 Visão dos gramáticos tradicionais

Said Ali (1966), em *Gramática Secundária da Língua Portuguesa*, não faz distinção entre construção perifrástica e tempo composto. Define como *auxiliar* o verbo que “se combina com as formas infinitas [particípio, gerúndio e infinitivo] de outros verbos para constituir conjugação composta” (p. 69). Temos, assim, o critério sintático subjazendo à definição proposta pelo autor.

Embora não faça distinção entre os conceitos, apresenta os verbos *ser*, *estar*, *ter* e *haver* como os auxiliares mais comuns e nada fala a respeito do verbo IR nessa função.

Cunha & Cintra (1985) também não apresentam distinção entre os conceitos de tempo composto e construção perifrástica e chamam de *locução verbal* o conjunto formado por verbo auxiliar mais verbo principal, fazendo uso, assim como Said Ali (1966), do critério sintático. Os autores também apresentam os verbos *ser*, *estar*, *ter* e *haver* como os de uso mais frequente na locução.

Cunha & Cintra (1985, p. 385) observam:

Além dos quatro verbos estudados, outros há que podem funcionar como auxiliares. Estão neste caso os verbos *ir*, *vir*, *andar*, *ficar*, *acabar* e mais alguns que se ligam ao INFINITIVO do verbo principal para expressar matizes de tempo ou para marcar certos aspectos de desenvolvimento da ação.

Vemos nesse comentário dos autores a consideração de IR poder expressar tempo. O comentário seguinte, no entanto, é o de que esse verbo pode ser empregado com o infinitivo do verbo principal, “para exprimir o firme propósito de executar a ação, ou a certeza de que ela será realizada em futuro próximo”, como em *Vou procurar um médico* (p. 385).

Essa observação destaca o traço de modalidade presente na construção *Ir + verbo principal*, evidenciado, mais uma vez, a tênue linha que distingue tempo e modalidade.

Bechara (2004) denomina locução verbal ou construção perifrástica a combinação “das diversas formas de um verbo auxiliar com o infinitivo, gerúndio ou particípio de outro verbo que se chama principal” (p. 230), fazendo também uso do critério sintático para a definição.

Um pouco mais adiante, no entanto, observa que nem sempre estamos diante de uma locução verbal só pelo motivo de os verbos (auxiliar + principal) estarem numa seqüência sintática. O autor pontua:

Nem sempre a aproximação de dois ou mais verbos constitui uma locução verbal; a intenção da pessoa que fala ou escreve é que determinará a existência ou inexistência da locução. (BECHARA, 2004, p. 233) [grifo nosso]

Por essa observação, podemos perceber uma mistura de critérios para a definição do que é locução verbal, pois além de utilizar o critério sintático, o que nos parece mais coerente para a definição, também utiliza o critério semântico, quando fala em “intenção da pessoa”. Parece-nos que essa última consideração inviabiliza a definição porque não podemos, quase sempre, contar com *a intenção da pessoa que fala ou escreve*, já que não estará presente no momento em que o pesquisador procede à análise.

Bechara (2004), que já havia falado em construção perifrástica ou locução verbal, considera *tempo composto* a combinação de *ter*, *haver* e *ser* com o particípio do verbo principal. Quanto ao verbo IR, cita-o como um auxiliar modal, que juntamente com o infinitivo ou gerúndio do verbo principal, determina “com mais rigor o modo como se realiza ou se deixa realizar a ação verbal” (p. 232). Nesse caso, então, a ação verbal expressa por IR é de “movimento para realizar um intento futuro (próximo ou remoto): *ir escrever, etc*” (p. 232).

Embora a maioria dos gramáticos aponte o verbo auxiliar como um morfema gramatical, ou seja, vazio de conteúdo lexical, Bechara chama a atenção para o fato de que o auxiliar também pode emprestar “um matiz semântico ao verbo principal”.

A observação do gramático parece se aproximar de um dos aspectos da gramaticalização, que é o estágio de *persistência* (Hopper & Traugott, 1993). De acordo com a teoria, a forma gramaticalizada não perde totalmente seu significado lexical, apesar de evidenciar matizes gramaticais.

Pela observação de poucas gramáticas, constatamos que há muitos termos para a construção *verbo auxiliar + verbo principal*, sendo ora chamados de tempos compostos, ora de construção perifrástica ou ambos os termos tratados como locuções verbais. A definição para cada um é, no entanto, vaga e ainda vem acompanhada da problemática da mistura de critérios.

Abaixo, apresentamos as considerações de alguns lingüistas sobre os critérios para a definição de *verbo auxiliar* e de construção perifrástica.

3.2 Visão dos lingüistas

Vilela e Koch (2001, p. 72) apresentam uma definição de verbo auxiliar que parece condizente com teoria aqui adotada. Os autores conceituam:

O verbo auxiliar é o verbo em que o peso gramatical é preponderante, ou porque o verbo se deslexicalizou e reforçou seu peso gramatical (gramaticalizando-se) e necessita de um verbo pleno para funcionar como predicado ou porque o núcleo predicativo é constituído por um nome (ter consideração por), por um adjetivo (ser inteligente).

Os autores, apesar de considerarem uma “apresentação muito geral”, distinguem os seguintes grupos de auxiliares:

- a) Auxiliares de tempos composto (*ter* e *haver*) – *Nem bem tinha acabado de tomar o café da manhã e já estava às voltas com a polícia;*
- b) Auxiliares de modo - expressando necessidade, possibilidade ou desejo - (*ter de/que, dever, poder, querer*);
- c) Verbos copulativos (*ser, estar, ficar, permanecer, continuar*) e verbos copulativos eventuais nas construções *cair de cama, andar de cara feia, etc.*;
- d) Auxiliares de aspecto (= a linguagem perifrástica tradicional) como *começar a + inf.* Ou *começar + gerúndio, etc.* (VILELA e Koch, 2001, p.74) [Grifo nosso]

Embora não justifiquem, Vilela e Koch (2001) parecem diferenciar *tempo composto* (em *a*) de *construção perifrástica* (em *d*). Mais à frente (p. 84), falam em verbos *auxiliares puros* (*ter, ser, haver*) e não falam da ocorrência de IR como auxiliar.

Mira Mateus *et al* (2003) também distinguem *auxiliares de tempos compostos* (*ter* e *haver* seguidos de particípio passado) de *auxiliares aspectuais* (*andar, estar, ficar, ir* e *vir* seguidos de gerúndio). (p. 305). Chamam de *complexo verbal* apenas as construções perifrásticas.

A partir de exemplos, como *A Luísa tem ido ao cinema*, *A Luísa quer ir ao cinema*, *O Antônio vai fumar um cigarro*, *etc.*, as autoras lançam uma questão: como reconhecer se os verbos em seqüência formam um complexo verbal, em que o primeiro é o auxiliar, exprimindo valores lingüísticos, como tempo, modo, etc., e o segundo é o auxiliado, ou se o primeiro verbo da seqüência é um verbo principal que seleciona um complemento infinitivo?

Para responder a questão, as autoras propõem seis critérios de auxiliaridade:

- 1) [...] os auxiliares não têm propriedade de seleção semântica (...); o segundo V [verbo] é que determina os traços semânticos do sujeito. Assim, a construção *A Luísa tem ido ao cinema* é válida, enquanto a construção **A pedra tem ido ao cinema* é agramatical porque é o verbo *ir* de movimento, na função de verbo pleno, que seleciona um sujeito com o traço [+animado].
- 2) Nas construções em que há auxiliar, a segunda parte da construção não pode ser substituída por uma oração completiva precedida do complementador *que*. Assim, temos um complexo verbal em *A Luísa pode ir ao cinema*, já que não podemos formar **A Luísa pode que vai/ia ao cinema*, mas não temos um complexo verbal em *A Luísa quer ir ao cinema*, pois a construção pode ser desenvolvida em *A Luísa quer que a irmã/ela vá ao cinema*.
- 3) Em construções com auxiliar é impossível o emprego de dois advérbios de tempo do mesmo tipo, como em **Ontem a Maria tinha ido ao cinema amanhã*. Em construções em que o segundo verbo é complemento e não verbo auxiliado, no entanto, torna-se possível o emprego dos advérbios de mesma natureza, concomitantemente: *Ontem a Maria queria ir ao cinema amanhã; não sabemos se neste momento ainda tem a mesma idéia*.
- 4) Nos casos de oração com construção perifrástica, só é possível a ocorrência de um advérbio de negação, numa posição à esquerda do primeiro verbo para modificar toda a frase, como em *A Luísa não tinha ido ao cinema (seria*

*agramatical *A Luísa não tinha não ido ao cinema*). Já na construção em que já duas orações, ambas podem conter advérbio de negação, como em *A Luísa não quis ir ao cinema* e *A Luísa não quis não ir ao cinema*.

- 5) Nas construções formadas de auxiliar, o segundo verbo e seus complementos não podem ser substituídos por clítico demonstrativo (*o*) nem por demonstrativos (*isso*). Assim, temos duas orações em **A Luísa tinha ido ao cinema mas a Maria não o tinha/tinha isso* e caso de complexo verbal em *A Luísa quis ir ao cinema mas a Maria não o quis/quis isso*.
- 6) Se a construção tiver um auxiliar, há ocorrência de clíticos adjacentes ao primeiro verbo, a depender das regras de colocação pronominal, como em *A Maria tinha feito os trabalhos – A Maria tinha-os feito; A Maria não os tinha feito*. Se for um caso de estrutura bifrástica, os pronomes são, geralmente, clíticos em relação ao segundo verbo, como em *A Luísa queria abrir a porta – A Luísa queria abri-la*.

(MIRA MATEUS *et al*, 2003, p. 404-407)

As autoras concluem que em caso de construção com auxiliar, há, portanto, unidade sintática, formando um SV. Embora estabeleçam esses seis critérios para identificar construções com auxiliares, reconhecem que há verbos que atendem apenas a alguns deles e por isso devem ser tratados como *semiauxiliares*.

Incluem-se nessa lista os verbos *estar, chegar, começar, acabar, continuar*, classificados pelas autoras como aspectuais, e os verbos *IR* e *haver de*, seguidos de infinitivo, classificados por elas como auxiliares temporais.

É em Pontes (1973) que encontramos um vasto estudo que nos permite dizer se há ou não diferença entre tempo composto e construção perifrástica. Partindo das regras da teoria da gramática transformacional para os auxiliares em inglês, também faz um estudo bem complexo sobre auxiliares em português.

A autora faz uma vasta pesquisa sobre as definições de *tempo composto* e *conjugação perifrástica*, observando a prática de diferenciá-los. Ao examinar gramáticas desde o século XVII, a pesquisadora observa que não há concordância entre os gramáticos para a distinção feita entre esses termos.

Pontes (1973, p.267) organiza os gramáticos consultados nos seguintes grupos:

- a) Aqueles que consideram *tempo composto* apenas as seqüências formadas de TER (e HAVER) mais particípio: Francisco Sotero dos Reis (1871), Julio Ribeiro (1885), Epiphanyo Dias (1959), Gladstone Chaves de Melo (1968);
- b) Aqueles que incluem, entre os *tempos compostos*, os formados com o verbo SER mais particípio: Carlos Góes (1917), João Ribeiro (1926), Mário Pereira de Souza Lima (1937) e Evanildo Bechara (1966);

- c) Aqueles que excluem o verbo SER e incluem ESTAR mais participio entre os *tempos composto*: Eduardo Carlos Pereira (1909);
- d) Aqueles que não explicitam o que considera *tempo composto*: Celso Cunha (1970);
- e) Aqueles que consideram como *tempos compostos* as formações com TER, HAVER, SER, ESTAR: Pacheco da Silva Jr. E Lameira de Andrade (1894).

A lingüista remonta a João de Barros (1957), em sua *Gramática da Língua Portuguesa*, a tradição de distinguir *tempo composto* de *conjugação perifrástica ou locução verbal*, pois este inicia o estudo dos verbos em português fazendo uma lista com os correspondentes verbos latinos. Assim, quando não encontrava em português a forma sintética correspondente à latina, Barros considerava que esta era substituída pelas seqüências verbais ou tempos compostos.

A partir daí, os demais gramáticos passaram a reproduzir a prática de distinguir tempos compostos de construção perifrástica – doravante TC e CP, respectivamente - sem preocupação em justificar tal distinção.

Para a lingüista, essa diferença conceitual não se justifica e, por isso, ela adota uma designação geral para uma seqüência de verbos, qual seja *Locução Verbal* – doravante, LV.

A partir dessa decisão, Pontes analisa algumas obras de gramáticos e lingüistas para depreender os critérios utilizados pelos autores no reconhecimento da LV.

A autora inicia a análise estudando as seguintes obras de Said Ali: *Dificuldades da Língua Portuguesa* (1957), *Gramática Secundária* (1963) e *Gramática Histórica* (1964). Sobre essa análise, Pontes (1973) conclui:

Achamos importante fazer um estudo mais detalhado do pensamento de Said Ali, não só por ter sido quem tratou do assunto mais profundamente, como também porque teve grande influência em autores posteriores (...). Ele é, assim, um marco no estudo deste ponto de nossa gramática: não só reflete uma tradição anterior, porque parte do que ensinam gramáticos anteriores, como apresenta uma visão pessoal e crítica do problema, que tem profunda repercussão posterior: pode-se dizer que depois dele praticamente não houve contribuição original à análise de LV. (PONTES, 1973, p. 25)

De fato, a partir do estudo de Said Ali, nas diversas obras citadas, estão fundamentadas as considerações de Adriano Kury (1960), Rocha Lima (1964) e Evanildo Bechara (1966) sobre o tema.

O próximo estudo que Pontes (1973) destaca é o de Mattoso Câmara, considerando suas diversas obras. A autora, então, conclui que, para o lingüista, LV é uma “combinação de vocábulos semanticamente equivalente a um único vocábulo” (Pontes, p.28). A esse critério semântico, também se junta o sintático, quando o lingüista considera a LV um sintagma, cuja relação entre os termos é de subordinação.

Pontes (1973) destaca, no entanto, que “o critério preponderante na análise deve ser o comportamento sintático dos verbos” (p. 39), derrubando, assim, mais uma tradição gramatical de considerar o estudo das locuções na parte dedicada à Morfologia – tradição devido aos primeiros estudos – quando deveria ser feita na parte dedicada à Sintaxe, já que implica um grupo de palavras (p. 41).

A partir das considerações acima, nossa pesquisa trabalha com a noção de que não há diferença entre *construção perifrástica* e *tempo composto*, considerando-os *locução verbal*.

Esta pesquisa não se aterá, por isso, às discussões em torno da identificação de *seqüências verbais*, posto que nosso tema restringe-se apenas às ocorrências de locuções verbais.

Também já considerando que IR assume a função de auxiliar, investigaremos não a sua relação sintática com o verbo principal, mas os valores semânticos que pode assumir (mais modal ou mais temporal) a partir do verbo principal selecionado ou das relações sintáticas que contraem com os outros termos da oração.

4. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Neste capítulo, apresentaremos as diretrizes teóricas que norteiam o processo de gramaticalização. Na seção 4.1, traçaremos uma visão panorâmica da Sociolingüística, uma vez que é nela que encontramos subsídios metodológicos para o estudo da variação entre as formas que estamos considerando.

Ao lado da orientação variacionista, destacaremos, na seção 4.2, aspectos gerais do Funcionalismo, modelo que busca explicar os fatos lingüísticos a partir da noção de língua como instrumento de interação social. A partir da seção 4.3, destacamos pontos da gramaticalização, considerando alguns conceitos que são aqui adotados.

4.1 Sociolingüística Variacionista

A relação entre linguagem e sociedade pode ser entendida como a base da constituição do ser humano. A linguagem, por isso, só pode ser vista como uma estrutura heterogênea, já que a sociedade também se constitui de heterogeneidades.

Entendida desta forma, podemos afirmar que uma língua é a soma de um conjunto de subsistemas tão variados quanto forem os grupos sociais existentes em uma comunidade. A variação lingüística, portanto, “constitui um fenômeno universal e pressupõe a existência de formas alternativas” (Mollica, 2004, p.10) em cada um desses subsistemas.

A coexistência de formas pode provocar a gramaticalização, isto é, um tipo de mudança lingüística. Por isso, os pressupostos da Sociolingüística são de grande importância para entendermos algumas motivações sociais da gramaticalização.

Sobre a relação entre variação e mudança, bem como qual deve ser o procedimento de um lingüista na investigação de um processo de mudança, Mollica (2004) afirma:

O papel da mudança lingüística é fundamental para os estudos da sociolingüística. Os problemas teóricos envolvidos referem-se aos processos de encaixamento, avaliação e implementação. Antes de tudo, o lingüista deve compreender como se caracteriza uma determinada variação de acordo com as propriedades da língua, verificar seu *status* social positivo ou negativo, entender o grau de comprometimento do

fenômeno variável no sistema e determinar se as variantes em competição acham-se em processo de mudança, seja no sentido de avanço, seja no de recuo da inovação. Em última análise, deve definir se o caso é de variação estável ou de mudança em progresso [...] (MOLLICA, 2004, p. 10).

É por essa estreita relação entre variação e mudança que convocamos, para essa breve reflexão, alguns fundamentos da Sociolingüística.

Esse termo fixou-se em 1964, em um congresso organizado por William Bright, na Universidade da Califórnia, em Los Angeles, que propunha que esse novo campo da lingüística deveria “demonstrar a covariação sistemática das variações lingüística e social” (Alkmim, 2001, p. 28).

Nesse novo campo de estudo, portanto, cultura, sociedade e linguagem tornam-se inseparáveis. É por essa união que a Sociolingüística nasce marcada pela interdisciplinaridade: lingüistas e outros estudiosos formados em campos das ciências naturais, como os antropólogos, trabalham lado a lado na tentativa de descrever e interpretar fenômenos lingüísticos.

Apesar de várias contribuições anteriores, é com a publicação de um estudo sobre a comunidade de Martha’s Vineyard, litoral de Massachusetts, de William Labov, em 1963, que os fatores sociais assumem papel decisivo na explicação da diversidade lingüística.

O pesquisador relacionou alguns fatores sociais, como sexo, idade, ocupação, origem étnica e atitude/julgamento ao comportamento lingüístico, aos fenômenos lingüísticos estudados e, com os resultados, considerou uma tarefa difícil estudar a distribuição social da linguagem sem abordar a questão da estratificação social da comunidade⁸. (Labov, 1983, p. 76).

A partir dessa consideração, Weinreich, Labov & Herzog (1968)⁹ postulam a Teoria da Variação e Mudança, cujo objeto de estudo passa ser a estrutura e evolução da língua dentro do contexto social.

A relação entre variação e mudança, então, ganha destaque, com a ressalva dos autores de que nem toda variação na estrutura lingüística pode ocasionar uma mudança, embora toda mudança requeira um período de variação.

⁸ “Difícilmente podría abordarse la distribución social del lenguaje (...) sin toparse con la estructura de la estratificación social que configura la vida de la ciudad”. (LABOV, 1983, p. 76)

⁹ Esse texto, traduzido por Bagno (2006), e organizado por Lehmann, juntamente com Malhiel, intitulou-se *Directions for Historical Linguistics* e foi publicado em 1968.

Na tentativa de resolver a questão da mudança lingüística, buscando meios para reconhecê-la, os autores sistematizaram cinco *problemas* a serem resolvidos. O primeiro deles foi o *problema das restrições*, que destacava a necessidade de identificar os fatores ou condições que favorecem ou restringem uma mudança.

Inicialmente, essa preocupação levou os autores a trabalhar com princípios gerais e universais. Depois, considerando que restrições universais implicavam uma linguagem isolada, fora do contexto social, os autores abandonaram esses princípios (Lucchesi, 2004, p. 174).

O segundo problema sistematizado, o *problema da transição*, destaca a necessidade de se definir o percurso de uma mudança, com a consideração de que ela se processa em um *continuum* de variação e mudança. Essa consideração parece encerrar a dicotomia sincronia/diacronia, pois rejeita a consideração de estágios discretos da língua.

O *problema do encaixamento*, o terceiro destacado, diz respeito a como a mudança afeta a estrutura lingüística. Entendendo que ela está também encaixada na estrutura social, e que essa não está eqüitativamente distribuída por todos os elementos lingüísticos, é preciso identificar, nesse ponto, o grau de correlação que existe entre a variação social e a mudança, mostrando como o sistema é afetado com o processo (Weinreich, Labov e Herzog, 2006, p.123).

O *problema da avaliação* destaca a subjetividade dos indivíduos, ao reconhecer que eles podem apresentar graus de consciência sobre as formas em variação, prestigiando ou estigmatizando-as.

O último ponto, o *problema da implementação*, diz respeito aos mecanismos de causa e efeito da mudança, com destaque para o “desbotamento” de significação social e alto grau de regularidade no uso da forma nova.

Embora a delimitação (e limitação) desta pesquisa não tenha a pretensão de responder a todos esses *problemas*, esperamos identificar alguns fatores que motivam o uso da construção perifrástica para expressar o futuro do presente e também os fatores que a restringem.

Além disso, com a análise que será feita, esperamos reconhecer, primeiramente, se esse fenômeno se encaminha para uma mudança no paradigma verbal ou se se trata de variação estável e o que essas possibilidades representam para o sistema da língua portuguesa no Brasil.

Como mudança e variação estão interligadas, abaixo são destacadas noções do modelo funcionalista, dentro do qual se inscrevem os pressupostos da gramaticalização.

4.2 Funcionalismo

Denomina-se Funcionalismo o modelo teórico que concebe a linguagem como “instrumento de comunicação e de interação social” tendo como objeto de estudo a língua em seu uso real, não admitindo separação entre “sistema e uso” (PEZATTI, 2004, p. 168).

Além de o Funcionalismo não ser uma teoria monolítica, visto que há uma grande variedade de modelos ditos funcionalistas, cada um com suas peculiaridades, esse termo parece referir-se muito mais a um modo de ver a funcionalidade da língua do que um modelo com corpo teórico e método bem delimitados (Pezatti, 2004, p. 167). Faremos, no entanto, referência ao Funcionalismo com o termo *modelo* apenas para não problematizar essa questão.

A gramaticalização é tratada como um dos principais temas funcionalistas, abordagem introduzida no âmbito da lingüística desde a Escola Lingüística de Praga. Essa escola consiste em um grupo de estudiosos que começou a atuar antes de 1930 em oposição ao Formalismo, enraizado nos propósitos do Estruturalismo.

Enquanto esse último modelo se baseia na abstração do uso, o Funcionalismo atual tenta explicar a linguagem como instrumento de referência à realidade extralingüística em situação comunicativa. Daí a sintaxe, para os funcionalistas, não ser considerada autônoma, mas depender do discurso.

Um traço identificador do modo funcional de ver a linguagem é a visão de prototipicidade. Para o Funcionalismo, as categorias lingüísticas não são entidades discretas, cujo limite entre uma e outra é rígido e inflexível, mas elas se distribuem em um *continuum*, o que as torna passíveis de migração de um ponto a outro.

De acordo com o modelo funcionalista, as formas lingüísticas estariam adequadas a determinadas funções por estarem envolvidas em um processo de comunicação. Esse modelo leva em consideração os seguintes fatores extralingüísticos: características sócio-culturais do falante, com quem ele fala, com

que propósito fala, que informações não-verbais interferem na formação de seu discurso.

O objetivo de um lingüista funcional, então, é explicar por que uma estrutura lingüística se configura de uma forma e não de outra, a partir das motivações internas e externas que cercam tal estrutura. A interface entre Sociolingüística e Funcionalismo parece estar nestas tarefas destinadas a cada um dos modelos: descrever e explicar, respectivamente.

Paiva e Gomes (2000, p. 138) apontam a possibilidade de combinação entre esses modelos justamente pelo “entrecruzamento inevitável entre descrever e explicar”. Analisando etimologicamente esses termos, as autoras demonstram uma interseção semântica entre eles – já que *explicar* é definido como “fazer compreender, fazer ver” uma determinada realidade e *descrever* é definido como “mostrar, fazer ver seu funcionamento” – o que aponta para uma mesma operação entre descrever e explicar uma língua ou subsistema de língua.

Além dessa explicação etimológica, Paiva e Gomes (2000), partindo do fato de que uma teoria funcionalista pressupõe que a função primária da linguagem é a interação entre os indivíduos, incluem a Sociolingüística no conjunto dos paradigmas funcionais.

Outro aspecto que nos parece crucial para a convocação desses dois modelos no estudo da gramaticalização é o fato de que qualquer alteração que ocorra em um subsistema pressupõe um período de ocorrência variável entre as formas em competição. Isso significa que a variação está prevista no sistema lingüístico, e que, portanto, não é aleatória.

Paiva e Gomes (2000, p. 151) assim concluem:

Ao localizarmos os fatos variáveis nos aspectos funcionais do uso da língua, estamos necessariamente circunscrevendo nossa explicação teórica, inserindo-nos em uma visão dinâmica da linguagem como resultado da interação entre forças internas e externas, entre estrutura e função. (...) Mais do que o conflito, necessário e enriquecedor, é necessário buscar, na compreensão dos fenômenos variáveis, o diálogo entre modelos cujas delimitações de objeto e princípios metateóricos se aproximam. É o que se pode verificar na conjugação dos modelos variacionista e funcionalista.

Também o Funcionalismo se aproxima da Sociolingüística em outros aspectos. Ao adotar o princípio de *camadas* (Hopper, 1991), segundo o qual as

línguas apresentam mais de uma forma para desempenhar funções idênticas, a noção de variação de formas reacende a possibilidade de diálogo entre os modelos.

Martelotta (2003, p. 58) cita como exemplo do princípio de camadas o foco de nossa pesquisa: “As formas *falarei* e *vou falar*, por serem possibilidades disponíveis para a expressão do futuro que coexistem na língua, constituem *camadas*” [Grifo nosso].

Gorski *et al* (2003, p.108-109) ressaltam:

Embora mudança e variação sejam contempladas nas duas visões teóricas, há nelas um viés distinto: os estudos de gramaticalização têm por objetivo o percurso de mudança de uma forma (...) ao passo que os estudos variacionistas têm por objetivo a coexistência de formas com um mesmo significado (...). O que as diferencia é o ponto focal (...). Tal fato, entretanto, parece não representar um empecilho para a abordagem integrada dos fenômenos lingüísticos. (...) A possibilidade de um duplo enfoque teórico é respaldada, de um lado, pela prioridade atribuída, em ambas as abordagens, à língua em uso, cuja natureza heterogênea abriga a variação e a mudança; e de outro lado, pela importância dada, tanto pela teoria variacionista, como pelos estudiosos da gramaticalização, ao tratamento empírico com quantificação estatística, especialmente à frequência de uso.

Por esses motivos, reconhecendo as especificidades do Funcionalismo e da Sociolingüística, consideramos que a interface teórico-metodológica dos modelos é pertinente para este tipo de pesquisa.

4.3 Considerações sobre a Gramaticalização

Embora os estudos sobre gramaticalização tenham iniciado no século X, na China e, posteriormente, na Inglaterra e na França, é no século XX que essa abordagem passa a ser entendida como um processo de atribuição gramatical a uma palavra.

Meillet, considerado o fundador dos estudos modernos sobre gramaticalização, foi quem cunhou esse termo. Depois dele, são os estudiosos Benveniste, Sapir e Kurylowicz que se encarregam de seguir os estudos com a tradição de considerar a gramaticalização sob a perspectiva diacrônica. Hopper e Traugott, a partir da década de 70, porém, passam a considerar a gramaticalização

também com enfoque sincrônico, o que equivale a considerar os estudos relativos à mudança lingüística sob o ponto de vista da linguagem em seu uso.

Essa mudança de perspectiva fez com que os processos de gramaticalização passassem a ser vistos como um fenômeno que tem suas motivações advindas do uso da língua, em situações reais, ao mesmo tempo em que o processo de mudança é unidirecional, partindo do discurso para a gramática.

O caráter unidirecional no processo de mudança implica uma restrição aos atos de criatividade do discurso, tornando-o mais fixo, mais regular. Essa regularidade é atribuída a fatores de ordem cognitiva, sociocultural e comunicativa, inserindo os estudos da gramaticalização em uma visão panocrônica, ou num “conjunto de leis gerais, que se fundamenta em bases não estruturais” (Martelotta, 2003, p. 59).

A consideração de que a mudança lingüística é apenas uma sucessão temporal, conforme defendia a visão tradicional, é abandonada para se adotar a perspectiva de que o fator *tempo* é um dos elementos desencadeadores do processo de mudança, mas não o único.

Martelotta (2003) ao refletir sobre a mudança lingüística, assim afirma, em nota de rodapé:

Se de um lado os estudos diacrônicos apresentam evidências da unidirecionalidade da mudança, também levam à constatação antagônica de que o conjunto dos usos atuais de determinados elementos lingüísticos também se encontra em estágios anteriores da língua. A segunda constatação leva-nos irremediavelmente à noção de uniformitarismo ou, em termos saussurianos, ao conceito de pancronia (MARTELOTTA, 2003, p. 59).

Sobre a mudança, Givón (1979) propõe um ciclo funcional de transformações lingüísticas, sendo o ponto de partida o *discurso* em direção à *gramática*, inaugurando, assim, o princípio da unidirecionalidade das transformações lingüísticas, cuja trajetória é, inexoravelmente: *discurso* > *sintaxe* > *morfossintaxe* > *morfofonêmica* > *zero*.

Atualmente, lingüistas brasileiros, como Martelotta, Oliveira, Cunha, Votre, têm aceitado o princípio da unidirecionalidade, mas não relacionando-o às mudanças sucessivas ao longo do tempo, e sim aos aspectos cognitivos, que geram informação para o mapeamento entre domínios conceptuais diferentes.

Neves (2006), porém, destaca que considerações extremadas como essas de Givón (1979) ou como de Du Bois (1993,) em afirmar que 'a gramática é feita à imagem do discurso' mais tarde foram amenizadas, principalmente com Schiffrin (1987), que postulou que a língua ocorre sempre em um contexto, sendo sensível a ele, sempre comunicativa e, redundantemente, projetada para a comunicação, o que quer dizer que é da organização dessas metas que emerge a ação discursiva (Neves, 2006, p. 25)

A gramaticalização, assim, faz com que formas sintáticas ou lexicais assumam funções na organização interna do discurso, sendo os fatores mencionados (de ordem *cognitiva, sociocultural e comunicativa*) os norteadores da mudança lingüística.

Isso implica a consideração de sentidos novos na língua a partir de um uso anterior, ou seja, ocorre uma evolução linear e sucessiva dos elementos lingüísticos, como é o caso da gramaticalização de IR.

Algumas definições sobre termos até aqui utilizados passam a ser esclarecidos, abaixo, em subseções.

4.3.1 A definição de língua e gramática

Há, na literatura atual, uma vasta gama de textos que têm se dedicado ao entendimento do fenômeno da gramaticalização. Em todos eles, há sempre a preocupação de definir sob qual perspectiva teórica esse fenômeno é estudado, pois a delimitação do modelo já revela um pouco da caracterização do fenômeno.

Embora já tenhamos feito isso, ressaltamos que é possível haver divergências teóricas dentro de um mesmo modelo. Esse fato pode ser explicado, por um lado, pela atitude mais extremada ou mais moderada de alguns pesquisadores, a depender da própria formação teórica e histórica em que se encontram, dado que grupos de pesquisadores podem se formar e encaminhar os estudos de um mesmo fenômeno para direções, às vezes, divergentes.

O processo de gramaticalização parece representar um desses fenômenos que, embora estudado pela maioria dos lingüistas dentro de um mesmo modelo teórico, pode ter, em algumas de suas etapas, explicações divergentes, dependendo do lingüista ou do grupo de lingüistas que o descreve.

Castilho (1997, p. 25), por exemplo, argumenta que esse estudo “não se situa claramente numa perspectiva teórica (...) [mas] compõe um plano sistemático de uso dos processos constitutivos da língua, no quadro de uma teoria modular”.

Apesar dessa consideração, muito restrita ao referido autor, a gramaticalização é freqüentemente situada no modelo Funcionalista, que concebe a linguagem como uma atividade sociocultural e a língua como uma estrutura que tem sua forma lingüística determinada a partir das funções comunicativas que desempenha.

Em conseqüência disso, a estrutura é considerada não-arbitrária, motivada por um conjunto de fatores que atuam no ato comunicativo, sendo, portanto, um elemento variável, sujeito à atividade criativa do falante e, por isso, sempre provisório.

Os elementos lingüísticos, por isso, não são classificados aprioristicamente, em categorias rígidas, mas estão em um *continuum* de categorias, afastando-se da noção de categorias discretas para dar lugar à noção de prototipicidade. Uma dada forma será prototípica quando trazer a maioria dos traços que caracterizam a categoria a que pertence, sendo, portanto, mais comum e mais freqüente (Traugott, 2005).

Apesar de o aspecto criativo do discurso ser previsto no Funcionalismo, não se perde de vista o fato de a comunicação pressionar a língua em direção à regularidade. A atuação concomitante dessas duas forças – a da variação e a da regularidade – faz com que as línguas sejam sempre dinâmicas, mas sistematizáveis, não caóticas.

Desse aspecto não-estático da língua e também da gramática, Castilho (2003, p. 20) define a gramaticalização como “um processo de criação lingüística”, pelo qual o falante, a partir do âmago finito da língua, consegue representar suas infinitas experiências, ou seja, a partir de algo de que já dispõe, o falante consegue ativar novos significados, novos rearranjos morfossintáticos e fonológicos sempre que necessário.

A gramaticalização, então, tem início num processo de criatividade individual, partindo, portanto, de uma subjetivação, mas que, pela freqüência de uso dessa nova forma ou desse novo significado, atinge toda a comunidade, tornando-se uma forma objetiva.

Para Votre (1996, p. 28)

[...] os humanos agem intencionalmente em termos lingüísticos, embora nem sempre possamos precisar a intenção ou o propósito específico de cada ato verbal. [...] Razões de economia, eficiência e eficácia levam, naturalmente, os humanos a gramaticalizarem, regularizarem, sistematizarem suas ações verbais, operando com o menor número de signos e de princípios e regras de organização desses símbolos em mensagens.

Outra definição de gramaticalização comumente encontrada na literatura é a de que se trata de um processo em que um item lexical migra para uma classe gramatical ou um item já gramatical se torna ainda mais gramaticalizado, passando a assumir funções na organização interna do discurso.

Até aqui, vimos que as definições convocam uma consideração dinâmica de língua. Além disso, como a gramaticalização é apenas um dos processos de criatividade lingüística, é preciso conceber uma teoria multissistêmica da língua (Castilho, 2003, p. 20), embora essa postura não seja adotada em unanimidade nos estudos sobre gramaticalização, dadas as diferentes perspectivas de análise.

4.3.2 A definição de léxico, discurso e semântica

A partir da noção de língua como um multissistema, Castilho (2003, p. 20) propõe uma representação gráfica da língua da seguinte maneira: ao centro, o léxico, e, ao seu redor, os subsistemas do discurso, da gramática e da semântica.

Para o autor, cada subsistema é independente um do outro – “isto quer dizer que o Discurso não estipula a criação dos sentidos e das estruturas gramaticais” (p. 21) –, porque cada um dispõe de categorias próprias, embora nossa mente opere simultaneamente sobre esse conjunto, não havendo, portanto, necessidade de estabelecer hierarquia entre os componentes.

A diferença desse autor frente aos lingüistas norte-americanos que desenvolvem estudos sobre a gramaticalização parece estar no reconhecimento da noção de categoricidade. Para Castilho (2003) e Traugott (2005), o Léxico se define como um conjunto de traços semânticos – como [+ animado + télico] – a partir de propriedades cognitivas potenciais que são anteriores à enunciação.

Entendo por categorias cognitivas Visão, Coisa, Espaço, Tempo, Movimento, etc., e por subcategorias, digamos, de Visão, Fundo/Figura, de Espaço, a (i) Verticalidade/Horizontalidade/Transversalidade, (ii) a Distância/ Proximidade, (iii) o Continente/Conteúdo, etc. (CASTILHO, 2003, p. 21).

As categorias cognitivas, entendidas como pré-verbais, combinadas aos traços semânticos, que podem ter a influência da comunidade, dão origem aos itens lexicais, que se realizam nas línguas como nomes, pronomes, adjetivos, etc. A cada item corresponde um determinado arranjo de traços, sendo que se o arranjo for alterado, tem-se a origem de uma nova categoria.

Assim, o Léxico é a representação lingüística de um macro nível conceptual que é governado, em partes, por um dispositivo social, porque é baseado nos usos interacionais e, por outro lado, por um dispositivo cognitivo, porque há uma regularidade, algo inato, comum a todos os seres humanos, que são as categorias pré-verbais.

É, portanto, através desse dispositivo sociocognitivo que o falante pode atualizar as propriedades cognitivas e gerar categorias discursivas, lexicais, semânticas e gramaticais. Assim, é possível dizer que todo item lexical apresenta propriedades discursivas, gramaticais e semânticas, sendo fatores de ordem pragmática os determinadores de maior saliência a uma dessas propriedades.

O Discurso, nessa linha, é definido como um “contrato social” que se faz em decorrência dos usos e representa a instanciação de Pessoa, Espaço e Tempo, dando origem às subcategorias discursivas, como turno conversacional, tópico, etc.

A Semântica é definida, a partir de estratégias cognitivas, como um emolduramento da cena, reconstrução metafórica ou metonímica, etc., como “a criação dos significados”, cujas subcategorias resultantes são a referenciação, a dêixis, etc.

Já a Gramática diz respeito às estruturas *razoavelmente cristalizadas* que se fazem presentes nos subconjuntos da Fonologia, da Morfologia e da Sintaxe, dando origem às categorias de classes (palavra, sintagma, sentença), relações (regência, concordância, colocação) e funções (argumentos e adjuntos).

Após essa descrição, a definição de gramaticalização como a migração de um item lexical para um item gramatical parece ficar mais clara: são estruturas de base cognitiva que adquirem características mais estáveis, mais regulares, comuns a grande parte dos falantes de uma comunidade.

Em Martelotta *et al* (1996, p. 45-46), lemos:

[...] como resultado da ação [do processo de gramaticalização] o elemento pode se tornar mais gramatical, ou seja, assumir posições mais fixas na cláusula, apresentando-se mais previsível no que diz respeito ao seu uso [...] pois sai do nível da criatividade eventual do discurso para penetrar nas restrições da gramática.

A regularidade no processo de gramaticalização parece ser, então, assegurada por esse macro nível conceptual cognitivo inato a qualquer ser humano, pois todos terão, por exemplo, senso de movimento.

Esses universais seriam também mais ou menos estáveis – embora sofram alguma influência da cultura – porque nossa experiência humana também é mais ou menos estável. Em várias línguas, por exemplo, o verbo IR, originalmente de movimento no espaço, passa a expressar movimento no tempo, o que pode comprovar uma certa regularidade, ao menos nesse fenômeno.

Traugott (2005) adverte, no entanto, que estruturas cognitivas podem não ser usadas em todas as culturas ou comunidades de uma mesma cultura com a mesma evidência lingüística: uma comunidade pode fazer o percurso *Léxico – Gramática* diferentemente de outra, ou seja, a forma como a conceitualização da realidade será expressa na língua, nas estruturas, pode alterar-se.

Já a criatividade lingüística é decorrente da constante renovação das atividades sociais (Leite, 2005, p. 183), e o que faz com que a língua seja sempre dinâmica é a ação de três níveis.

O primeiro é da ordem do universal, algo imanente, cognitivo a todo ser humano, que é a habilidade de conceituar, por exemplo, orientação espacial em termos de objetos. De acordo com essa categoria, todo ser humano conceitualizaria novos termos seguindo a orientação sempre do mais concreto para o mais abstrato, a partir do seguinte percurso:

PESSOA – OBJETO – ESPAÇO – TEMPO

O segundo nível que governa a criatividade é assegurado pela comunidade, visto que, a partir dessa orientação cognitiva, cada comunidade pode atualizá-la de acordo com suas características socioculturais, regionais, etc. Daí também decorre o fato de uma dada estrutura não ser usada com a mesma evidência lingüística em duas diferentes comunidades, por exemplo.

Já o terceiro nível de criatividade é assegurado pelo próprio indivíduo, visto que pode haver diferenças pessoais de manipulação de conceitos. Assim, por exemplo, se duas pessoas necessitassem representar uma dada experiência mais abstrata, ambas contariam com o recurso da metáfora porque ela é cognitiva, mas o mapeamento metafórico que cada um faria para a representação poderia ser diferente, de acordo com fatores subjetivos.

Traugott (2005) chama a atenção para o fato de que o maior tipo de mudança semântica é a subjetivação. Se esse valor subjetivo, num primeiro momento, se espalhar dentro de um conjunto de normas sociais, em virtude da frequência de seu uso, pode passar a ser objetivo, ou seja, perde o caráter pessoal e passa a representar um sentido coletivo, mais geral, diminuindo, assim, o esforço cognitivo para o uso, tornando a comunicação mais ágil.

Por essas breves noções, temos o processo de gramaticalização assegurado, em parte, por uma regularidade cognitiva – categorias mais gerais, como tempo, espaço, movimento, etc. – e por pressões do próprio sistema lingüístico que atua no sentido de regularizar, de sistematizar sua estrutura a fim de representar um menor esforço para o ato comunicativo.

Por outro lado, temos, na língua, a conceitualização da realidade feita por indivíduos socialmente ativos, indivíduos que atuam na interação e que, por isso, podem criar novos recursos lingüísticos a partir das necessidades comunicativas.

Assim, a relação entre gramática e uso prevê a relação entre interlocutores que não “transmitem” informações, mas negociam sentidos de maneira interativa.

4.3.3 Gramática e cognição na formação de auxiliares

Embora o Funcionalismo não conceba um modelo cognitivista de gramática (Neves, 2006, p. 21), a relação entre esses tópicos é inegável. Essa relação, no entanto, não é um ponto pacífico nos diversos modelos teóricos, já que, na Lingüística, o olhar do pesquisador é que faz o objeto de estudo (Lucchesi, 2004, p. 21).

Como essa relação é de fundamental importância para o estudo da gramaticalização, descreveremos algumas definições de cognição encontradas nas obras de lingüistas de âmbito nacional e internacional, a fim de compreendermos as

nuances entre as concepções e as implicações dessas no estudo da gramaticalização.

Duas posturas se destacam quanto ao entendimento do que seja cognição: uma, que a considera um construto da experiência no mundo, e outra, que a considera um traço imanente, portanto universal.

A consideração de que a cognição é adquirida através da experiência parece fundamentar os estudos mais recentes da Lingüística Textual. Vilela e Koch (2001) postulam que contribuem para o processamento textual três grandes sistemas de conhecimento: (1) o lingüístico, responsável pelo conhecimento gramatical e lexical; (2) o enciclopédico ou conhecimento de mundo, que se refere ao conhecimento dos fatos do mundo ou aos modelos cognitivos “socioculturalmente determinados e adquiridos através da experiência”; e (3) o interacional, que diz respeito às formas de *inter-ação* (p. 460).

Desse modo, esses sistemas de conhecimento seriam ativados, concomitantemente, “por ocasião do processamento textual” (p. 461), por meio de estratégias, entendendo-as como hipóteses operacionais que os usuários da língua fazem na tentativa de compreender os textos orais ou escritos.

As hipóteses estratégicas dependem, portanto, tanto das características textuais, como gênero, tipo, assunto, etc., quanto das características do usuário, como o conhecimento de mundo armazenado, convicções, propósitos comunicativos, etc.

Vilela e Koch (2001, p. 462) afirmam:

Pode-se dizer, portanto, que as estratégias cognitivas, em sentido restrito, são aquelas que consistem na execução de algum ‘cálculo mental’ por parte dos interlocutores. [...] As estratégias de ordem cognitiva têm, assim, a função de permitir ou facilitar o processamento textual, quer em termos de produção, quer em termos de compreensão.

A cognição, nesta perspectiva, portanto, é adquirida – e não imanente – e é formada pela estocagem de informações em uma “memória de longo termo” (MLT) (Koch, 2005, p. 38). Nesse estágio, as informações estão fixadas, de forma permanente, embora não imutáveis, pois a partir de novas experiências, os usuários podem alterar ou ampliar a MLT, representando uma alteração no sistema cognitivo.

Assim, tanto o sistema cognitivo, ou conhecimento geral, quanto o conhecimento de *frames* ou *episódios* interagem continuamente, podendo haver

influência de um sobre o outro. Van Dijk (1989), citado por Koch (2005), chama atenção para o fato de que *episódios* podem adquirir caráter categorial e, portanto, passar a fazer parte da *memória de longo termo*, integrando, assim, o sistema cognitivo.

A conseqüência de se adotar essa perspectiva é a de reconhecer o componente conceptual, mas fora do componente propriamente gramatical, daí a proposta de que a gramaticalização tem início a partir de forças advindas de fora da estrutura lingüística, das necessidades comunicativas decorrentes das experiências humanas.

Já como resultado da consideração da cognição como um traço imanente, na perspectiva funcionalista, postula-se uma relação icônica entre o “empacotamento” cognitivo e o “empacotamento” gramatical. Isso significa que todo indivíduo, ao nascer, já dispõe de estruturas conceptuais básicas, como a noção de movimento, de tempo, de espaço, e, a partir dos recursos lingüísticos à disposição em cada comunidade, codifica estruturalmente os eventos cognitivos.

Neves (1997, p. 99) afirma:

Pode-se dizer, no geral, que, num modelo cognitivista da gramática se supõe que a estruturação das categorias lingüísticas se faz dentro dos mesmos princípios que orientam a estruturação de todas as categorias humanas, por exemplo as perceptuais. Supõe-se, pois, que a teoria gramatical deve ser capaz de dar conta das relações entre as categorias lingüísticas e as categorias cognitivas, considerando uma relação icônica entre os sistemas.

Por essa compreensão, justifica-se o fato de diversas línguas apresentarem diferenças na codificação estrutural de um mesmo evento, e, por outro lado, muitos fenômenos ocorrerem de igual forma em línguas diferentes, como é o caso do verbo IR, que, em várias línguas, passa de uma noção espacial para uma noção temporal.

Heine (1993) afirma que a língua não pode ser explicada satisfatoriamente com referência a variáveis lingüísticas apenas; o que é requerido em adição são parâmetros extralingüísticos relacionados com o *como* nós percebemos o mundo ao nosso redor e como utilizamos os recursos lingüísticos disponíveis para conceitualizar as nossas experiências.

A convocação de fatores externos à língua, juntamente com os internos, para explicar as causas da gramaticalização parece representar a diferença conceitual mais significativa entre uma perspectiva de cognição como construto da experiência

e, em outra, como conjunto de traços imanentes. O que parece haver é uma posição moderada da questão da cognição, já que não se pode negar a influência de fatores extralingüísticos na regularidade da gramática, nem tampouco os padrões comuns de gramaticalização de mesmos eventos em diversas línguas.

Traugott (2005) afirma que as regularidades nas mudanças semânticas são recorrentes e ocorrem em línguas não-relacionadas, o que comprovaria o envolvimento intrínseco de processos cognitivos e comunicativos, pelos quais significados pragmáticos são reanalisados em significados gramaticais.

Assim, a gramática de uma língua seria o elo entre cognição e experiência no mundo, entendendo que enquanto a experiência humana é ilimitada – embora relativamente estável em todas as comunidades – os recursos das línguas são estritamente limitados, por isso a necessidade de gramaticalizar, ou seja, resolver o “problema” de não haver representação para uma experiência ou sentidos novos.

Por essas razões, raramente os indivíduos de uma comunidade inventariam expressões novas, mas estariam lidando com o que já existe, em termos de forma e estrutura. As formas que se gramaticalizam, então, são formas que estenderam o uso de estruturas já existentes, com a finalidade de expressar novos conceitos.

O percurso dessa expansão, de acordo com o princípio da unidirecionalidade da gramaticalização, é que formas concretas sejam utilizadas para entender, explicar e descrever fenômenos mais abstratos. Isso ocorre por meio da metaforização de conceitos, em que um termo usado para um conceito estende-se para referir-se a outro, mais abstrato.

Lakoff e Johnson (2002) postulam que esse mapeamento metafórico entre um domínio-fonte e um domínio-alvo é possível porque nosso pensamento é de base metafórica, o que significa entender *metáfora* como uma operação cognitiva fundamental e universal.

Os autores afirmam:

(...) os conceitos metafóricos podem ser estendidos para além do domínio das formas literais ordinárias de se pensar e de se falar, passando-se para o domínio do que se chama de pensamento e linguagem figurados, poéticos, coloridos ou fantasiosos. Assim, se idéias são objetos, podemos *vesti-las com roupas sofisticadas, manuseá-las, ordená-las bem direitinho* etc. Dessa forma, quando dizemos que um conceito é estruturado por uma metáfora, queremos dizer que ele é parcialmente estruturado e que ele pode ser expandido de algumas maneiras e não de outras (LAKOFF e JOHNSON, 2002, p. 57).

Podemos inferir que há um princípio cognitivo universal e que a diferença ocorre no mapeamento que é feito entre fonte e alvo. Traugott (2005) afirma que o significado de um item é tanto cognitivo quanto comunicativo, pois lexemas são entendidos como representantes de um macronível conceptual, composto de estruturas abstratas, como *movimento*, *lugar*, *condição*, que são mais ou menos estáveis e consistentes na espécie humana, embora sejam passíveis de sofrerem alguma influência.

Heine (1993), no entanto, chama atenção para o fato de que nem a frequência de uso nem a simplicidade conceitual nem a saliência pragmática por si só são suficientes para entender a escolha de um conceito-fonte na transferência conceitual, ou seja, ainda não há uma resposta para as razões que levam o falante a escolher um domínio-fonte e não outro para o mapeamento.

Por isso esse processo de transferência é considerado um ato de criatividade, assegurada por instâncias (1) universal – ou cognitivas –, (2) comunitária e (3) individual.

A criatividade comunitária relaciona-se a diferenças regionais, étnicas, socioculturais, e outras. Isso significa que, embora haja uma cognição imanente, estável, indivíduos de comunidades diferentes podem codificá-la de maneiras também diferentes, a partir dos recursos lingüísticos disponíveis, dos conceitos sociais estabelecidos, das relações entre os indivíduos na comunidade, etc.

A criatividade individual, por sua vez, diz respeito às diferenças de manipulação de conceitos. Indivíduos que tenham uma mesma experiência abstrata podem usar, por exemplo, metáforas diferentes para conceitualizar tal experiência.

Para Givón (1995, p. 122) a gramaticalização é um processo instantâneo, pois a partir do momento em que um item lexical é usado com função gramatical, ele já se gramaticalizou, independente da recorrência desse uso na comunidade. Dessa forma, a motivação para a gramaticalização advém tanto de necessidades comunicativas, como da existência de conteúdos cognitivos para os quais não existem expressões lingüísticas adequadas.

Por essas razões, a gramática de uma língua é interpretada como uma entidade passível de ser modelada pela própria cognição, por fatores externos, pela manipulação pragmática, pela história, etc.

Por conseguinte, como a língua não é estável, embora apresente regularidades, as categorias gramaticais também não podem ser estáveis, fixas,

discretas, mas apresentam-se numa gradação, cujo limite entre uma e outra é apenas um construto teórico.

Esse entendimento levou o Funcionalismo a trabalhar com protótipos de categorias, conforme definimos anteriormente. Para nossa pesquisa, é relevante a consideração de que, num contínuo de gramaticalização, verbos auxiliares derivam de verbos plenos.

Afirmando que as estruturas cognitivas para projetar o mundo são de número limitado, Heine (1993) apresenta a visão funcionalista da formação de auxiliares a partir de *esquemas de eventos*, entendidos como esquemas cognitivos, formando uma base semântica, que envolve uma proposição e dois participantes, em geral, como “X pegou Y”.

Esses esquemas dariam conta de uma série de fatos experienciais, pois eles ficam registrados em nosso modo de apreender o mundo. Para o autor, os auxiliares são formados a partir de verbos que codificam nove esquemas universais que formam todos os auxiliares, em todas as línguas, a saber:

Conceptual form	Proposed label
a- X is at Y	Location
b- X moves to/from Y	Motion
c- X does Y	Action
d- X wants Y	Volition
e- X becomes Y	Change-of-state
f- X is (like) a Y	Equation
g- X is with Y	Accompaniment
h- X has Y	Possession
i- X stays in a Y manner	Manner

Esses esquemas de eventos, embora limitados, podem ser origem para outros esquemas, sendo os esquemas de localização, de movimento e de ação os mais produtivos.

O esquema que nos interessa aqui é o de movimento, que, comumente, gera a categoria de tempo futuro, sendo o exemplo típico “be going to”, do inglês, correspondendo a “estar indo para”, do português.

A partir desses esquemas cognitivos, um conceito de origem transita para um conceito-alvo, gradativamente, o que gera, em alguns estágios da transferência, uma ambigüidade, principalmente na formação de auxiliares, o que segundo Heine é um passo necessário na reanálise dessa categoria.

Para Neves (1997), além dessa nova saliência semântica, há que se considerar uma nova relação sintática em formação, em que determinados elementos deslizam de um tipo de construção para outro tipo. É o ocorre com as construções abaixo:

- a) Vou à Ufes.
- b) Vou falar com o professor.
- c) Vou estudar.

Na primeira construção (Vou à Ufes), há a noção de movimento, de deslocamento. Já na segunda construção (Vou falar com o professor), o que ocorre é uma ambigüidade entre as noções de movimento (vou *me deslocar* para falar com o professor) e tempo (vou *mais tarde, daqui a pouco, depois* falar com o professor, podendo, então, com esse sentido, ser substituída a perífrase – vou falar - pela forma sintética - *falarei*).

Uma das causas para tal ambigüidade poderia estar no conflito de motivações que agem sobre a língua. Neves (2006, p. 24) afirma:

Um princípio pode reger um determinado comportamento do enunciado enquanto outro pode agir no sentido inverso, caso de que é exemplo a ação do princípio lingüístico geral da economia ditando a restrição do vocabulário, e a motivação icônica agindo no sentido de prover uma palavra distinta para cada conceito distinto, conflito esse que, quando vence a economia, resulta na polissemia.

Na terceira construção (Vou estudar), há uma noção temporal, refletindo a fase final da gramaticalização, em que o verbo IR comporta-se como um auxiliar tanto semântica quanto sintaticamente, podendo, nesse exemplo, até ser substituído pela forma sintética *estudarei*.

Exemplos, como esse último, constituem foco de nossa pesquisa, pois a partir desse estágio a forma perifrástica passa a concorrer com a forma sintética. Inicialmente nos contextos de informalidade, seu uso tende a se generalizar, podendo atingir também os contextos mais formais, representando um processo de mudança no paradigma verbal para expressão de futuro do presente.

Apesar da divergência teórica a respeito da definição de cognição, é inegável o fato de o processo de gramaticalização estar ancorado em padrões comuns aos indivíduos de uma comunidade, quer sejam padrões universais, quer sejam padrões culturais.

Após tratarmos dos fatores que podem desencadear a gramaticalização, apresentamos, no próximo capítulo, o funcionamento desse processo, destacando seus estágios, princípios e parâmetros.

5. O FUNCIONAMENTO DA GRAMATICALIZAÇÃO

A divisão do processo de gramaticalização em estágios, princípios e parâmetros é apenas um procedimento didático, visto que esses fatores estão imbricados no processo, não sendo possível a determinação de um fenômeno seguido de outro.

Travaglia (2002) propõe uma definição do que seja princípio, estágio e mecanismo do processo, ressaltando, contudo, que essa definição é passível de críticas ou distribuições alternativas.

Neste capítulo, adotamos a concepção proposta por Travaglia (2002) assim estabelecida:

- a) **estágios:** fases ou momentos do processo de um modo geral ou de um modo particular para um processo de gramaticalização em estudo. Evidentemente a passagem de um estágio para outro ou o atingimento de determinado estágio, se faz atendendo a princípio por meio de mecanismos. Os estágios seriam sempre graduais e pode haver fases, momentos em que os elementos são híbridos ou de mais de uma natureza;
- b) **princípios:** são entendidos como regularidades de evolução que ocorrem em processo de gramaticalização;
- c) **processos** ou **mecanismos:** são entendidos como meios (poderíamos dizer instrumentais?) pelos quais os princípios são atendidos, permitindo a passagem de um estágio para outro. (TRAVAGLIA, 2002, p. 05)

Seguindo essa classificação, passamos a descrever as etapas do processo nas subseções abaixo.

5.1 Estágios

Castilho (1997, p. 31-32) define gramaticalização como “a codificação de categorias cognitivas em formas lingüísticas” e, baseado em Lehmann (1982), propõe os seguintes estágios ou etapas do processo: sintaticização, morfologização, redução fonológica e estágio zero, fase em que o processo é reiniciado, sendo que as alterações semânticas ocorrem em todas essas etapas.

Castilho (1997) transcreve um quadro proposto por Lehmann (1982b) para ilustrar essa trajetória, que assim é definida:

Fases da gramaticalização

Nível Técnica *Discurso > Sintaxe > Morfologia > Morfofonêmica > Zero isolante > analítico > sintético aglutinante > sintético flexional >*

Fase ----- >
 Sintaticização

----- >
 Morfologização

----- >
 Desmorfemização

----- >

GRAMATICALIZAÇÃO

Processo

(CASTILHO, 1997, p. 33)

Travaglia (2002) faz uma observação a respeito dessas fases, afirmando ser necessário acrescentar, antes da sintaticização, a discursivização, já que advém do discurso a necessidade de gramaticalizar. O autor argumenta:

Tendo em vista que é o discurso, a atividade comunicativa, a atividade produtora de sentidos, em função de uma exterioridade contextual sócio-histórica-ideológica que acaba por estabelecer as regularidades lingüísticas [...], parece-nos que a busca de expressões de conceitos cognitivamente estabelecidos dentro de uma visão de mundo (ideologia), na história de uma sociedade é fonte de elementos/itens que entram no processo de gramaticalização tal como definido aqui. [...]. A fase da discursivização seria aquela em que dado item da língua começa a aparecer nos textos, que funcionam discursivamente (...), com determinados valores ou funções gramaticais [...] por indicarem categorias da língua ou indicarem noções de natureza [...] interna à língua que depois gradualmente ganham foro de regularidades gramaticais da língua.” (TRAVAGLIA, 2002, p.16).

Assim, o lingüista considera “a via fundamental da gramaticalização” o seguinte percurso:

Discursivização > Sintaticização > Morfologização > Desmorfemização

Resumiremos a definição de cada estágio de acordo com Castilho (1997), convocando para nossa reflexão as considerações pertinentes à gramaticalização do verbo IR.

5.1.1 Sintaticização

É quando um item lexical é recategorizado, ou seja, de uma “classe de palavra X” passa a uma “classe de palavra Y”. No que diz respeito à nossa pesquisa, importa saber como o verbo IR pleno – quando indica movimento – é recategorizado para verbo auxiliar – passando a indicar tempo.

De acordo com Castilho (1997, p. 33), entre a categoria de verbos plenos (definidos como os que funcionam como núcleos de predicado) e os verbos auxiliares (aqueles que acompanham verbos nucleares na forma nominal, codificando Aspecto, Tempo, Modo e Voz) existem os verbos funcionais, definidos como os que transferem o papel de núcleo de predicado para os constituintes à sua direita.

Travaglia (2002) chama a atenção para o fato de que essa definição de verbos funcionais parece apontar para os verbos de ligação, embora advirta que não só esses se comportam como funcionais dentro do funcionamento discursivo de um texto.

Apesar de haver uma discussão se verbo auxiliar é uma classe separada dos verbos ou se é parte dessa classe, retomamos a noção de que, nos estudos Lingüísticos, as classificações dependem crucialmente do tipo de critério adotado. Como o modelo teórico que abrange o processo de gramaticalização é o Funcionalismo, que defende a visão de categorias não discretas, adotaremos a perspectiva de que as classes de palavras estão em um *continuum*. Para nós, portanto, verbos auxiliares, verbos plenos e verbos funcionais fazem parte de uma gradação.

Assim, Castilho (1997, p. 35) propõe a seguinte representação de seqüências de gramaticalização para os verbos:

Verbo pleno > Verbo funcional > Verbo auxiliar > Clítico > Afixo

O limite, portanto, entre um verbo e outro é apenas uma construção metodológica, visto que não é tarefa fácil e, às vezes, possível, delimitar esses estágios plenamente, já que estão em um continuum de mudança.

5.1.2 Morfologização

É a criação de formas presas, quer sejam afixos flexionais, quer sejam derivacionais. Travaglia (2002, p. 7) cita, como exemplo deste estágio em verbos, o seguinte percurso:

Verbos auxiliares > morfemas de tempo

O auxiliar IR, apesar de ocupar posição mais fixa na construção perifrástica, ainda não passa por essa etapa.

5.1.3 Desmorfemização

Ou *redução fonológica*, é quando formas livres fundem-se com outras formas livres, passando a formas presas, gramaticalizando-se como afixos.

O verbo IR ainda não atingiu este estágio do processo de gramaticalização, mas, de acordo com Braga (1994, p. 17), retomada por Castilho (1997, p. 46), a um “conceito familiar se atribui uma expressão reduzida”, o que quer dizer que, pela frequência de uso do verbo IR em mesma posição sintática, com mesmo valor semântico, esse estágio poder ser atingido, como ocorreu no inglês. A redução fonológica é seguida de *estágio zero*, que é quando uma forma livre desaparece porque se fixou a outra.

De acordo com Castilho (1997), um longo processo de gramaticalização que chegue ao estágio zero contraria a natureza criativa da língua, pois gera categorias fixas, rígidas, que se tornam, por isso, antifuncionais. Dessa forma, esse estágio é considerado o estágio máximo de exaustão da estrutura, a partir do qual a gramaticalização, atividade contínua da língua, é retomada.

5.2 Princípios

Travaglia (2002) enumerou os princípios do processo de gramaticalização, sendo os de número 11 a 15 formulados por Hopper (1991), aqui transcritos¹⁰:

1) Sempre que uma unidade lingüística se gramaticaliza, passando de um item lexical ou menos gramatical para um gramatical ou mais gramatical ocorre:

a) **perda ou diminuição do conteúdo lexical e ganho de sentido(s) funcionais e/ou gramaticais;**

b) **perda de significância pragmática e ganho de significação sintática;**

c) **perda ou diminuição de massa fônica**, o que geralmente é tratado como *erosão* em itens de uso muito freqüente.

2) **Continuidade** do processo visto que é uma atividade contínua de inovação, não tendo propriamente um fim, já após o estágio zero, o processo é reiniciado, em conformidade com a propriedade intrínseca da língua de ser permanentemente criativa. É nessa criatividade permanente que Hopper se apóia para a noção de gramática emergente, visto que tal característica implica uma constante re-estruturação da língua. Embora emergente, é preciso considerar, no entanto, que há regularidades que permanecem por largos lapsos de tempo, o que permite a comunicação, afastando a possibilidade de um caos lingüístico.

3) A linha de gramaticalização vai sempre **do mais concreto para o mais abstrato**. Graças a esse funcionamento, funções abstratas podem ser exercidas por formas mais concretas já disponíveis na língua, o que condiz com o princípio da economia lingüística.

4) **Usos/ valores/ conceitos de maior freqüência tendem mais a gramaticalizar-se**. Os itens que se gramaticalizam geralmente ocorrem com uma alta freqüência ou passam a ser usados com maior freqüência com o tempo (diacronia) enquanto se gramaticalizam, pois, segundo Hopper (2002), a freqüência faz com que os itens se rotinizem e, tornando-se mais automáticos, ficam cognitivamente mais fáceis de serem processados.

5) **Unidirecionalidade**: de acordo com esse princípio, a gramaticalização é irreversível, só podendo ir do discurso em direção à gramática, em que o último estágio é o zero, embora não seja obrigatório o percurso até aqui. Há, no entanto, autores que, segundo Castilho (1997) questionam esse princípio.

6) **Gradualismo**: a gramaticalização é gradual e ocorre a passos pequenos no decorrer do tempo, o que pode gerar variação lingüística em uma determinada sincronia.

¹⁰ Esses princípios elencados por Travaglia parecem advir de perspectivas diferentes, pois são elaborados a partir dos trabalhos de Lehmann, autor mais estrutural, e de Hopper, defensor da gramática emergente. Sem levantar essa polêmica, os princípios são citados porque não contradizem a noção de gramaticalização adotada nesta pesquisa.

7) Obrigatoriedade: de acordo com esse princípio, quanto mais gramaticalizado um item estiver, mais ele se tornará obrigatório em certos contextos e será agramatical em outros.

8) Condensação: quanto mais gramaticalizado um item estiver, mais previsíveis se tornam os itens com os quais ele pode combinar-se.

9) Coalescência: quanto mais gramaticalizado, mais unido, aglutinado semântica, morfológica e foneticamente se torna das unidades com as quais se combina. Castilho (1997: 49) na esteira de Lehmann (1982) propõe a seguinte linha de evolução: *justaposição > cliticização > aglutinação > fusão > alternância simbólica*

10) Fixação: a posição do item gramaticalizado é cada vez mais fixa, seja sintaticamente, inicialmente, seja morfológicamente, em estágios finais, até ocupar posições gramaticais.

11) Estratificação – dentro do domínio funcional, novas camadas estão emergindo continuamente, assim forma (s) nova (s) coexiste (m) com a (s) forma (s) antiga (s), com função similar.

12) Divergência – a forma que se gramaticaliza não destrói a plenitude da forma que a originou, permanecendo essa, lexical.

13) Especialização – coexistem formas com tênues diferenças semânticas, no domínio funcional, mas algumas formas são selecionadas para adquirirem significado mais geral. Dessa forma, a possibilidade de escolha diminui e uma forma, mais especializada, pode tornar-se obrigatória.

14) Persistência – a forma gramaticalizada continua com vestígios de seu significado lexical original, que podem restringir seu comportamento e sua distribuição gramatical.

15) Decategorização – a forma gramaticalizada perde característica de categoria plena e passa a funcionar como categoria secundária.

Como podemos observar, o processo de gramaticalização é gradual, o que implica itens mais avançados, no processo, que outros. Também nem sempre é fácil estabelecer o grau de gramaticalização de um item, pois os princípios e estágios ocorrem concomitantemente.

Por essa dificuldade de identificação da fase do processo, Travaglia (2002) propõe alguns parâmetros que podem ajudar na identificação do estágio da gramaticalização.

Os parâmetros propostos são:

- a) Menor massa fonética;
- b) Posição mais fixa na cadeia sintagmática;
- c) Uso mais especializado, para menos valores ou para um só;
- d) Uso mais obrigatório em certos contextos e gramatical em outros;
- e) Menor número de opções no paradigma;

- f) Mais coalescente semântica, morfológica e foneticamente com outras unidades;
 - g) Significado/sentido mais geral e/ou abstrato;
 - h) Frequência de uso;
 - i) Diminuição da variedade de formas gramaticais do item.
- (TRAVAGLIA, 2002, p. 12)

Desta forma, quanto mais parâmetros forem atendidos, mais gramaticalizado estará o item.

5.3 Mecanismos

Os mecanismos da gramaticalização são assim propostos por Travaglia (2002):

1) Alteração semântica: por esse mecanismo ou processo, um item perde seu sentido original e expande-se em novos sentidos. Assim, não ocorre uma dessemantização, mas uma ressemantização do item, que, na gradação do processo, é reconhecido como polissêmico, podendo até conservar o sentido lexical pleno ao lado do novo sentido mais gramatical.

A gramaticalização da construção perifrástica com *ir* representa essa possibilidade polissêmica do item ao longo do processo, visto que temos ocorrências em que esse verbo, com seu valor original¹¹, denota movimento (Vou à Ufes), em outras denota tempo (Vou estudar) e ainda uma ambigüidade entre esses dois sentidos (Vou falar com o professor). Essa alteração semântica é resultado da atuação de dois fatores: a metáfora e a metonímia.

É com o recurso da metáfora que as idéias podem ser compreendidas a partir do mundo concreto. Porém, a metáfora de que falamos na gramaticalização não pode ser entendida como uma figura de linguagem e sim como um processo cognitivo, como vimos anteriormente. Com o uso da metáfora, um campo cognitivo se vale de outro para sua constituição, o que significa dizer que a abstratização metafórica está relacionada com a nossa maneira de compreender o mundo.

Heine *et al* (1991) destaca a metáfora como um mecanismo essencial para o processo de gramaticalização, pois termos já existentes na língua são usados para

¹¹ Destacamos que não estamos considerando a possibilidade de o verbo IR, com seu valor original de movimento no espaço, desaparecer. Ele apenas terá um traço divergente desse quando fizer parte da estrutura que tem se gramaticalizado, a perífrase.

expressar novos conceitos, os quais são menos concretos ou abstratos. A metáfora, assim, cumpre o papel de representar membros de um domínio semântico em termos de outro.

A metáfora que ocorre em estágios iniciais da gramaticalização basicamente pode ser caracterizada como um processo cognitivo que possui um ritmo unidirecional, seguindo o percurso do mais concreto, discursivamente motivado, para o mais abstrato, estruturalmente motivado.

Outro mecanismo é o da metonímia. Esse processo, basicamente estrutural, trata da mudança de sentido desencadeada por itens que são associados sintaticamente. Ela é responsável por indiciar significados que estão implícitos, especificando um significado em termos de outro.

Assim como a metáfora, a metonímia funciona como uma extensão de significados, só que essa extensão é resultado de três tipos de contigüidade: (1) “contigüidade na experiência sociofísica ou cultural”, como associação de determinados tipos de comportamento a uma certa pessoa ou classe de pessoa; (2) “contigüidade na expressão”, como por exemplo, “um quadro pintado por Picasso” > “um Picasso”, (3) e a contigüidade na relação parte pelo todo (Galvão: 2000, p. 50). Galvão (2002, p. 50) assim define o processo metonímico na gramaticalização:

O termo metonímia na GR remete a um tipo de inferência pragmática, uma “associação conceitual” fundamentada no mundo discursivo, transferência semântica licenciada por contigüidade, que é uma espécie de permuta resultante do uso de uma palavra em uma frase em que uma idéia, de alguma maneira ligada ao significado da palavra em questão, é passível de formar um elemento do contexto.

A metonímia, ao contrário da metáfora, ocorre em etapas mais avançadas do processo de gramaticalização.

2) Paradigmatização: de acordo com esse mecanismo, construções sintáticas integram-se em paradigmas morfológicos, gerando novos paradigmas, com papéis funcionais e/ou gramaticais no texto.

3) Analogia: é uma aproximação psicológica entre categorias. Opera no eixo paradigmático (superfície), e, embora não afete mudança de regra, é responsável por promover a disseminação da forma nova no sistema lingüístico e na

comunidade. Esse mecanismo é a primeira evidência de que está ocorrendo mudança, uma vez que os usos são generalizados.

2) Reanálise: ocorre no eixo sintagmático, podendo redefinir as fronteiras sintáticas e gerar novas estruturas gramaticais (semântica, sintaxe, morfologia). Esse mecanismo ocasiona mudança de regra. Nas palavras de Castilho (1997) “essa mudança de percepção se deve a um tipo de raciocínio conhecido como *abdução*.” (p. 53).

6. A TRAJETÓRIA DE GRAMATICALIZAÇÃO DE *IR* EM PORTUGUÊS

Oliveira (2006), ao fazer uma pesquisa diacrônica sobre a variação de futuro, reserva um subcapítulo de sua tese para demonstrar a gênese da construção *ir + infinitivo*. Segundo a pesquisadora, Lima (2001)¹², ao analisar dados literários, atribui ao processo metafórico (espaço > tempo) a gramaticalização de *IR*, uma vez que as primeiras ocorrências dessa construção são encontradas, no século XIII, com valor de “tempo posterior”, embora ainda não tivesse valor de tempo futuro (Costa, 2003, p. 74).

Na investigação feita por Lima (2001), de acordo com Oliveira (2006), uma das primeiras ocorrências dessa construção, em que há a idéia de tempo posterior, data do século XIII:

- (1) Levantou-s’ a velida, / levantou-s alva/e **vai lavar** camisas/ eno alto:/ **vai-las lavar** alva. (*Cantigas de amigo de D. Dinis, séc. XIII*).¹³

No entanto, somente no século XIV que Lima (2001) situa o início do processo de gramaticalização de *ir*, destacando a seguinte ocorrência:

- (2) E há em ella muytos ryos, dos quaes o primeiro he o Ebro que **vay entrar** ê no mar Terreno (Crônica Geral de Espanha, séc. XIV).

Para o autor, nessa construção já ocorre uma estrutura perifrástica em que *IR* é mais gramatical, funcionando como morfema temporal, uma vez que o traço de intenção está ausente pelo fato de o sujeito ser não-humano (*rio Ebro*).

A análise de dados dos séculos XIII ao XX feita por Oliveira (2006) indica que a gramaticalização de *IR* foi possível graças à sua polissemia, já que acumula traços de tempo e de espaço, como vimos.

Dos diversos exemplos de polissemia encontrados pela autora ao longo dos séculos pesquisados, destacamos uma ocorrência que evidencia a ambigüidade que esse verbo pode assumir:

¹² LIMA, José Pinto de. Sobre a gênese e a evolução do futuro com “ir” em português. In: SILVA, Augusto Soares da. (org). *Linguagem e cognição*. Braga: Associação Portuguesa de Lingüística/Universidade Católica Portuguesa, 2001.

¹³ As ocorrências diacrônicas de *IR* que utilizaremos nesta seção foram selecionadas a partir da pesquisa de Oliveira (2006), que, por sua vez, encontrou-as no trabalho de Lima (2001).

- (3)... eu não tenho mais saco pra carnaval de clube, então eu vou de manhã pra rua; nove, dez horas eu chego em casa pra mim já tá ótimo, já brinquei meu carnaval, aí **vou dormir** pro outro dia, né, mas gosto muito... (séc. XX)

Para a autora, nesse contexto, coexistem quatro traços: (1) o de movimento no espaço – verbo pleno –, pois o falante se desloca no espaço, voltando para casa; (2) o de ação contínua – verbo aspectual – e (3) o de intenção – verbo modal – já que há a intenção de dormir; e (4) o de futuridade – verbo auxiliar –, já que a ação se desenvolve após a sua chegada em casa. Como vimos, esses contextos ambíguos é que favoreceram o uso de IR com traço [+ futuro].

Para Hopper & Traugott (1993), a reanálise sintática que os termos gramaticalizados sofrem é governada por condições contextuais específicas, já que possibilitam que um traço semântico mais baixo ganhe destaque¹⁴.

Essa consideração de que os traços semânticos das estruturas podem estar organizados em níveis ou em categorias “flutuantes”, já que se definem contextualmente, aponta-nos para o princípio funcionalista da não arbitrariedade, o que faz com que a gramaticalização também seja vista como um processo não arbitrário, mas motivado, dentre outros fatores, pelos próprios traços inerentes aos termos que se gramaticalizam. Os autores acima concluem essa questão da seguinte forma: “therefore meaning changes in grammaticalization are not arbitrary.” (1993, p. 89).

Oliveira (2006, p. 78-80) destacou algumas estruturas que proporcionaram a mudança de traços em IR e que, portanto, representam os contextos que deram início ao processo de generalização desse verbo até assumir a função gramatical de auxiliar de tempo. As estruturas destacadas são:

1) Sujeito [+ animado] + verbo *ir* + SP (sintagma preposicionado, contíguo ou não, como complemento circunstancial do verbo, indicando lugar ou pessoa):

a)...por *ir ao monte e aa caça* andar um mês. (séc. XIV)

b) Enton deceu e *foi-se a el-rei* e pose-o em seu cavalo. (séc. XIV)

2) Sujeito [+ animado] + verbo *ir* + SP abstrato:

a) Ca assi como o corpo *vay* pelo home hu quer, assy a alma pelo cuydo e pelo desejo *vay hu lhi semelha*. (séc. XIV)

¹⁴ “The syntactic reanalysis is therefore driven by a hierarchy of semantic contexts rather than by strictly syntactic structure”. (Hopper & Traugott, 1993, p. 103)

b) E degolarõ-no com [os] outros e *foi-se pêra o parayso do deleyto*, que he eno ceo. (séc. XIV)

3) Sujeito [+ animado] + verbo *ir* intransitivo:

a) Aquelo que diz que o outro pássaro leyxã *ir* livremente demonstra que depois que nós vecermos... (séc. XIV)

b)... e deixarão *hir* os outros... (séc. XVIII)

4) Sujeito [+ animado] + verbo *ir* intransitivo pronominal:

a) - Eu nunca vos amarei [...] se *vus non ides*, mais faço-vus certo que vus verra mal, se *vus non ides*. (séc. XIV)

b) E tomou Eliezer dez camelos e *foi-se* e levou de todos os bees que avia Abraan... (séc. XV)

5) Sujeito + verbo *ir* + gerúndio:

a)... e ela *foi-se correndo* a casa de seu padre... (séc. XVI)

b) ... divide-se hum Ribeirão para o Norte e *vão se seguindo* odo Castello... (séc. XVIII)

6) Sujeito + verbo *ir* + particípio passado:

a)...aramarão aly oito chalupas grandes, de gauca, que *hião abatidas* em peças nos Nauios... (séc. XV)

b)Leia agora o que *vai transcrito* do Morning Chronicle... (séc. XIX)

7) Sujeito + verbo *ir* + preposição *para* elíptica + infinitivo (com sentido de finalidade, mas ainda sem aceção de futuro):

a) E porem se queremos saber como podemos *ir 0 morar* ao eu reyno, perguntemos o Nosso Senhor Deus com o Propheta... (séc. XIII)

b) ... até o outro dia quando se *foi 0 sepultar* isto já em horas... (séc. XIX)

Bybee *et al* (1994) podem explicar a importância do traço [+ animado], presente no sujeito dessas estruturas, pois entendem que a gramaticalização dos verbos de movimento em auxiliares de futuro passa por dois estágios: no primeiro, esses verbos expressam a intenção do falante, daí ele ser [+ animado + agente]; no segundo estágio, a intenção é atribuída a outra pessoa, passando a ser interpretada como predição, como em

l) Aos que esta Relação [...] persuadir, a que *vão viver* nesta terra, peço [...] que quando se nella virem contentes, [...] roguem a Deus... (séc. XVII)

A pesquisadora chegou à conclusão de que, do ponto de vista estrutural, o sentido gramatical de auxiliar de futuro de IR advém principalmente de estruturas em que esse verbo vem acompanhado, contigüamente ou não, de adjunto ou complemento circunstancial:

a) E pero aas vegadas *vay* aos mortos e aos logares *pêra colher* alguns grãos de semetes onde viva. (séc. XIV)

b)... quis o nosso Padre *ir* laa *a diser* missa, porque se passa hum anno e dous que não v[e]em a Deus, nem no vem a ver podendo vir. (séc. XIV)

c) & agora *vão* frades capuchos, *para os catequizar*... (sec. XVIII)

Oliveira (2006, p. 82) assim explica a reanálise de IR nessas estruturas:

A supressão da proposição que introduz o SP, exprimindo em geral a finalidade, pode estar associada, talvez, a razões funcionais, como a economia da frase e a velocidade da fala. Uma explicação mais plausível, porém, pode ser dada: aplica-se aí um processo de reanálise [...] que altera as fronteiras dos constituintes. A preposição, que antes introduzia a segunda oração (em posição COMP), desaparece e não há mais fronteiras entre o verbo *ir* e o infinitivo. Assim nasce a perífrase verbal [...].

A autora segue afirmando que essa reanálise tem como perífrase verbal análoga a formada por *haver de + infinitivo*, conforme já mencionamos, e que, com o apagamento da preposição, ocorre um rearranjo em toda a estrutura sintática, pois, além do apagamento da fronteira entre IR e o material subsequente, ou seja, a oração final reduzida de infinitivo, os núcleos verbais são reinterpretados como perífrase – daí o primeiro verbo da seqüência, IR, expressar conteúdo gramatical – e os complementos, que antes intercalavam os verbos, passam a ocupar a posição mais à direita da perífrase:

Ex.: ... e cercada que de longe, mas bem defronte, parece que *vão beber ao mar*... (séc. XVII).

Assim, essa construção começa a se especializar no século XIV¹⁵, sendo o processo de auxiliarização instalado no século XVI, passando a concorrer com a forma sintética de futuro. Segundo a autora, no século XX, o uso do futuro perifrástico chega a ultrapassar o do futuro simples, principalmente quando existem na estrutura os traços de *agentividade, proximidade e intencionalidade*.

Apesar da especialização dessa estrutura para marcar futuro, o traço de modalidade permanece graças ao seu sentido original que continha valor de intencionalidade. Como vimos, a estrutura que se gramaticaliza não se esvazia

¹⁵ Segundo Oliveira, na análise de Lima (2001), essa construção já é encontrada no século XIII, mas com um sentido ainda muito evidente de movimento no espaço. Por isso, a pesquisadora prefere, de acordo seus dados, datar do século XIV o início do processo de gramaticalização de *IR*.

lexicalmente, mas o que ocorre é uma redistribuição dos sentidos presentes no termo (Hopper & Traugott, 1993, p. 88).

Oliveira (2006, p. 85), apesar de ressaltar que sua análise para este tópico não contou com análise quantitativa, chega às seguintes conclusões:

- a. A gramaticalização da construção *ir + infinitivo* nasce a partir de estruturas que apresentam oração principal + oração subordinada adverbial final reduzida de infinitivo;
- b. Os processos envolvidos nessa gramaticalização são: metáfora (espaço > tempo), analogia (*haver de + infinitivo* > *ir + infinitivo*) e reanálise (mudança das fronteiras dos constituintes da estrutura original);
- c. A estrutura *ir + infinitivo*, apesar de assinalar com mais ênfase a modalidade de intenção, desejo ou certeza de um fato, encaminha-se para marcar efetivamente o tempo;
- d. A gramaticalização de *ir* ainda não se completou, uma vez que persiste nesse verbo o traço de movimento, o que faz com que a estrutura *ir* (auxiliar) + *ir* (principal), ainda seja estigmatizada em alguns contextos, tanto na modalidade oral quanto na escrita¹⁶.

Apesar dessa última restrição, o uso da perífrase com IR tem sido ampliado para os mais diversos contextos, inclusive os mais formais, daí nossa análise focalizar os editoriais.

Portanto, podemos concluir que a gramaticalização de uma forma lexical é fortemente contextualizada, sendo induzida também pela estrutura oracional, pois sua reorganização pode originar um novo significado para um dado item, a partir de inferências que não eram possíveis em contextos anteriores.

A partir daí, essas estruturas podem funcionar em contextos em que ou o sentido original não pode ser interpretado, apesar de poder coexistir em segundo plano com o significado novo, ou o significado novo passa a ser tão freqüente que se expande a novos contextos a ponto de afastar-se do sentido original e poder até contradizê-lo, representando o estágio mais avançado do processo.

¹⁶ Essa última justificativa da lingüista para a gramaticalização da construção *ir + infinitivo* ainda não ter se completado, por causa da noção de movimento persistir no verbo auxiliar, pode ser passível de questionamentos, visto que não podemos afirmar que esse traço é nitidamente percebido, nem na construção *ir + ir*. Se assim fosse, talvez também tivéssemos que estigmatizar construções recorrentes como “vou ficar”, dada a contramão dos sentidos individuais dos verbos dessa construção (*ir/ficar*). O fato de *ir + ir* ainda ser estigmatizado parece ser muito mais uma questão de valor social negativo atribuído à forma do que de uma percepção do falante sobre o sentido de *ir* na função auxiliar (movimento + movimento).

Nos exemplos abaixo, demonstramos as diferenças semânticas de IR, uma vez que no primeiro exemplo o traço predominante é o de deslocamento, enquanto no segundo, o de tempo, evidenciado o sentido novo nos gêneros mais formais:

(5) E você **vai** pra lá (interior de Linhares). (Cel 46, p. 26)

(6) As investigações **vão continuar** (Editorial, 30 de março de 2006)

6.1 Notícias do comportamento do verbo IR em outras línguas

Oliveira (2006) apresenta uma visão geral do fenômeno da gramaticalização de formas variantes para expressar futuro nas seguintes línguas: inglês, francês, espanhol e italiano. Essas últimas três línguas foram consideradas, segundo a pesquisadora, pelo fato de, como já vimos, a alternância entre futuro sintético e perifrástico ser freqüente em línguas românicas.

Já o inglês, apesar de não-românico, foi considerado por ser uma língua em que a forma perifrástica está bastante gramaticalizada.

A língua inglesa é apontada como a língua mais documentada quando o tópico é a implementação de IR na construção analítica de futuro, sendo o primeiro registro de futuro perifrástico com *go to* datado de, provavelmente, 1482. O percurso de gramaticalização pelo qual o verbo IR passou nessa língua é assim destacado: [*be going*] + [*to + infinitivo*] > [*be going to + infinitivo*] > [*gonna*].

No inglês, o processo de gramaticalização de IR para a codificação de tempo encontra-se em estágio muito avançado, já que ocorre redução fonológica de *going to*, que pode variar com *gonna* e até com *gon* em ambientes formais.

No francês, a gramaticalização da estrutura *aller* (port. *ir*) + *infinitivo*, iniciada também a partir dos séculos XIII e XIV, encontra-se em estágio mais adiantado em relação ao estágio em que se encontra no português, já que a combinação de *aller* (auxiliar) com *aller* (pleno) não é estigmatizada. A trajetória de gramaticalização desse verbo em francês é semelhante à do português, uma vez que é motivada pelos mesmos contextos estruturais (oração principal + oração subordinada

adverbial final reduzida de infinitivo), além se ser análoga à estrutura *avoir* (port. haver) + *infinitivo*.

Inicialmente, a construção *aller + infinitivo* acompanhava-se de um advérbio de tempo, com a função de assegurar a futuridade. Após a consolidação da estrutura, datada do século XVI, esse paradigma incorpora o traço de futuro e passa a ocorrer em construções sem a presença de advérbios.

Oliveira (2006) cita Le Bescherelle (1984)¹⁷ como um autor que não considera a forma perifrástica um tipo de futuro, mas uma decisão que o falante toma no momento da fala, apesar de várias pesquisas mostrarem a variação entre a forma sintética e a perifrástica com *aller*, caminhando até para uma reestruturação do sistema de referência temporal no francês

Waugh & Bahloul (1996)¹⁸, citadas por Oliveira (2006), observaram que, no francês, enquanto a forma simples de futuro não implica envolvimento do enunciador com o conteúdo enunciado, a forma perifrástica implica aproximação entre enunciado e enunciador, o que faz com que a forma sintética seja a preferida na modalidade escrita.

Quanto à relação entre o uso de forma simples ou perifrástica no francês, com *aller*, e as variáveis sociais, Oliveira (2006) destaca o estudo de Sankoff e Thibault (1981)¹⁹ que mostram que, para o francês falado no Canadá, o uso do futuro perifrástico diminui entre falantes de alto nível social, enquanto o futuro simples se mantém estável e há um crescimento do uso de formas no presente para expressar futuro. (Oliveira, 2006, p. 37).

Já no espanhol, estudos apontam para uma mudança em progresso em que ocorre implementação do futuro perifrástico (*ir + a + infinitivo*) em detrimento da forma sintética. Apesar disso, Parra (2005)²⁰ ressalva que enquanto na Hispanoamérica, em países como Argentina, Chile, Cuba, Colômbia, México e Venezuela, predomina o uso da perífrase, sendo as ocorrências de futuro sintético mais constantes no estilo formal, no espanhol peninsular os falantes ainda preferem o futuro sintético.

¹⁷ *Le Bescherelle* 3. La grammaire pour tous. Paris: Hatier, 1984.

¹⁸ WAUGH, Linda R. & BAHLOUL, Maher. La difference entre le future simple et le future périphastique dans le discours journalistique. *Modèles Linguistiques*, XVII. Lille: Presses Universitaires de Lille, 1996.

¹⁹ SANKOFF, David & THIBAUT, Pierrette. Weak complementarity: tense and aspect in Montréal French. *Natural Languages Studies*, 25. Michigan: University of Michigan, 1981.

²⁰ PARRA, Maria José Ramírez. La expresion variable de la futuridad em el español castellanense. *Jornades de Foment de la Investigació*. Barcelona: Universitat Jaume I, 2005.

De acordo com a pesquisa de Parra (2005), de cunho sociolingüístico, a variável *gênero/sexo* combinada com *idade* revela que enquanto mulheres de grupos mais ativos socialmente (jovens e adultas) variam mais na escolha entre forma sintética e perifrástica, os homens permanecem inclinados para o uso da forma sintética. Já em relação à variável *escolaridade*, surpreendentemente a pesquisa revela que falantes de escolaridade mais baixa empregam com maior frequência o futuro simples.

Para o italiano, por sua vez, Oliveira (2006) destaca o estudo de Van Hecke (2005)²¹, segundo o qual a construção *andare a + infinitivo* encontra-se no início do processo de gramaticalização para expressar futuro (*Vado a partire domani*). Assim como no português, no italiano essa construção apresenta traços de modalidade e de temporalidade.

Com a apresentação, ainda que breve, dessas pesquisas sobre a gramaticalização da construção perifrástica com IR em outras línguas, esperamos ter demonstrado um panorama mais geral do fenômeno e sustentado a tese de que a gramaticalização é governada também por princípios universais, já que em diversas línguas, até de famílias diferentes, ocorre o mesmo processo de reestruturação morfo-sintático-semântica para a expressão de futuro.

²¹ VAN HECKE, Tine. Le futur périphastique roman. Le cas de l'italien *andare a + infinitif*. Referenciado em Oliveira (2006) como "Trabalho a ser publicado na *Revue Romance. Copenhague: 2006*".

7. METODOLOGIA

Nesta pesquisa, são analisados dados da oralidade e da escrita com objetivo de verificar a gramaticalização do verbo IR e a variação entre formas para a expressão do futuro do presente. Consideramos dois grupos para a expressão desse futuro: um, representado pela forma conservadora ou sintética (haverá, permitirá); e outro, pela forma inovadora, a construção perifrástica, com o auxiliar IR realizando-se (1) no presente (vai haver, vai permitir) ou (2) no futuro (irá haver, irá permitir).

As formas sintética, perifrástica com IR no presente e perifrástica com IR no futuro (S, P e F, respectivamente) constituem o foco desta pesquisa, com a hipótese central de que ocorre implementação, na língua portuguesa do Brasil, da forma perifrástica.

Para a análise, foram selecionados dois gêneros. O primeiro deles, representativo da modalidade oral, compõe-se de entrevistas com informantes universitários. Essas entrevistas fazem parte do projeto “O português falado na cidade de Vitória”, desenvolvido na Universidade Federal do Espírito Santo, que buscou formar um banco de dados para subsidiar pesquisas lingüísticas sobre a variedade efetivamente falada nesse município e, conseqüentemente, contribuir para um acréscimo dos bancos de dados da língua falada no Brasil.

Os informantes da comunidade foram selecionados a partir da consideração de quatro faixas etárias (de 7 a 14 anos, de 15 a 25, de 26 a 49 e de 50 anos em diante), dos sexos (masculino e feminino), dos três níveis de escolaridade (ensino fundamental, médio e superior) e da origem, considerando as regiões socioeconômicas estabelecidas pela Prefeitura (cf. Tesch, 2007).

Além disso, os informantes atenderam ao critério de serem naturais de Vitória e, preferencialmente, filhos de pais capixabas, ou, na falta de tal característica, pessoas que vieram morar na cidade até os cinco anos de idade.

Composta por 46 entrevistas, cada uma com cerca de uma hora de duração, a amostra ficou assim distribuída:

Quadro 2: Distribuição dos Informantes do Projeto “O português falado na cidade de Vitória”

Idade	07-14		15-25		26-49		50 ou +		Totais
	H	M	H	M	H	M	H	M	
Sexo									
Ensino Fundamental	4	4	2	2	2	2	2	2	20
Ensino Médio			3	2	2	2	2	2	14
Ensino Superior			2	2	2	2	2	2	12
Número total de informantes									46

As gravações das entrevistas, realizadas em 2000, foram feitas por dois pesquisadores e em duas etapas. Na primeira, era realizado um contato prévio entre o entrevistado e os entrevistadores com o objetivo de criar uma familiaridade maior entre eles. Os entrevistadores faziam, inicialmente, perguntas relativas a dados gerais do informante, como nome, grau de escolaridade, endereço, para, em seguida, lançar perguntas sobre temas gerais.

Num segundo momento, os entrevistadores mantinham novo contato com o entrevistado para, então, realizar a entrevista propriamente dita, aquela que compõe o banco de dados ora em análise. Nesse momento, buscava-se que o entrevistado usasse sua linguagem usual, o vernáculo.

Essas entrevistas, do tipo *semidirigida*, proporcionaram a coleta de dados que caracterizaram a fala natural ou espontânea, já que os pesquisadores, após sondarem a preferência temática dos informantes no primeiro encontro, conduzem a entrevista, no segundo contato, com temas sobre os quais os informantes podem discorrer com mais naturalidade. Logo após a coleta dos dados, o núcleo de pesquisa da Universidade procedeu às transcrições²².

Dentre as 46 células do projeto, selecionamos para esta pesquisa apenas as relativas aos informantes universitários, totalizando 12 entrevistas. Ao considerar *idade*, por isso, descartamos a faixa de 07 a 14 anos.

Abaixo, o quadro 3 demonstra a constituição das células utilizadas:

²² Participamos desta etapa do projeto.

Quadro 3: Características dos informantes selecionados nesta pesquisa

CÉLULAS	ESCOLARIDADE	SEXO	IDADE	REGIÃO
35	universitário	H	15 a 25	Jucutuquara
36	universitário	H	15 a 25	Maruipe
37	universitário	M	15 a 25	Camburi
38	universitário	M	15 a 25	Centro
39	universitário	H	26 a 49	Praia do canto
40	universitário	H	26 a 49	Maruipe
41	universitário	M	26 a 49	Praia do canto
42	universitário	M	26 a 49	Centro
43	universitário	H	50 ou +	Praia do canto
44	universitário	H	50 ou +	Centro
45	universitário	M	50 ou +	Jucutuquara
46	universitário	M	50 ou +	Maruipe

Temos por hipótese que as ações normatizadoras da escola não bloqueiam a forma nova, uma vez que não parece haver estigma sobre ela e isso faz com que se implemente na língua portuguesa, começando pela oralidade até atingir os contextos mais formais da escrita.

Em busca da confirmação desta hipótese, selecionamos, então, o segundo gênero a ser analisado, que são editoriais de jornais. Esse gênero, representativo da modalidade escrita, caracteriza-se pela seleção de estruturas condizentes com a variedade padrão da língua. Nesse procedimento, não só os níveis lexical, morfossintático e semântico são filtrados, mas todas as escolhas discursivas parecem passar pelo crivo da homogeneização da variedade padrão.

Ao contrário dos demais gêneros jornalísticos²³, os editoriais cumprem a função de expressar a opinião do jornal sobre assuntos diversos - economia, política ou qualquer outro tema que seja destaque no momento. Os editoriais, desse modo, se destacam por primar pela formalidade e impessoalidade.

²³ José Luiz Fiorin apresenta uma matéria na revista *Língua Portuguesa*, em novembro de 2006, intitulada *Os jornais e a verdade*, em que diz que apesar de os jornais afirmarem só expressar seus pontos de vista em editoriais, é impossível, em qualquer construção lingüística, a imparcialidade, a objetividade e a neutralidade, já que a linguagem vem sempre carregada de pontos de vistas, de ideologias e de crenças de quem a produz.

Temos, assim, dois pólos do *continuum* oral/escrito para a análise da expressão de futuro: na oralidade, temos a expressão de futuro selecionada por informantes universitários em contextos orais informais; na escrita, temos o contexto formal expresso pelos editoriais.

Mantendo o interesse de investigar a comunidade capixaba, selecionamos os editoriais publicados no jornal capixaba *A Gazeta*, durante todo o ano de 2006. Esse jornal é o mais tradicional do Estado do Espírito Santo, tendo sua primeira publicação em 11 de setembro de 1928. Nessa primeira edição, publicou um editorial que falava de sua própria inauguração. O editorial seguinte data de 11 de setembro de 1929, na comemoração de um ano do jornal. Enquanto gênero jornalístico, só aparece regularmente em *A GAZETA* a partir de 1970²⁴.

A partir da análise dos *corpora* acima, esperamos obter um número significativo de dados, requisito para uma análise segundo os procedimentos metodológicos da Sociolinguística Variacionista na investigação da sistematicidade no uso das formas analisadas.

Yacovenco (2002, p. 107) considera que esse tipo de pesquisa

baseia-se em dados controlados, que refletem a sistematicidade da estrutura lingüística e evita a análise de casos isolados, e se fundamenta, também, na quantificação dos dados, que decorre do pressuposto de que o uso de determinada forma lingüística reflete diferentes atualizações das regras variáveis.

Dessa forma, os dados coletados nos dois gêneros analisados serão submetidos à codificação, considerando os seguintes grupos de fatores:

- a) Variante selecionada (sintética, perifrástica com IR no futuro, perifrástica com IR no presente);
- b) Perífrase com verbo modal (poder ou dever);
- c) Extensão lexical do verbo principal (uma, duas ou três sílabas);
- d) Paradigma verbal (regular ou irregular);
- e) Conjugação verbal (1^a, 2^a ou 3^a);
- f) Natureza semântica do verbo principal (estado, ação ou processo);

²⁴ Essas informações foram fornecidas por funcionários da TV Gazeta, responsáveis por uma pequena biblioteca que é aberta à visitação. Há um livro que conta a história do jornal, mas não pode ser fotocopiado.

- g) Marca de futuridade fora da morfologia verbal (presença de advérbio, presença de oração temporal, presença discursiva, ausência de marca);
- h) Paralelismo (ocorrência isolada, primeira ocorrência de uma série, ocorrência em cadeia precedida de forma sintética, ocorrência em cadeia precedida de forma perifrástica com IR no presente, ocorrência em cadeia precedida de forma perifrástica com IR (ou os modais *poder* e *dever*) no futuro;
- i) Gênero/sexo (para as entrevistas) (masculino, feminino);
- j) Idade (para as entrevistas) (de 15 a 25, de 26 a 49 e de 50 anos em diante).

Os dois últimos fatores (gênero/sexo e idade) servirão apenas para os dados das entrevistas, posto que não há como considerá-los nos dados dos editoriais. As hipóteses referentes a cada fator serão explicitadas no capítulo 8 e, logo em seguida, apresentaremos também os resultados da análise, identificando quais desses fatores podem interferir na escolha das formas de futuro do presente.

Para a análise estatística dos dados, utilizaremos o aplicativo *Goldvarb 2001*, que faz um estudo multivariacional a partir de cálculos estatísticos e probabilísticos, demonstrando o comportamento da forma em contraposição ao grupo de fatores selecionados para a análise. Assim, o programa analisa, estatisticamente, a força de cada fator em relação à ocorrência do fenômeno e apresenta, em peso relativo, a importância dos fatores combinados.

Scherre (1996) considera que probabilidades superiores a 0.5 são favoráveis à aplicação da regra, enquanto que probabilidades menores que 0.5 as desfavorecem. As probabilidades em torno de 0.5 parecem não exercer nenhum efeito sobre a aplicação da regra. A autora segue afirmando:

Este modelo [variacionista], que trabalha na base de pesos relativos ou probabilidades, é mais adequado do que os que utilizam apenas percentagens, porque ele quantifica a influência relativa a cada variável, atribuindo pesos devidos aos seus diversos fatores (SCHERRE, 1996, p. 45).

Integrado à eficiência do método, cabe ao lingüista a responsabilidade de interpretar corretamente os dados obtidos, afinal “o progresso da ciência lingüística

não está nos números em si, mas no que a análise dos números pode trazer para nosso entendimento das línguas humanas” (Naro, 2004, p. 25).

7.1 Considerações sobre a modalidade oral e a modalidade escrita

O princípio funcionalista de que o uso da língua nas situações reais de comunicação impulsiona as mudanças que sofrem os elementos lingüísticos (Martelotta, 2003, p. 59) e a proposta de Weinreich, Labov e Herzog (2006) de que a mudança lingüística é uma consequência inevitável da dinâmica interna das línguas naturais parecem destacar como ponto nevrálgico para o estudo lingüístico a noção de um sistema flexível, sujeito ao seu próprio uso.

Podemos considerar que esses modelos lingüísticos extrapolam os níveis fonológico, morfossintático e semântico e atingem níveis mais amplos, como as motivações discursivas para a escolha das formas lingüísticas.

A partir de tal consideração, níveis mais amplos da comunicação, oral ou escrita, ganham destaque, como a caracterização dos indivíduos envolvidos nesse processo, o contexto do qual participam, os propósitos comunicativos de cada um deles e os textos que utilizam para realizar seus propósitos.

Considerando que esses aspectos comunicativos podem ser relativamente estabilizados, os usos passam a dispor de formas também relativamente padronizadas, concretizando-se nos gêneros textuais (Koch, 2006, p. 102), definidos como eventos lingüísticos que se caracterizam como atividades sociodiscursivas.

Estudos recentes inseridos no campo teórico da Lingüística Textual têm se dedicado, assim, a descrever uma diversidade significativa de gêneros textuais, posto que compreender suas características significa avançar na compreensão do modo como a linguagem se constitui, se organiza e se materializa nas sociedades.

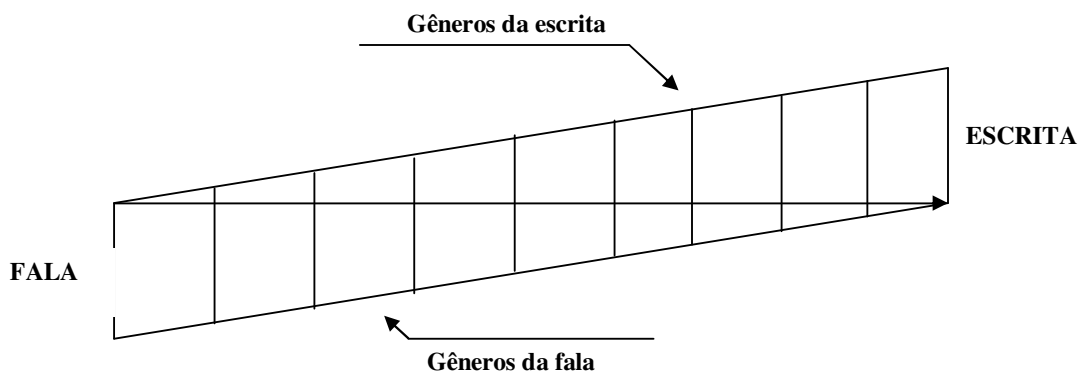
Notícias de estudos no campo teórico da Lingüística Textual se fazem importantes em nossa pesquisa porque trazem uma nova perspectiva sobre as modalidades oral e escrita, descrevendo e classificando uma diversidade significativa de gêneros textuais.

Compreendendo que os gêneros distribuem-se por essas modalidades, a proposta teórica desse campo de estudo é a de que, dentro das práticas

comunicativas, a relação entre fala e escrita preserva um contínuo de variações, de gradações e de interconexões (Marcuschi, 2004, p. 09).

Essa concepção rejeita, portanto, a visão dicotômica entre as modalidades e passa a trabalhar com a noção de que há um *continuum* oral-escrito, pelo qual os gêneros se concretizam, e, dependendo do ponto que ocupam, a proximidade entre fala e escrita pode ser tão estreita que as estratégias textuais e os contextos de realização podem se fundir. Em outros pontos do *continuum*, porém, as diferenças entre as modalidades podem ser mais marcadas, o que não significa dizer que, nesses casos, fala e escrita são sistemas diferentes.

Baseado em Koch e Österreicher (1990), Marcuschi (2004, p. 38) propõe a seguinte noção esquemática da distribuição dos gêneros, considerando as modalidades oral e escrita:



O *continuum*, portanto, organiza-se da fala para escrita, na linha das características de cada modalidade, e também na linha dos gêneros textuais, partindo dos mais informais para os mais formais.

Como os gêneros mais à esquerda do *continuum* são mais espontâneos, portanto mais informais, representam um contexto mais favorável aos processos de mudança, como ocorre com o nosso fenômeno. Quanto mais à direita do *continuum*, no entanto, mais sujeitos estão às ações normatizadoras da variedade *padrão*, daí serem mais formais e mais resistentes às inovações.

Por isso, as entrevistas analisadas nesta pesquisa foram definidas anteriormente como representativas de um polo mais informal da língua, enquanto aos editoriais coube a representação do polo mais formal.

Podemos até considerar que são gêneros prototípicos de uma e de outra modalidade e, como já explicado, foram escolhidos para que pudéssemos compreender como a forma de futuro do presente é utilizada no *continuum*, pressupondo que os pontos mais extremos evidenciam as maiores diferenças de funcionamento dessa expressão.

Conforme verificado no capítulo concernente à gramaticalização do verbo IR em outras línguas, podemos constatar que esse fenômeno se encontra em processo de mudança bem avançado.

Acreditamos que, nos editoriais, a implementação da forma nova ainda não tenha se efetivado completamente, mas consideramos que a pesquisa poderá apresentar uma amostra de como essa expressão se realiza em textos mais formais e mais conservadores da escrita, fornecendo subsídios para identificar o rumo desse processo e as condições possíveis para a mudança.

Embora os gêneros aqui selecionados tenham funcionalidades diferentes e sejam representativos de pólos opostos do *continuum*, entendemos que a relação entre a modalidade oral e a escrita segue as seguintes premissas:

- as semelhanças são maiores do que as diferenças tanto nos aspectos estritamente lingüísticos quanto nos aspectos sociocomunicativos (as diferenças estão mais na ordem das preferências e condicionamento);
- as relações de semelhanças e diferenças não são estanques nem dicotômicas, mas contínuas ou pelo menos graduais (considerando-se que o controle funcional do contínuo acha-se no plano discursivo);
- não há qualquer diferença lingüística notável que perpassa o contínuo de toda a produção falada ou de toda produção escrita, caracterizando uma das duas modalidades (pois as características não são categóricas nem exclusivas);
- tanto a fala como a escrita, em todas as suas formas de manifestação textual, são normatizadas (não se pode dizer que a fala não segue normas por ter enunciados incompletos ou por apresentar muitas hesitações, repetições e marcadores não lexicalizados). (MARCUSCHI, 2004, p. 45-46)

No próximo capítulo, apresentamos os resultados da pesquisa.

8. DESCRIÇÃO DOS RESULTADOS

Neste capítulo, traçamos um quadro geral da distribuição das ocorrências das formas pesquisadas. Em seguida, apresentamos os grupos de fatores selecionados para a pesquisa com suas respectivas hipóteses. Ao final de cada fator, em subseção, apresentamos os resultados parciais relativos a cada um deles.

A pesquisa considerou um total de 1.182 dados, sendo 827 ocorrências de futuro do presente no gênero escrito e 355 ocorrências no gênero da oralidade. As formas pesquisadas encontram-se assim distribuídas nos gêneros:

Tabela 1: Distribuição geral das formas analisadas nos *corpora*.

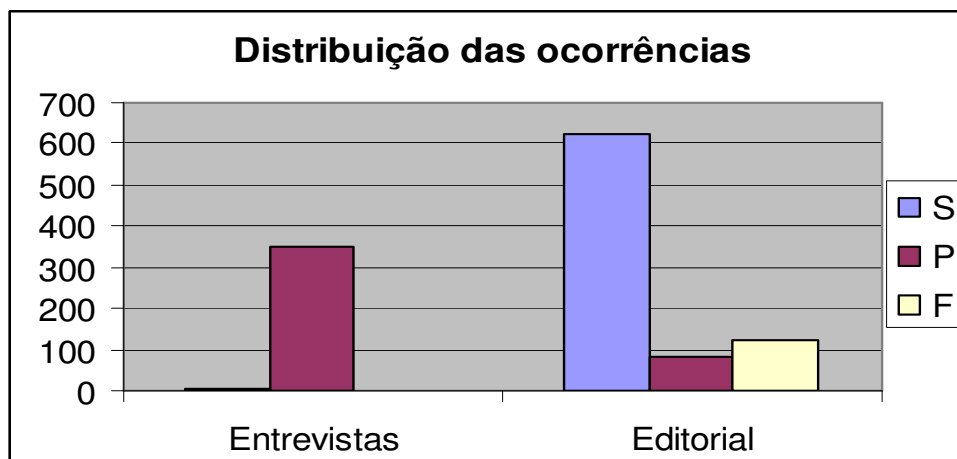
Variantes	Gêneros	
	Editorial	Entrevistas
Forma Sintética	622 (75,21%)	4 (1,12%)
Forma perifrástica - IR no futuro	124 (15%)	1 (0,38%)
Forma perifrástica - IR no presente	81 (9,79%)	350 (98,5%)
Total	827 – 100%	355 – 100%

Os resultados acima sugerem que, na escrita formal, a forma sintética é mais freqüente (75,21%) e, em percentuais bem menores (15%), a forma perifrástica com IR no futuro é a que ocupa a segunda posição em freqüência de ocorrência. A forma *perífrase com IR no presente* aparece em percentuais baixos, embora consideráveis (9,79%).

Nas entrevistas, a forma sintética apresenta índices apenas residuais (1,12%); a forma perifrástica com IR no presente é a mais freqüente (98,5%), e a forma perifrástica com IR no futuro é fortemente inibida nesse contexto.

O gráfico 1 representa a distribuição das formas nos gêneros pesquisados:

Gráfico 1: Distribuição das formas de futuro nos dois gêneros analisados



Por esses resultados, confirmando nossa hipótese, observamos que a perífrase é favorecida em textos mais informais e a forma sintética ainda predomina em contextos mais formais.

Estatisticamente, podemos concluir que no gênero *entrevista* há uma mudança em progresso na expressão do futuro, uma vez que o percentual de ocorrência da forma perifrástica com IR no presente foi de 98% dos dados. Podemos afirmar que a perífrase já se consolidou para expressar futuro do presente nesses contextos.

Como não houve variação nesse gênero, a relevância dos fatores *sexo* e *idade* para a influência no uso das formas não poderá ser analisada nesta pesquisa e os resultados da análise das entrevistas considerarão apenas a frequências de ocorrência dos itens de cada grupo de fator.

Os resultados das entrevistas nos levam a inferir um processo de mudança no paradigma verbal de expressão de futuro, pois a forma nova é a única selecionada para expressar o futuro no contexto *oral/informal*.

Acreditamos que, observando as características dos verbos mais freqüentes na oralidade, durante a exposição dos resultados concernentes a cada grupo de fator, será possível demonstrar os ambientes mais propícios à mudança e também estabelecer algumas diferenças entre os usos dos verbos nas modalidades.

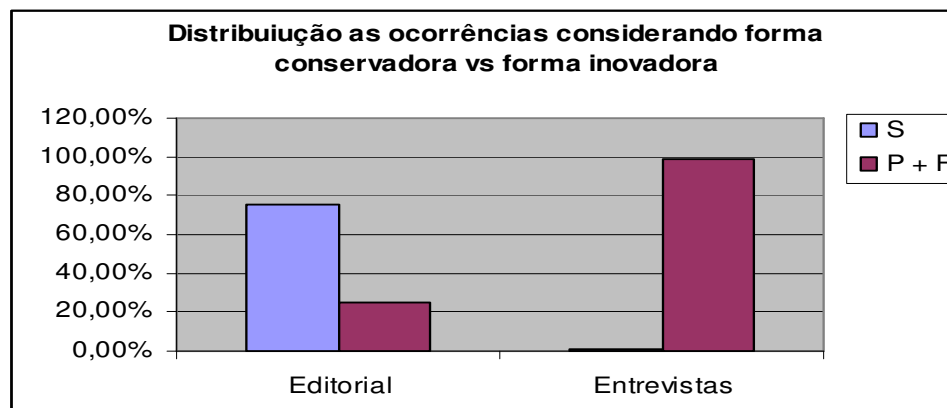
Já em relação aos editoriais, embora a morfologia de prestígio, a da forma sintética, seja a preferida nesse gênero, a diferença entre os valores percentuais de ocorrência de F e de P não é tão distante (apenas 5,11%).

Por isso, se amalgamarmos, nos dois gêneros, as ocorrências perifrásticas e compararmos esse percentual com as ocorrências de forma sintética, é possível verificar que, se nas entrevistas o percentual de ocorrência da variante perifrástica quase não se altera (passa de 98,02% para 98,87% dos dados), nos editoriais ele se eleva para 24,6%.

Podemos assim considerar a freqüência de ocorrência da forma perifrástica nos editoriais bastante significativa, uma vez que se trata de um gênero mais formal e, portanto, mais conservador. Considerando que a implementação de uma forma é gradual e contínua, os resultados demonstram que, lentamente, a forma nova atinge contextos mais resistentes e passa a “concorrer” com a forma conservadora.

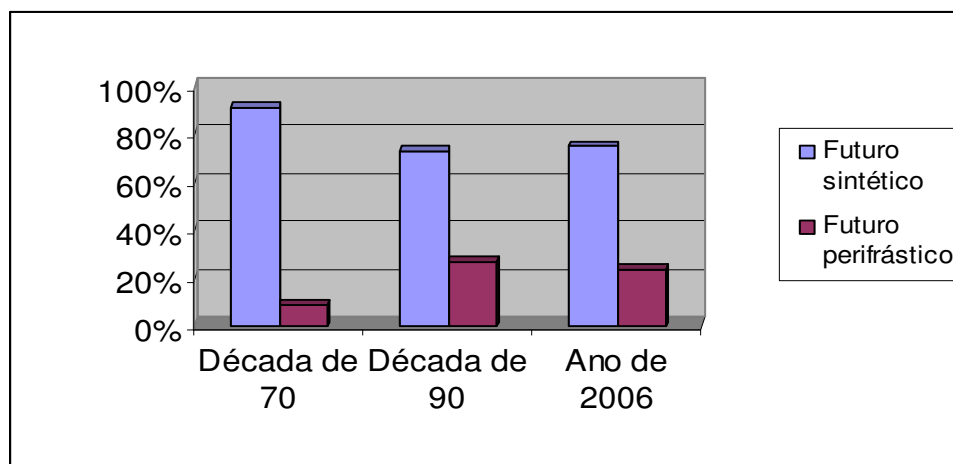
O gráfico 2 ilustra essa diferença de percentual de ocorrência quando as formas perifrásticas são amalgamadas e comparadas com a forma sintética.

Gráfico 2: Percentuais de ocorrência das formas *sintética* e *perifrástica* amalgamadas.



Comparando nossos resultados de freqüência de ocorrência das formas sintética e perifrástica com os resultados de Oliveira (2006, p. 153), que analisou essas mesmas formas em editoriais da década de 70 e de 90, é possível perceber a evolução do ingresso da forma nova na variedade padrão. O gráfico 3 ilustra a comparação:

Gráfico 3: Comparação dos resultados da freqüência de ocorrência de forma perifrástica e sintética nos editoriais da década de 70, 90 e do ano de 2006.



Os resultados acima sugerem que, da década de 70 para a de 90, a forma nova teve um acentuado ingresso nos editoriais. De 90 para o ano de 2006, no entanto, os índices das duas formas praticamente se mantiveram.

É preciso considerar, porém, que o espaço de tempo de 70 a 90 é maior que de 90 para o ano de 2006 e que as mudanças sociais nesse primeiro intervalo podem ter sido mais significativas, o que justificaria também o ingresso da forma nova de maneira mais acentuada nos editoriais.

Até aqui temos tratado esse fenômeno variável como um possível processo de mudança no sistema verbal. Os resultados acima nos alertam que é preciso uma investigação mais ampla, em outros gêneros mais formais e também em gêneros intermediários do *continuun* para assegurar, mais precisamente, o rumo dessa variação.

É preciso destacar que processos de mudança são lentos e graduais. Os períodos acima parecem ser curtos para assegurar se estamos diante de variação estável ou de processo de mudança na modalidade escrita.

No entanto, os resultados da freqüência de ocorrência das variantes nos gêneros selecionados nos encaminham, até aqui, para a compreensão de que, ao menos nos gêneros mais informais, estamos diante de um processo de mudança. Nossa pesquisa, contudo, conta com um número reduzido de dados e por isso não pode ser tomada como conclusiva sobre o fenômeno.

Destacando a importância da frequência das formas, retomamos Bybee (2003), que considera a *freqüência* um fator que exerce papel fundamental no processo de gramaticalização, pois, além de instigar a mudança, num primeiro estágio, a frequência de ocorrência também é responsável pelo aumento de contextos em que a forma inovadora será apropriada.

A lingüista destaca que para os planos morfológico e sintático a forma mais freqüente torna-se a forma não-marcada e, por isso, mais resistente à mudança, pois seu processamento é imediato, automático, representando menos esforço cognitivo. Ao contrário, a forma menos freqüente é mais suscetível à mudança, pois a tendência é que o falante recupere essa forma (marcada) a partir do paradigma mais comum.

Para o plano fonológico, no entanto, o item mais freqüente está mais sujeito a desgastes, a mudanças. Como nossa análise contempla dados das duas modalidades, pode ser que muitas diferenças encontradas na implementação dessa forma nova na oralidade e na escrita se deva a esse aspecto.

Os verbos *ser* e *ter*, por exemplo, na forma sintética apenas, totalizaram 245 ocorrências nos editoriais, o que representa 39% dos dados nesse gênero. Isso revela uma regularidade, uma forma “automática” de uso desses verbos em relação à expressão de futuro do presente. Como esses verbos são muito recorrentes nos editoriais, passam a ser a forma não marcada, daí, talvez, sejam mais resistentes à mudança e apareçam sempre na forma sintética.

Em todos os editoriais analisados, há apenas uma ocorrência de forma perifrástica com o verbo *ser*:

- (7) Agora, com a medida provisória editada pelo governo federal no dia 30 de dezembro passado, esse benefício **vai ser** estendido para mais 180 mil empresas. (Editorial, 8 de janeiro de 2006).

Curiosamente, as cinco únicas ocorrências de futuro sintético nas entrevistas envolvem o verbo *ser*:

- (8) Explicando o que é atentado ao pudor (motivo de prisão) – Então não é porque duas pessoas tão se beijando que **será** conduzida/uma pessoa tá urinando na rua. (Cel. 40, p. 5).

- (9) Explicando a hierarquia militar - eu for se eu for o único de aspirante ou de tenente, por exemplo, se não estiver tenente, capitão essas coisas todas, **serei** eu. Mas se tivé um tenente, ele **será** comandante (Cel. 40, p. 9).
- (10) Os planejamentos que são feitos pra grandes eventos como vital, carnaval, tudo que **será** planejado em relação ao pulciamento (Cel. 40, p. 9)
- (11) Os boletins de ocorrência não **serão** mais dois distintos pra/ um pra cada polícia/ o mesmo pras duas polícias (Cel. 40, p. 16).

Essas únicas ocorrências de forma sintética nas entrevistas analisadas foram fornecidas pelo mesmo informante. Notamos que em todas as ocorrências há um mesmo tópico discursivo: o funcionamento do trabalho ou das tarefas de um militar.

As estruturas parecem já “prontas”, pertencentes a um discurso militar, como se fossem explicações rotineiras dadas à população em geral, representando, portanto, um discurso de elaboração mais automática.

Em outro momento da entrevista, o informante usa o verbo *ser* na construção perifrástica. Note como esta organização textual abaixo é mais truncada (há repetições), apresentando mais naturalidade, o que é característico da fala).

- (12) Mas assim, a minha condiç/a minha condição vamos assim dizer a minha função dentro da polícia ela me exclui um pouco disso, não me deixa assim vulnerável em relação a essa questão, porque eu não trabalho/se eu for trabalhar com uma equipe, a minha equipe **vai ser** subordinada a mim, entendeu (Cel. 40, p. 9)

Retomando a consideração da forma marcada e não-marcada, Gryner (2002, p. 152) considera que há uma definição muito clara dos critérios que as distinguem: distribuição estatística, complexidade formal e complexidade cognitiva.

Ao pesquisar sobre o futuro perifrástico no português carioca, a autora afirma que o futuro sintético é mais complexo morfologicamente, e conseqüentemente

mais complexo cognitivamente, sendo, por isso, menos freqüente e mais presente nas estruturas marcadas.

Também em nosso estudo constatamos que o futuro sintético é menos freqüente, logo marcado, na modalidade oral. Entretanto, na modalidade escrita a situação é invertida: a forma perifrástica é menos freqüente. Percebemos, então, que é preciso considerar a modalidade da língua e os gêneros para definir as formas mais ou menos freqüentes.

Assim, é preciso entender que o funcionamento de uma estrutura lingüística pode ser motivado pela própria estrutura do gênero em que aparece. Em relação às formas analisadas, concluímos que, enquanto nos editoriais a forma marcada é a perifrástica e a não-marcada a sintética, nas entrevistas ocorre o contrário, a forma marcada é a sintética e a não-marcada a perifrástica.

Uma explicação para a possível resistência encontrada no editorial quanto à forma inovadora seria a relativa estabilidade dos gêneros. Conforme define Marcuschi (2005, p. 29),

Quando dominamos um gênero textual, não dominamos uma forma lingüística e sim uma forma de realizar linguisticamente objetivos específicos em situações sociais particulares.

Por esse motivo a forma mais conservadora apresenta-se arraigada nesse gênero representativo do polo mais à direita do *continuun* oral/escrito. A implementação da forma nova seria inibida pelo próprio processamento cognitivo do produtor do texto, que tem como forma morfossintática mais automática a forma sintética.

Outra possibilidade para a maior resistência da forma nova nos editoriais pode relacionar-se à diferentes rumos do processo de gramaticalização nas modalidades: enquanto na oralidade a variação encaminhou-se para um processo de mudança, na escrita o processo seria de variação estável. Apenas estudos mais amplos, com análises mais complexas e em uma diversidade maior de gêneros poderiam atestar essas hipóteses.

Observemos as ocorrências abaixo:

(13) As novas regras estabelecidas para dificultar o abuso financeiro e o caixa 2 nas campanhas não dão garantias

de que esses crimes não se repetirão. (Editorial, 12 de março de 2006).

(14) Para a população não ficou nenhuma esperança de que não se repetirão atos criminosos em massa. (Editorial, 23 de maio de 2006).

(15) É preciso articular apoio aos bons. Ou, então, repetiremos o pior Congresso. (Editorial, 04 de julho de 2007).

Propositadamente, escolhemos três ocorrências de um mesmo verbo, em contextos e datas diferentes, para demonstrar que nos editoriais há uma lista relativamente pequena de verbos que se repetem e que parecem seguir um mesmo padrão cognitivo.

Talvez o processamento “padronizado” das estruturas lingüísticas ocorra nesse gênero – e também em todos os demais – por causa da forma de composição, do estilo e do conteúdo temático característico de cada um.

Como os temas abordados pelo editorial não variam muito (geralmente assuntos relacionados ao âmbito político), o campo semântico dos verbos utilizados é bem limitado e o funcionamento deles também, concretizando-se de forma similar, daí a barreira para a implementação da forma nova.

Outro motivo da resistência pode ser o gênero analisado. Para Mollica (2006, p. 05)

variantes inovadoras “preferem” textos, digamos, “mais vulneráveis” que, no *continuun* fala/escrita, carregam traços de oralidade em função de características de gêneros discursivo e de nível de formalidade discursiva assim como de tipo de veículo de informação.

Um dos objetivos desta pesquisa era verificar o grau de gramaticalização de IR na construção perifrástica, com a hipótese de que quanto mais gramaticalizado, mais a perífrase concorreria com a forma sintética, atingido seus contextos mais canônicos. Por isso escolhemos o editorial como representante desse grupo.

Afirmamos, entretanto, não que o editorial seja a “porta de entrada” para a forma perifrástica nos textos escritos, visto que, como considerou a autora acima, as formas inovadoras devem atingir primeiramente os gêneros híbridos, mais suscetíveis a influências da oralidade. Mas se esses gêneros mais híbridos estão

presentes em um jornal, como nas cartas de leitor, no horóscopo, e já admitem essa forma, esperávamos que os editoriais já apresentassem uma freqüência mais significativa da perífrase com IR no presente.

Outro dado relevante desses resultados diz respeito à freqüência de ocorrência da forma perifrástica com IR no futuro - F. Sob esse código, consideramos tanto a perífrase com IR no futuro, quanto a perífrase com auxiliares modais (*dever, poder*).

Embora, inicialmente não constituíssem nosso foco de análise, essas últimas construções revelaram-se importantes para esta pesquisa, pois inibem consideravelmente a ocorrência de P e selecionam, quase sempre, a morfologia de forma sintética.

Na seção abaixo, demonstraremos os percentuais de F, considerando as ocorrências de perífrase com IR e de perífrase com modais. Nos editoriais, das 124 ocorrências dessa forma, 95 são com auxiliares modais, o que representa 76,6% dos dados. Apenas 29 ocorrências são com o verbo IR, confirmando que verbos modais favorecem o uso da morfologia mais conservadora.

Como forma de delimitar a pesquisa, consideramos apenas os modais *dever* e *poder*, como aparecem nos exemplos abaixo:

- (16) A Petrobras vai investir cerca de US\$ 1,2 bilhão, e a produção capixaba **deverá subir** dos atuais 40 mil barris diários para 200 mil barris em 2006. (Editorial, 1 de janeiro de 2006).
- (17) O governo Lula já editou 190 medidas provisórias. Se for reeleito e mantiver o ímpeto legislador, **poderá igualar-se** ou até ultrapassar Fernando Henrique Cardoso. (Editorial, 11 de julho de 2006).

Conforme verificaremos adiante, o fator *paralelismo* exerce grande influência sobre a escolha das formas utilizadas. Na primeira ocorrência destacada, mesmo havendo uma forma perifrástica no presente (*vai investir*) antecedendo a forma perifrástica com modal (*deverá subir*), essa aparece com morfologia de forma sintética, comprovando a resistência dos modais em relação à morfologia de presente quando estão em construções perifrásticas.

Já nas entrevistas, há apenas uma ocorrência de F, envolvendo o modal *poder* e duas ocorrências que também merecem destaque, que são as com IR no presente + modal + verbo principal (vai poder exigir e vai poder observar).

Essas poucas ocorrências podem revelar que até os modais, resistentes à morfologia de presente, estão sujeitos a ocorrer segundo o paradigma da forma inovadora.

Essas considerações foram gerais e a partir de agora especificaremos cada grupo de fatores e seus resultados. O primeiro que consideraremos, abaixo, será *perífrase com verbo modal*. Faremos uma breve revisão bibliográfica sobre eles e definiremos como são abordados nesta pesquisa.

Além dos resultados gerais acima descritos, procederemos a uma rodada dos dados sem os verbos *ser* e *ter*, pelos motivos já descritos, e sem os modais. Como todas as ocorrências perifrásticas com esses últimos verbos foram de F, não pudemos proceder a uma rodada só com eles, pois não havia variação.

Fizemos, então, uma rodada geral, com todos os dados, e uma rodada sem esses dados (*ser*, *ter* e modais), com o objetivo de verificar se os resultados se mantinham. Considerações sobre verbos modais serão feitas na seção abaixo, mas os resultados específicos estarão diluídos nos resultados dos demais grupos de fatores.

Só poderemos concluir, por exemplo, se a ocorrência da construção perifrástica com modais está relacionada ao fator *conjugação verbal* de acordo com os resultados específicos desse grupo.

8.1 PERÍFRASE COM VERBO MODAL

Os verbos modais merecem tratamento específico ao investigarmos a influência que exercem na escolha das formas de futuro. Em relação às definições desses verbos, Costa (1997) retoma o ponto de vista da lógica tradicional que define três tipos de modalidade:

- 1) Modalidade alética – diz respeito à descrição das relações entre o locutor e o universo de referência, com considerações de verdade e falsidade.

- 2) Modalidade epistêmica – diz respeito ao tipo de conhecimento, crença ou opinião (certo/ contestável, plausível/excluído) do falante em relação ao que enuncia.
- 3) Modalidade deôntica – relaciona -se às normas de moral e conduta, aos direitos e deveres (obrigatório/facultativo, permitido/proibido) (Costa, 1997, p. 25).

Segundo Costa (1997), os trabalhos mais modernos consideram apenas as modalidades deôntica e epistêmica, o que pode ser conseqüência do surgimento de novas perspectivas sobre a linguagem.

À medida que diferentes modos de estudá-la foram sendo constituídos, o ponto de vista lógico, de considerar a linguagem um meio para alcançar uma verdade que está fora da linguagem, passou a ser questionado e por muitos pesquisadores abandonado (Oliveira, 2006).

Em consonância com esses modelos de análise da linguagem que se distanciam da visão formalista, nossa pesquisa também considerou apenas as modalidades deôntica e epistêmica, ilustradas nos exemplos abaixo, respectivamente:

(18) Para o diretor do Fundo (FMI), o país **poderá conseguir** (*possibilidade*), ainda no ano que vem, o chamado (...) grau de investimento, uma espécie de selo de qualidade (...) (Editorial 12 de janeiro de 2006).

(19) A Selic **deverá recuar** (*acredita-se*) para 14% ao ano, até dezembro. (Editorial, 30 de agosto de 2006).

Nas ocorrências acima, enquanto o modal *poder* da ocorrência (41) salienta uma *possibilidade* – há uma possibilidade de o país conseguir o selo de qualidade-, o modal *dever* da ocorrência (42) expressa uma crença – espera-se, acredita-se que a Selic recue.

Esses matizes semânticos, de um tipo ou outro de modalidade, no entanto, não estão condicionados ao verbo, mas parecem sobrepor-se a eles, sendo o contexto em que estão inseridos o delimitador do traço que se sobressairá.

Acima, por exemplo, enquanto o modal *poder* apresenta modalidade deôntica, *dever* é usado com valor de modalidade epistêmica. Abaixo, ocorrências com os mesmos modais apresentam esses traços de maneira inversa:

- (20) A aprovação e vigência da tarifa social depende, portanto, apenas da aprovação dos deputados estaduais, o que **deverá ocorrer** (*possibilidade de ocorrer*). (Editorial, 24 de janeiro de 2006).
- (21) Uma eventual omissão diante da atitude adotada pelas tribos **poderá abrir** (*acredita-se*) um precedente grave. (Editorial, 05 de fevereiro, de 2006).

Os exemplos mostram que os modais podem ter matizes diferenciados a depender do contexto em que estão inseridos. Esses valores, no entanto, não influenciaram o uso das formas pesquisadas, já que em quase 100% das construções com modais ocorre perífrase com IR no futuro. Desse modo, não fizemos distinção entre modais deônticos e epistêmicos em nossa análise.

A consideração dos verbos modais em nossa pesquisa se faz necessária pelo fato de o futuro verbal, relacionado ao *irrealis*, requerer modalização, já que o falante apenas pode projetar sua expectativa para os fatos que vão acontecer. O traço [modalidade] estará, portanto, presente nas construções de futuro, ora mais perceptível, ora mais implicitamente.

A forma mais freqüente nos editoriais para futuro do presente, a sintética, não apresenta esse traço, a não ser quando a tomamos historicamente. A forma perifrástica, apesar de ser uma estrutura que emerge da necessidade de evidenciar modalidade, parece seguir o mesmo rumo, ou seja, o de ter cada vez mais implicitamente a modalidade à medida em que se gramaticaliza, conforme verificamos nos exemplos abaixo:

- (22) (Sobre a conta-salário): **Permitirá** ao consumidor transferir seus vencimentos para outra instituição – sem pagar taxa. (Editorial, 07 de setembro de 2006).
- (23) Então, eu acho que você **vai precisar** desse remédio. Vamos fazer uma experiência, eu acho que **vai dar certo**...(Célula 42, Universitário, masculino).
- (24) (Sobre a projeção de aumento dos investimentos públicos): Isso **vai exigir** a manutenção do superávit primário (...). (Editorial, 1º de setembro de 2006).

(25) (Sobre a decisão da indústria brasileira de não comprar mais soja de lavoura ecologicamente predatória): É uma mudança significativa que se **irá processar** no campo da produção de soja. (Editorial, 26 de julho de 2006).

O exemplo (22), com a forma sintética, demonstra que a modalidade da construção não é tão facilmente percebida, pois a informação é dada como certa, e a impessoalidade da construção reforça a certeza transmitida.

O exemplo (23), extraído das entrevistas, contrasta com o exemplo anterior, uma vez que a modalização tanto é perceptível em função da estrutura de futuro quanto de outros elementos característicos da oralidade, como *eu acho*.

Já nos exemplos (24) e (25), com perífrases no presente e no futuro, respectivamente, a percepção da modalidade do enunciado é dificultada pela impessoalidade, assim como no exemplo (33).

Essas considerações têm nos levado a inferir que a forma perifrástica migra para os textos mais formais da escrita após adquirir, na oralidade, um matiz mais temporal, daí o traço modal estar, mais uma vez, a exemplo do que ocorre com a forma sintética, implícito.

Apesar disso, não podemos dizer que, no contexto da escrita, a forma está totalmente gramaticalizada na função temporal, como ocorre com a forma sintética. Uma prova disso parece ser o fato de não termos nenhuma ocorrência **vai ir* nos editoriais, construção fortemente inibida em contextos mais formais.

Considerando, no entanto, que, como a perífrase não está totalmente gramaticalizada para a noção temporal, construções perifrásticas com matiz modal nos editoriais não nos surpreendem.

Aliás, tomamos por hipótese que são nesses contextos em que o produtor do editorial assume, menos veladamente, seu ponto vista, que a construção perifrástica encontra a possibilidade de migrar para esses textos mais formais.

Outro motivo para considerarmos que a perífrase não exerce apenas função temporal nos editoriais é o comportamento dos verbos modais, uma vez que esses auxiliares também rejeitam fortemente “unirem-se” ao verbo IR, na estrutura IR + modal + verbo principal.

Em todos os dados analisados, há apenas uma construção desse tipo nos editoriais e duas nas entrevistas:

- (26) (Sobre a ação do presidente Lula em querer restringir a ação das CPIs): E, para um eventual segundo mandato, o governo não **vai querer ficar** exposto a devassas. (Editorial, 07 de agosto de 2006).
- (27) no Norte... eles têm uma dificuldade muito grande de verdura... entendeu?... então você não **vai poder exigir** que o pessoal de lá... fosse acostumado a consumir verdura. (Cel. 43, p. 3).
- (28) (Sobre doenças bucais) (...) porque fazendo o programa da família, você **vai poder observar** isso melhor né? (Cel. 46, p. 27)

Como os auxiliares modais já funcionam para modalizar a estrutura, parecem rejeitar o verbo IR na função de auxiliar justamente para evitar a ambigüidade da construção em marcar modalidade duas vezes.

Se isso se confirma, então o verbo IR nas estruturas perifrásticas dos textos mais formais pode ter um matiz mais temporal, como havíamos observado, mas não está completamente especializado para essa função, pois, se assim estivesse, talvez os modais não seriam tão resistentes à estrutura nova.

Como demonstramos no início deste capítulo, de 100% das ocorrências de F nos editoriais, 76% são com verbos modais. Esse percentual nos levou à hipótese de que, nos contextos em que há verbos modais, não há variação entre perífrase no presente e no futuro.

As ocorrências acima, em que ocorrem IR + modal + verbo principal, nem podem ser consideradas indícios de que a forma nova esteja caminhando para atingir construções com modais, pois, além de o percentual ser pouco significativo, algumas ocorrências só foram possíveis por causa da improdutividade de outras na língua, como **quererá ficar*.

Observando, nos editoriais, as ocorrências de perífrase com modais, tomamos essas construções como um dos artifícios da língua formal que “escapa” aos efeitos de impessoalidade requerida pelo gênero. Por elas, o produtor do texto pode registrar suas expectativas, suas crenças, suas previsões, sua opinião. Os exemplos abaixo parecem demonstrar essa hipótese:

- (29) Em 2010 o fundo (*para Redução das Desigualdades Regionais*) **deverá estar** repassando R\$ 150 milhões. (Editorial, 13 de abril de 2006).
- (30) Numa etapa posterior, **deverá ser** retomada a discussão da idéia de se ceder à exploração da iniciativa privada o trecho capixaba da BR 101. (Editorial, 21 de abril de 2006).
- (31) O informe adverte que em função desse procedimento (*bloqueio dos celulares nos presídios*), **poderá haver** prejuízos à comunicação celular nos municípios de Viana e Vila Velha (...). (Editorial, 29 de maio de 2006).
- (32) O seu presidente (TSE), Marco Aurélio de Mello, avisa que o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, **poderá ser** multado, se insistir em conceder tal reajuste para os servidores. (Editorial, 24 de junho de 2006).

A partir de tais considerações, concluímos que auxiliares modais inibem a forma nova com IR auxiliar a fim de evitar a redundância na marcação da modalidade.

Na análise, destacamos como estruturas a serem consideradas aquelas com modais com morfologia mais conservadora ou aquelas com modais precedidos do auxiliar IR, embora esperássemos que fosse pouco provável a ocorrência dessa última estrutura.

Apresentamos, abaixo, um panorama das ocorrências de forma perifrástica no futuro, com modais e com o verbo IR, nos dois gêneros analisados.

Tabela 2: Frequência de ocorrência de perífrase com morfologia de futuro

Gênero	Perífrase com IR		Perífrase com Modal	
	Editorial	Entrevistas	Editorial	Entrevistas
Nº	29	_____	95	1
%	23,3%	_____	76,6%	100%

Tabela 3: Freqüência de ocorrência de perífrase com IR + modal + verbo principal

Perífrase com IR + Modal + Verbo Principal		
Gênero	Editorial	Entrevistas
Nº	1	2
%	100%	100%

Outras considerações sobre os modais estarão agora nas subseções abaixo.

8.2 EXTENSÃO LEXICAL DO VERBO PRINCIPAL

Diversas pesquisas lingüísticas têm considerado a Extensão Lexical do Verbo Principal como um fator relevante para a escolha de formas para a expressão de tempo. Permeia esses estudos a noção de que o falante, ao selecionar uma forma, busca facilitar o processamento da comunicação. Assim, evitaria, sempre que possível, usar grandes quantidades de massa fônica.

Coadunando com o princípio da economia lingüística, Costa (2003, p.102) observou que o uso da forma perifrástica, relativa ao futuro do pretérito, é favorecido quando o verbo principal possui três ou mais sílabas, pois, ao utilizar a perífrase, o falante distribui o peso fonológico de um vocábulo muito extenso.

Seguindo o que essa pesquisadora constatou, nossa hipótese é a de que quanto maior a extensão lexical do verbo principal, mais o uso da forma perifrástica será favorecido. Verbos de uma ou duas sílabas, ao contrário, tendem a manter a forma sintética.

Para esta pesquisa, adotamos três classificações para a extensão lexical do verbo principal, considerando-o na forma infinitiva:

1) Monossílabos:

- (33) A campanha mais barata **será** a de Rui Pimenta (PCO), cujo limite de gastos declarado ao TSE (Tribunal Superior Eleitoral) é de R\$ 100 mil. (Editorial, 07 de julho de 2006).

(34) não **vai dar** certo não, é rapaz também, eu acho que um rapa tem casar depois de vinte seis, vinte oito anos. (Cel. 46, p.10).

2) Dissílabos:

(35) Mas, quem diz que a Selic **chegará** a 14% em dezembro? (Editorial, 14 de agosto de 2006).

(36) depen/ dependendo dos casos tem que ter censura né :: não **vai deixar** uma menina de DEZ ver um programa de DEzoito ... que bem que :: eu acho que não tem muito nada a ver. (Cel. 35, p.3).

3) Trissílabos ou polissílabos:

(37) A Codesa espera contratar nas próximas semanas estudos que **indicarão** a melhor utilização da retroárea de 250 mil metros quadrado em Capuaba, próxima ao Terminal de Vila Velha. (Editorial, 29 de agosto de 2006).

(38) na cultura do brasileiro aquele negócio de deixar tudo pra última ora brasileiro tem esse negócio acho que não... **vão esquentar** muito a cabeça brasileiro é um povo mais tranqüilo. (Cel. 39, p. 08).

A união dos verbos trissílabos e polissílabos se deve ao fato de haver poucas palavras polissílabas na Língua Portuguesa, sendo, portanto, mais conveniente reuni-las em um grupo assemelhado.

8.2.1 Resultados

Considerando a freqüência de ocorrência dos verbos de uma, duas e três ou mais sílabas nos dados da oralidade, temos o seguinte resultado:

Tabela 4: Frequência de ocorrência de construções perifrásticas nas entrevistas, considerando o grupo de fatores EXTENSÃO LEXICAL DO VERBO PRINCIPAL.

FATORES	Aplicação	Freq. (%)
1 sílaba	79	23%
2 sílabas	187	52%
3 ou + sílabas	89	25%
Total	350	100%

A maior frequência de ocorrência nas entrevistas foi com verbos de duas sílabas (52%), seguido dos verbos de 3 sílabas (25%) e, por último, verbos de 1 sílaba (23%).

Como a diferença percentual entre os verbos de 1 e 3 sílabas não foi muito significativa (3%), atribuímos aos verbos de duas sílabas o ambiente mais favorável para se espalhar nessa modalidade.

Já em relação aos editoriais, os resultados para esse grupo de fatores são:

Tabela 5: Influência do grupo de fatores EXTENSÃO LEXICAL na escolha das variantes de futuro do presente nos editoriais.

Fatores	1 SÍLABA		2 SÍLABAS		3 OU + SÍLABAS	
	Aplic./total	Freq.(%)	Aplic./total	Freq.(%)	Aplic./total	Freq.(%)
S	265/306	86%	156/206	75%	200/315	63%
P	11/306	5%	23/206	12%	47/315	15%
F	30/306	9%	27/206	13%	68/315	22%

A partir da tabela acima, é possível perceber que, confirmando nossa hipótese, verbos de maior extensão lexical favorecem o uso da forma perifrástica, enquanto verbos menos extensos favorecem o uso da forma sintética.

Para o uso da forma conservadora, os percentuais de ocorrência decrescem conforme aumenta a quantidade de sílabas do verbo principal: 86% de ocorrência de forma sintética com verbos de uma sílaba, 75% para os de duas sílabas e 63% para os de três ou mais sílabas. Comportamento inverso tem-se para a ocorrência

da forma perifrástica: a freqüência cresce conforme crescem os números de sílabas dos verbos principais.

Os dados dos editoriais demonstraram que, na escrita, verbos de uma sílaba parecem ser resistentes à forma perifrástica (ocorrência de apenas 5% dos dados). Além da distribuição do peso fonológico não ser necessária com esses verbos, um outro motivo para esses resultados pode relacionar-se à recorrência de um mesmo tipo de verbo nos editoriais: o verbo *ser*.

Dos 827 dados dos editoriais, 215 são com esse verbo na forma sintética, equivalendo a 26% dos dados. Segundo Travaglia (2004), esse verbo pode ser considerado um verbo gramatical, ou seja, um verbo que exerce função abstrata e geral, funcionando como um conectivo textual, um “carregador de categorias”, cuja função se volta para o espaço intratextual.

Entendemos, assim, que essa alta freqüência para as funções gramaticais cristalizou a forma conservadora no gênero escrito e, por isso, esse verbo representa um ambiente de resistência à mudança.

Quanto à freqüência desse verbo na língua portuguesa, Travaglia (2004, p.1322) assim se pronuncia:

Observa-se ainda que o paradigma dos verbos de ligação parece estar passando por uma especialização (que pode ou não se tornar total) uma vez que os verbos “ser” e “estar” têm um uso muito mais freqüente que os demais nesta função de verbo relacional.[grifo nosso]

Foi por essa especialização do verbo *ser*, e por sua alta freqüência, que decidimos realizar uma nova rodada dos dados, retirando essas ocorrências da análise dos editoriais, visto que sua grande freqüência na forma sintética poderia modificar os resultados.

Além do verbo *ser*, retiramos também as ocorrências com *ter*, que totalizaram 78 dados, e os verbos modais (*poder*, *dever*), que consideramos merecerem tratamento específico.

Nesta segunda rodada, tivemos uma surpresa quando o resultado se processou e nos forneceu os seguintes percentuais:

Tabela 6: Influência do grupo de fatores EXTENSÃO LEXICAL na escolha das formas de futuro do presente (sem os verbos modais, *ser* e *ter*).

Fatores	1 SÍLABA		2 SÍLABAS		3 OU + SÍLABAS	
	Aplic./total	Freq.(%)	Aplic./total	Freq.(%)	Aplic./total	Freq.(%)
S	15/26	58%	151/179	84%	198/270	74%
P	10/26	39%	21/179	12%	47/270	17%
F	1/26	3%	7/179	4%	25/270	9%

Nesta rodada, os percentuais de ocorrência das formas em relação à quantidade de sílabas não se mantiveram tão evidentes, pois, enquanto na rodada anterior a frequência de ocorrência da forma sintética decrescia conforme aumentava o número de sílabas, aqui a frequência de ocorrência desta forma é mais alta com verbos de duas sílabas.

Com esse resultado, a confirmação da hipótese de que verbos mais extensos favorecem a forma perifrástica parecia não ser tão evidente, já que verbos com duas sílabas, estavam, percentualmente, apresentando frequência de forma sintética maior que os de três sílabas.

Ao investigarmos os dados, contudo, notamos que a quantidade de verbos com uma sílaba havia diminuído consideravelmente com a retirada dos verbos *ser* e *ter*, o que provocou uma diferença muito grande entre quantidade de verbos com uma, duas e três sílabas: 26, 179 e 270 dados, respectivamente.

A exemplo do que ocorreu nos editoriais, nos dados das entrevistas os verbos de uma sílaba mais recorrentes foram *ser*, *ter*, além dos verbos *dar*, *vir* e *ver*. Os dois primeiros verbos, considerados resistentes à forma nova nos editoriais, apresentaram-se afetados na oralidade pela forma inovadora, pois com exceção das quatro vezes em que foi usado na forma sintética, num discurso mais cristalizado, todas as outras ocorrências foram na forma perifrástica.

Esse resultado parece justificar-se pelas diferenças entre as modalidades oral e escrita. Enquanto na escrita a frequência de uso cristaliza as formas, o que as torna mais automáticas e mais resistentes à mudança, na oralidade, a frequência de uso pode provocar um desgaste na forma e, por isso, favorecer a mudança.

Nesse caso, concluímos que um dos aspectos que pode estabelecer diferenças no processo de implementação da forma perifrástica nas modalidades da língua relaciona-se ao nível fonológico, ausente na escrita. A consideração da *extensão lexical* do verbo principal na implementação da forma nova, por isso, talvez tenha que ser relacionada à frequência de ocorrência dos verbos e também à modalidade da língua.

Por outro lado, outro dado relevante com a segunda rodada dos editoriais foi a alta frequência de perífrase no presente com verbos de uma sílaba (39%). Interessante foi observar que as 10 ocorrências que totalizaram esse percentual são de formas perifrásticas que têm, mais numerosamente, os verbos *ser* e *ter* como principais.

Até retirarmos as ocorrências desses verbos, na forma sintética, para a segunda rodada dos dados, não os havíamos percebido na forma perifrástica; o que sobressaía era a alta frequência na forma sintética.

Apesar da baixa frequência na forma perifrástica, comparando com a da forma sintética, podemos inferir que o fato de o verbo *ser* funcionar na estrutura perifrástica em um gênero tão formal como o editorial, pode ser um indício de que esse verbo também já começa a ser atingido pela gramaticalização da construção perifrástica para expressão de futuro do presente.

Embora possa ser mais resistente ao processo de mudança, já que sua função tem-se especializado como verbo conectivo, as ocorrências de *ser* na construção perifrástica nesse gênero da escrita parecem indicar a mudança no paradigma verbal.

Assim como ocorreu a implementação da forma perifrástica nos gêneros orais, os gêneros escritos e mais formais parecem já ter sido atingidos nos níveis mais “inacessíveis”, já que até os verbos gramaticais estão “funcionando” nos textos de acordo com o modelo do novo paradigma:

(39) Agora, a extinção do subteto de R\$ 22.111,25 mensais para os promotores e a equiparação salarial aos ministros do STF, no valor de R\$ 24.500, **vai ser** contestada judicialmente (Editorial, 06 de dezembro de 2006).

(40) O peso que cada questão **vai ter** varia de eleitor para eleitor. (Editorial, 29 de outubro de 2006).

O mesmo ocorre com o verbo *ter*, pois apesar de apresentar as características de contexto de resistência à mudança (monossílabo e irregular) tem participado da construção nova.

O fator *extensão lexical* foi selecionado pelo *Goldvarb* para a ocorrência de perífrase no futuro, conforme verificamos com os seguintes resultados:

Tabela 7: Influência do grupo de fatores EXTENSÃO LEXICAL, nos editoriais, para a escolha de perífrase com IR no futuro

Fatores	Aplic./total	Freq. (%)	Peso relativo
1 sílaba	30/306	9%	.50
2 sílabas	27/206	13%	.35
3 ou + sílabas	68/315	21%	.59

A partir da tabela acima, podemos comprovar que, para a escolha de perífrase no futuro, esse fator exerce grande influência, conforme assegura o peso relativo de .59 com os verbos mais extensos. Já os verbos de duas sílabas desfavorecem o uso dessa forma na escrita e os de uma sílaba parecem não exercer efeito sobre a escolha.

8.3 PARADIGMA VERBAL

Ao observarmos o paradigma verbal, classificamos, como nas gramáticas tradicionais, os verbos principais em dois grupos, de acordo com a morfologia que podem assumir: aqueles cujo radical não sofre modificações na conjugação (regulares) e aqueles em que há modificação do radical (irregulares).

Quando tratamos de estruturas verbais de padrão geral ou especial (regulares e irregulares, respectivamente), falamos, inevitavelmente, dos subníveis da morfologia e da fonologia. Se do ponto de vista sintático as estruturas mais recorrentes são mais resistentes a mudanças, uma vez que se cristalizam, do ponto de vista fonomorfológico, quanto mais recorrente for um item lingüístico, mais suscetível a desgastes, o que leva as formas a sofrerem alterações.

Temos por hipótese que, para este fator, a forma perifrástica, ao encaminhar-se para ocupar o lugar da forma sintética para expressar o futuro do presente, atinge primeiramente os verbos regulares e só posteriormente os irregulares (Oliveira, 2006, p. 116).

Essa hipótese formou-se não só pelo fato de na Língua Portuguesa os verbos regulares serem mais abundantes e, portanto, estarem mais sujeitos às inovações, mas também pelo fato de as formas irregulares serem mais marcadas, o que as torna mais resistentes a mudanças.

São exemplos de ocorrências com verbos regulares (41 e 43) e irregulares (42 e 44), encontrados em cada gênero:

- (41) Está sendo anunciado que a plataforma de governo do candidato Geraldo Alckmin **irá incluir** um programa à semelhança do Bolsa-Família. (Editorial, 23 de maio de 2006).
- (42) Só a extinção da tal verba indenizatória **porá** fim ao escândalo ético. (Editorial, 27 de abril de 2006).
- (43) Eu **vou procurar** esse médico, um médico que tava lá fazendo, um senhor já, aposentado da UFES (Cel. 42, p. 04).
- (44) mas não **vou fazer** um mestrado... aí saía... ficava dois ano fora... o governo pagando... até eu... e depois vinha aqui... em Santa Maria de Jetibá não sei aonde aí... fazia umas pesquisa lá... aí defendia a tese lá do... dum emigrante daquele... ah:: é bobagem (Cel. 45, p. 18).

8.3.1 Resultados

Para as entrevistas, a freqüências de ocorrência da forma perifrástica considerando esse grupo de fatores foi de:

Tabela 8: Freqüência de ocorrência de construções perifrásticas nas entrevistas, considerando o grupo de fatores PARADIGMA VERBAL.

Fatores	Aplicação	Freq. (%)
Regular	237	67%
Irregular	118	33%
TOTAL	355	100%

Por esses dados, os verbos regulares são mais freqüentes na oralidade (67%) e, portanto, são por eles que, provavelmente, a mudança tenha começado a ocorrer. Os verbos irregulares, por sua vez, são menos numerosos, sendo os mais freqüentes *ser, ter, vir, fazer, querer, dizer, dar e ver*.

O nível fonológico também parece ser importante aqui, pois a alta freqüência de verbos regulares e a recorrência de poucos verbos irregulares na oralidade pode ter facilitado a mudança morfossintática nos dois grupos de verbos, permitindo a consolidação da forma nova nessa modalidade.

Em relação aos dados dos editoriais, esse grupo de fatores foi selecionado pelo programa *Goldvarb* para a ocorrência de perífrase no presente e de forma sintética. Os resultados, abaixo, também confirmam a hipótese de que verbos regulares favorecem o uso da forma nova, enquanto os irregulares são mais resistentes:

Tabela 9: Influência do grupo de fatores PARADIGMA VERBAL na escolha de perífrase com IR no presente

Fatores	Aplic./total	Freq. (%)	Peso relativo
Regular	66/450	14%	.65
Irregular	15/377	3%	.34

Conforme a distribuição dos dados acima, os verbos irregulares são mais resistentes à forma de futuro perifrástico, já que, num total de 377 ocorrências, apenas 15 são com a forma nova.

Embora a freqüência da forma sintética tenha sido maior que a da perifrástica, notamos que o peso relativo marca o paradigma dos verbos regulares

como o contexto mais favorável para o uso da perífrase com o verbo IR no presente, conforme o índice de .65 exposto.

Embora a frequência de forma sintética tenha sido maior que a de forma perifrástica nos editoriais, a diferença entre os percentuais de ocorrência dessa última forma em verbos regulares e irregulares chega a 11%, demonstrando que a perífrase encontra nos verbos regulares o contexto mais favorável para entrar na escrita.

Conforme podemos observar nos pesos relativos da tabela abaixo, verbos irregulares preservam a forma mais conservadora na escrita:

Tabela 10: Influência do grupo de fatores PARADIGMA VERBAL na escolha de forma sintética

Fatores	Aplic./total	Freq. (%)	Peso relativo
Regular	297/450	66%	.43
Irregular	324/377	85%	.58

Esses resultados foram obtidos a partir da rodada geral dos dados dos editoriais. Com essa primeira análise, confirmamos que, tanto na oralidade quanto na escrita, verbos irregulares representam um contexto de resistência a esse processo de mudança.

Para confirmar se esse princípio pode ser tomado como geral para o processo, procedemos a uma segunda rodada dos dados dos editoriais, retirando, então, as ocorrências com os modais, pelo comportamento peculiar, e as com os verbos *ser* e *ter*, pela alta frequência desses verbos e por serem ambos irregulares.

Esta análise não forneceu peso relativo. Os percentuais se alteraram, uma vez que a quantidade de verbos irregulares analisados sofreu grande queda (de 377 para 91), mas os resultados se mantiveram, apesar de tênue:

Tabela 11: Influência do grupo de fatores PARADIGMA VERBAL na escolha de perífrase com IR no presente (sem modais, *ter* e *ser*)

Fatores	Aplic./total	Freq. (%)
Regular	65/384	16%
Irregular	13/91	14%

Tabela 12: Influência do grupo de fatores PARADIGMA VERBAL na escolha de forma sintética (sem modais, *ter* e *ser*)

Fatores	Aplic./total	Freq. (%)
Regular	289/384	75%
Irregular	75/91	82%

Apesar de a ocorrência da forma perifrástica ser favorecida pelos verbos regulares, encontramos nos editoriais essa forma nova com os seguintes verbos irregulares:

Quadro 4: Principais verbos irregulares, em editoriais, em construção perifrástica

Construções perifrásticas com verbos irregulares	Ocorrências
1) Vai ser	Agora, com a medida provisória editada pelo governo federal no dia 30 de dezembro passado, esse benefício (<i>Simples</i>) vai ser estendido para mais 180 mil empresas (Editorial, 08 de janeiro de 2006).
2) Vai ter	O peso que cada questão vai ter varia de eleitor para eleitor. (Editorial, 29 de outubro de 2006)
3) Vai fazer	Então, o que o governo vai fazer para dobrar essa marca? (Editorial, 20 de novembro de 2006)
4) Vai dar	A definição da próxima legislatura do Congresso é que vai dar o tom da governabilidade (Editorial, 24 de setembro de 2006).
5) Vai explodir	É como se fosse uma bola de neve (que vai explodir um dia, é lógico) (Editorial, 21 de maio de 2006).
6) Vai haver	Será que todo ano vai haver crise do álcool na entressafra da cana-de-açúcar? (Editorial, 03 de março de 2006).

Essas ocorrências evidenciam como esse fenômeno tem atingido os contextos considerados desfavoráveis, já que os verbos irregulares, como *vimos*, constituem contextos que parecem impedir/resistir à mudança.

Na tentativa de compreender como esses verbos passaram a favorecer a forma nova, procedemos a uma organização, no quadro acima, listando-os a partir de um *continuum* de formalidade, em que, primeiramente, elencamos os mais recorrentes na língua e menos formais (considerando as duas modalidades), até os menos recorrentes, principalmente na oralidade, e mais formais, como é o caso do verbo *haver*.

Consideramos dois aspectos: (1) a construção perifrástica, com os verbos irregulares, e (2) o contexto (a estrutura lingüística, no nível frasal) em que a perífrase aparece.

Essa organização dos dados nos permitiu perceber um funcionamento contrastivo nas construções do gênero editorial: enquanto as construções com os verbos que consideramos menos formais (*ser*, *ter*, *fazer*, *dar*) estão mais próximas da organização da língua escrita, as construções com os últimos verbos (*explodir* e *haver*), os mais formais ou menos freqüentes, parecem mais característicos da oralidade²⁵.

O verbo *explodir*, por exemplo, embora ocorra em contextos muito específicos nas duas modalidades da língua, ao ser selecionado para um contexto do editorial, deveria seguir os padrões textuais desse gênero, de preservar a formalidade, a impessoalidade.

Nessa construção, no entanto, há um abandono da impessoalidade, e o produtor parece colocar-se de maneira mais evidente, abrindo, inclusive, parênteses para um comentário (*É como se fosse uma bola de neve (que **vai explodir** um dia, é lógico)*). Também na construção com *haver*, a estrutura *será que*, para iniciar uma estrutura interrogativa, parece-nos ser mais característica da oralidade.

Essas construções podem ser indícios de que as mudanças lingüísticas iniciadas na oralidade encontram condições favoráveis para migrar para a escrita no momento em que o monitoramento da formalidade requerida pela maioria dos gêneros da escrita escapa ao produtor.

²⁵ Para o estabelecimento de verbos mais ou menos formais, na escrita e na oralidade, recorreremos ao critério da freqüência. Assim, quando falamos em *verbos mais formais na oralidade* estamos considerando os menos freqüentes, e por isso, de significação menos automática, requerendo maior esforço cognitivo do falante.

Assim como na oralidade foram contextos estruturais específicos que propiciaram a implementação da construção perifrástica para expressar futuro do presente, essa construção é implementada na escrita a partir de contextos específicos também.

Mollica (2006), ao trabalhar com “processos sintáticos que migram da fala para a escrita”, ressalta a influência de “filtros” normativos que podem impedir a exportação dessas marcas.

A formalidade do editorial, a tradição de seu modo de construção e a força conservadora da escrita podem ser consideradas condições que retardam a definitiva mudança nesse paradigma verbal. Apesar disso, a autora observa que filtros impeditivos ao processo de mudança podem apresentar “grau razoável de falibilidade” (Mollica, 2006, p. 167).

Pelos resultados aqui apresentados, podemos concluir que um dos contextos-ponte de implementação dessa forma nova na escrita é o momento em que o produtor não “controla” seu grau de distanciamento/envolvimento em relação ao texto. Talvez até os espaços que permitem a confluência desses aspectos não sejam marcas de uma ou outra modalidade, mas podem ser, na verdade, propriedades da língua, fazendo com que os limites entre as modalidades sejam apenas construções do plano discursivo.

Se essa observação se confirma, podemos inferir que são nesses contextos híbridos, em que a distância entre uma modalidade e outra não é tão rígida, que a forma nova encontra condição favorável para espalhar-se por todo o *continuun*.

Esses contextos parecem constituir “portas” de entrada para a variante nova atingir os ambientes mais formais, dos textos mais canônicos. De qualquer forma, para esse grupo de fatores, o gênero oral e o escrito são afetados pela forma nova a partir de verbos regulares.

Na escrita, paulatinamente, ocorrências de perífrases com os irregulares são encontradas, apesar de uma previsão de mudança também para essa modalidade não poder ser garantida só com esses dados.

8.4 CONJUGAÇÃO VERBAL

Conforme definido na Gramática Tradicional, os verbos são classificados em 1ª (os terminados em -ar), 2ª (terminados em -er e -or) e 3ª (terminados em -ir)

conjugação. Os mais recorrentes na língua portuguesa são os de 1ª conjugação. Assim, a exemplo da hipótese do fator anterior, esperamos que a forma perifrástica atinja primeiramente os verbos mais abundantes e, gradativamente, os de 2ª e 3ª conjugação (Tesch, 2007, p. 91).

8.4.1 Resultados

Embora esse grupo de fatores não tenha sido selecionado como relevante pelo programa computacional *Goldvarb*, os resultados percentuais estão relacionados abaixo.

Tabela 13: Influência do grupo CONJUGAÇÃO VERBAL na escolha da forma de futuro do presente nos editoriais.

Fatores	1ª Conjugação		2ª Conjugação		3ª Conjugação	
	Aplic./total	Freq. (%)	Aplic./total	Freq.(%)	Aplic./total	Freq.(%)
S	206/295	70%	341/414	82%	74/118	63%
P	40/295	14%	26/414	7%	15/118	13%
F	49/295	16%	47/414	11%	29/118	24%

Conforme nossa hipótese, os dados dos editoriais comprovam que a forma nova é favorecida por verbos da 1ª conjugação, apesar de a diferença percentual entre a forma perifrástica no presente na 1ª conjugação (14%) e na 3ª (13%) não ser significativa (apenas 2%).

Para a escolha de perífrase no futuro, o maior percentual esteve com os verbos da 3ª conjugação (24%). Ao investigarmos o porquê dessa alta frequência, notamos que grande parte dessas ocorrências era composta por auxiliares modais (*deverá* atingir, *poderão* aderir), sendo, portanto, o alto índice de F, com verbos dessa conjugação, atribuído ao verbo auxiliar das construções e não aos principais.

Com os verbos de 2ª conjugação, as formas perifrásticas no presente e no futuro tiveram uma queda considerável, pois, como vimos, entre eles estão os verbos *ter* e *ser* que tendem a ser resistentes à forma nova. A alta frequência

desses dois verbos também pode ter provocado o maior percentual de ocorrência de S entre os verbos de 2ª conjugação (82%).

Confirmando o que esperávamos, os dados das entrevistas demonstram que os verbos mais freqüentes são os de primeira conjugação, seguidos dos de segunda e, por último, os de terceira:

Tabela 14: Freqüência de ocorrência de perífrase nas entrevistas, considerando o grupo de fator CONJUGAÇÃO VERBAL

Fatores	Aplicação	Freq. (%)
1ª conjugação	220	62%
2ª conjugação	108	30%
3ª conjugação	27	8%
Total	355	100%

A implementação da forma nova na oralidade parece ter seguido também esse rumo, atingindo primeiramente os verbos mais abundantes.

Como os dados gerais dos editoriais não demonstraram esse princípio, procedemos, então, a mais uma rodada dos dados em que amalgamamos as variantes F e P e desconsideramos as ocorrências com os modais auxiliares e com os principais *ser* e *ter*. Os resultados foram os seguintes:

Tabela 15: Influência do grupo CONJUGAÇÃO VERBAL na escolha da variante de futuro do presente nos editoriais, sem as ocorrências de *ser*, *ter* e auxiliares modais

Fatores	1ª Conjugação		2ª Conjugação		3ª Conjugação	
	Aplic./total	Freq.(%)	Aplic./total	Freq.(%)	Aplic./total	Freq.(%)
S	203/261	78%	87/115	76%	74/99	74%
(F + P)	58/261	22%	28/115	24%	25/99	25%

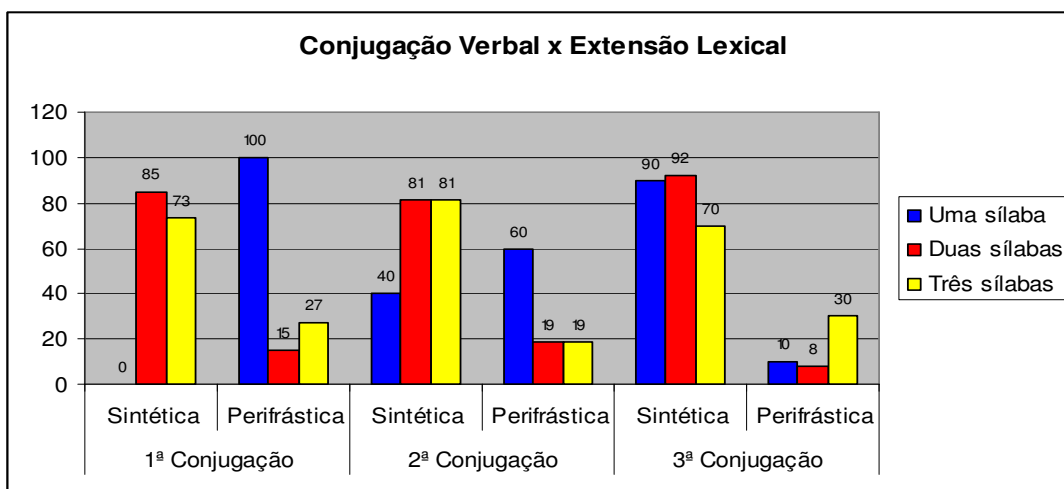
Ao contrário do que esperávamos, mais uma vez, esta análise demonstra que a forma nova é favorecida pelos verbos de 3ª conjugação. Ao examinarmos os

dados, no entanto, verificamos que as construções com F e P nessa conjugação são, na quase totalidade, com verbos principais com mais de uma sílaba (duas, três ou quatro).

Essa informação parece sugerir que a forma nova não é favorecida neste grupo pela categoria da conjugação verbal, mas pelo fato de os verbos da 3ª conjugação encontrados nos editoriais serem quase todos com mais de uma sílaba. Como vimos, os verbos mais extensos facilitam o uso da perífrase.

A fim de averiguarmos se o cruzamento dos fatores *extensão lexical* e *conjugação verbal* se confirmava, procedemos a uma nova rodada dos dados. Nessa etapa, retiramos as ocorrências com os auxiliares modais, além das ocorrências de *ser* e *ter*. Os resultados obtidos podem ser visualizados no gráfico abaixo:

Gráfico 4: Distribuição das ocorrências das formas nos editoriais a partir do confronto dos fatores CONJUGAÇÃO VERBAL e EXTENSÃO LEXICAL DO VERBO PRINCIPAL.



Desconsiderando a ocorrência de F + P entre os verbos da 1ª conjugação com uma sílaba, por termos tido apenas uma ocorrência, é possível perceber que, entre os verbos de 1ª conjugação, o índice de forma perifrástica quase dobra quando os verbos principais possuem duas ou três sílabas: 15% e 27%, respectivamente.

Esse resultado reforça a confirmação da hipótese de que verbos mais extensos e na primeira conjugação favorecem a implementação da forma nova, já que consideramos esses percentuais bem significativos para o gênero analisado.

Entre os verbos de 2ª conjugação, surpreendentemente, a forma perifrástica apresenta maior percentual com verbos de uma sílaba (60%), o que redireciona os resultados que temos apresentado, pois, à medida que modificamos o foco de análise, parece haver uma evolução dos dados em direção à nossa hipótese de implementação total da forma nova.

Quando procedemos a uma rodada geral, com todos os dados, o índice da forma perifrástica entre os verbos de 2ª conjugação foi de apenas 6% para P e de 11% para F. Vimos que era preciso, então, excluir as ocorrências com os principais *ser* e *ter*, além dos modais. Com essa nova rodada, obtivemos um percentual de 24% de ocorrência da forma nova entre os verbos de segunda conjugação, amalgamando F e P.

Agora, com o índice de 60% de ocorrência da forma nova entre verbos de 2ª conjugação e de uma sílaba, podemos concluir que, com exceção dos verbos mais freqüentes na língua e de morfologia mais marcada, a exemplo de *ser* e *ter*, o processo de mudança já atingiu essa conjugação na escrita.

Nossa hipótese para a evolução do processo de mudança é que, paulatinamente, a forma nova também se torne mais freqüente entre esses verbos considerados resistentes, pois, nos editoriais, a estrutura IR (auxiliar) + Ser (Ter) já é encontrada, conforme os exemplos baixo:

(27) Agora, a extinção do subteto de R\$ 22.111,25 mensais para os promotores e a equiparação salarial aos ministros do STF, no valor de R\$ 24.500, **vai ser** contestada judicialmente. (Editorial, 06 de dezembro de 2006)

(28) No próximo ano, o governo federal **vai ter** de ajustar contas, seja quem for o presidente. (Editorial, 28 de agosto de 2006.)

Já entre os verbos da 3ª conjugação, o maior índice de ocorrência da forma nova foi com os verbos de três sílabas, apesar de o perceptual de ocorrência da

forma sintética entre os verbos de uma, duas ou três sílabas ainda ser bem alto (90%, 92% e 70%, respectivamente).

Antes de cruzarmos esses fatores, verbos na 3ª conjugação apresentaram maior frequência com a forma perifrástica, embora nossa hipótese fosse que a maior ocorrência da forma nova seria com os de 1ª.

Com a observação dos dados e com o cruzamento desses fatores, porém, confirmamos que o número de sílabas do verbo principal influenciou o resultado:

(45) A iniciativa privada **vai investir** cerca de R\$ 140 milhões na construção da Hidrelétrica São Pedro, em Domingos Martins (...) (Editorial, 24 de julho de 2006).

8.5 NATUREZA SEMÂNTICA DO VERBO PRINCIPAL

“A tarefa de se estabelecer categorias semânticas de verbos é sempre complexa” (Costa, 2003, p. 95). Dentre as diversas classificações que poderíamos adotar, escolhemos nesta pesquisa a dos lingüistas Vilela e Koch (2001, p. 66 - 67) pela preocupação/intenção dos teóricos em considerar a gramática um arcabouço que contempla questões que vão da palavra ao discurso.

Em consonância com nossa perspectiva de análise, encontra-se, abaixo, a classificação proposta pelos lingüistas Vilela e Koch (2001). Nela, os verbos se distribuem em três grupos, tendo por base o significado genérico que podem assumir.

1) Verbos de ação/atividade – são verbos que implicam um fazer e têm como ponto de partida um agente:

(46) Também avisa que, se não houver acordo, a Petrobras **deixará** de operar no país vizinho. E **cobrar** indenização. Vamos ver. (Editorial, 25 de outubro de 2006).

2) Verbos de processo – são verbos que implicam mudanças nas entidades às quais se aplicam e implicam um acontecer:

(47) mas assim de pessoa doente de de problema de Filho...
 uma SORte daNAda... nenhum nenhum nenhum...
 agora aí que tá o (caso)... **vai acontecer** (Cel. 43, p. 29)

3) Verbos de estado – são verbos que configuram a duração de um ser ou permanência de um estado, sem implicar completa imutabilidade.

(48) receberam aquele plano de trabalho... então no primeiro
 dia de aula eu marco todas as provas... digo como é que
vão ser as notas... né?. (Cel. 43, p. 29)

Como vimos anteriormente, a noção de futuro pressupõe a idéia de movimento (deslocar-se no espaço > deslocar-se no tempo), por isso esse traço deve estar presente no contexto de futuridade.

Esse entendimento levou Gibbon (2000) a propor uma escalaridade de análise do traço semântico do verbo principal da forma perifrástica. Baseando-se nas acepções do dicionário de Ferreira (1988), Gibbon (2000, p. 13) utiliza a noção de *deslocamento* (*tirar do lugar onde se encontrava*) e de *movimento* (*ato ou processo de mover (-se), animação*) para propor que verbos de mais movimento (*sair, ir, andar*) inibem o uso da perífrase, a fim de evitar a redundância desse traço já presente no verbo IR. Verbos com o traço [-movimento] (*assistir, ver, amar*) e de estado (*ter, ser, estar*), ao contrário, favoreceriam, segunda a lingüista, a perífrase.

A pesquisadora, após analisar 36 entrevistas com informantes da área urbana, realizadas no município de Florianópolis, assim conclui:

O principal fator condicionante do uso da forma perifrástica é o caráter estático do verbo (...). Uma primeira interpretação é a de que a forma perifrástica, nesses contextos, confere ao verbo estático uma carga de movimento que reforça a futuridade (GIBBON, 2000, p. 15).

Oliveira (2006, p. 159), no entanto, considerou que “o futuro perifrástico se espraiaria pelos verbos que denotam evento, já que o verbo *ir*, sendo um verbo de movimento, exprime uma ação que envolve dois momentos, o de partida e o de chegada”.

A pesquisadora analisa editoriais de jornais da década de 90 e verifica, também, que a forma perifrástica ocorre em menor percentual com verbos que indicam estado.

Se, por um lado, concordamos com a hipótese de Gibbon (2000) de que a construção com IR confere um traço de movimento à noção de tempo, o que faria com que a forma nova fosse favorecida pelos verbos de estado, por outro, observando as hipóteses de Oliveira (2006), não podemos perder de vista que os verbos de movimento são, semanticamente, mais próximos do verbo IR, já que implicam também momento de partida e de chegada.

A hipótese que adotamos nesta pesquisa, portanto, é a de que os verbos são gradativamente atingidos pela forma nova, começando pelos verbos que denotam ação/atividade, passando pelos verbos de processo até atingir os de estado.

8.5.1 Resultados

Os resultados das entrevistas foram os seguintes:

Tabela 16: Freqüência de ocorrência de perífrase nas entrevistas, considerando o grupo de fator NATUREZA SEMÂNTICA DO VERBO PRINCIPAL

Fatores	Aplicação	Freq. (%)
Ação/Atividade	227	64%
Processo	34	10%
Estado	94	26%
Total	355	100%

A tabela acima demonstra que os verbos mais freqüentes na oralidade são os de ação (64%). Em segundo lugar, ocorreu um alto índice de verbos de estado, sendo muito recorrente os verbos *ficar*, *ser*, *ter*. Os verbos que denotam processo foram os mais variados, mas também os menos freqüentes nessa amostra.

Se verbos de ação são mais freqüentes, talvez seja por eles que a forma nova tenha implementado na oralidade. Os verbos de estado, ocupando segunda posição na freqüência de ocorrência, podem ter sido atingidos antes dos de processo, embora nossa pesquisa não tenha pretensão de assegurar esse dado.

Em relação aos dados dos editoriais, embora esse fator não tenha sido selecionado pelo programa *Goldvarb*, a freqüência de ocorrência das formas apresentou um resultado relevante, pois diferentemente dos dados da oralidade, o menor percentual para a forma perifrástica ocorre com verbos que indicam estado, e não processo.

Assim como os resultados de Oliveira (2006), os percentuais de freqüência de ocorrência dos editoriais sugerem que a construção perifrástica atinge a modalidade escrita primeiramente a partir dos verbos que denotam ação/atividade.

Os verbos de estado, pouco numerosos e com alta freqüência dos mesmos verbos (principalmente *ter* e *ser*), parecem resistir à forma nova, uma vez que, devido à recorrência, cristalizam-se, na escrita. Já os verbos de processo, foram mais freqüentes que os de estado, nos editoriais, e, talvez, por isso, apresentaram maior percentual de freqüência de ocorrência na forma nova.

A tabela a seguir demonstra os resultados encontrados:

Tabela 17: Influência do fator NATUREZA SEMÂNTICA DOS VERBOS para a ocorrência das formas nos editoriais.

Fatores	Ação/Atividade		Processo		Estado	
	Aplic./ total	Freq. (%)	Aplic./ total	Freq. (%)	Aplic./ total	Freq. (%)
S	236/362	65%	54/79	68%	331/386	85%
P	51/362	14%	11/79	13%	19/386	4%
F	75/362	20%	14/79	17%	36/386	9%

Por esses resultados, verbos de ação/atividade favorecem à implementação da forma nova. Uma explicação para esse comportamento pode ser, como vimos, o fato de esses verbos também implicarem valor semântico de movimento, mais próximo à noção de movimento presente em IR.

Também parece relevante o fato de os verbos que denotam ação serem mais abundantes na língua portuguesa, apesar de, nos editoriais, o percentual de freqüência dos verbos de estado (386 ocorrências) ter sido maior que os de ação/atividade (362).

Já para a freqüência de ocorrência da forma sintética nos editoriais, os percentuais mais altos são com os verbos de estado (85%). Esse resultado parece indicar que a forma sintética é tão especializada na língua para expressar tempo, que o traço de movimento, comum à estrutura de futuro, pode estar intrínseco nessa forma.

Outra hipótese para o maior percentual de forma sintética com verbos de estado seria, mais uma vez, o alto índice de ocorrência dos verbos *ser* e *ter* em nossos dados. Para comprovarmos se essas ocorrências poderiam modificar os resultados, elas foram retiradas, juntamente com os modais, e passamos a confrontar as ocorrências de forma conservadora em relação às ocorrências da forma inovadora. Os resultados foram os que seguem na tabela 18:

Tabela 18: Influência do fator NATUREZA SEMÂNTICA DOS VERBOS para a ocorrência das formas conservadora x forma inovadora, nos editoriais, desconsiderando os modais e os verbos *ser* e *ter*.

Fatores	Ação/Atividade		Processo		Estado	
	Aplic./ total	Freq. (%)	Aplic./ total	Freq. (%)	Aplic./ total	Freq. (%)
S	228/303	75%	52/68	76%	84/104	80%
P + F	75/303	24%	16/68	23%	20/104	19%

Os resultados acima, mais uma vez, confirmam que a forma sintética predomina entre os verbos de estado, enquanto a perifrástica, entre os de ação, embora os percentuais não sejam tão distantes. Os verbos de processo, menos recorrentes, ocupam posição intermediária em relação à ocorrência da forma nova. Os resultados das duas rodadas são comparados nos gráficos 5 e 6:

Gráfico 5: Distribuição das ocorrências das formas de futuro, considerando a NATUREZA SEMÂNTICA DO VERBO PRINCIPAL: Rodada geral

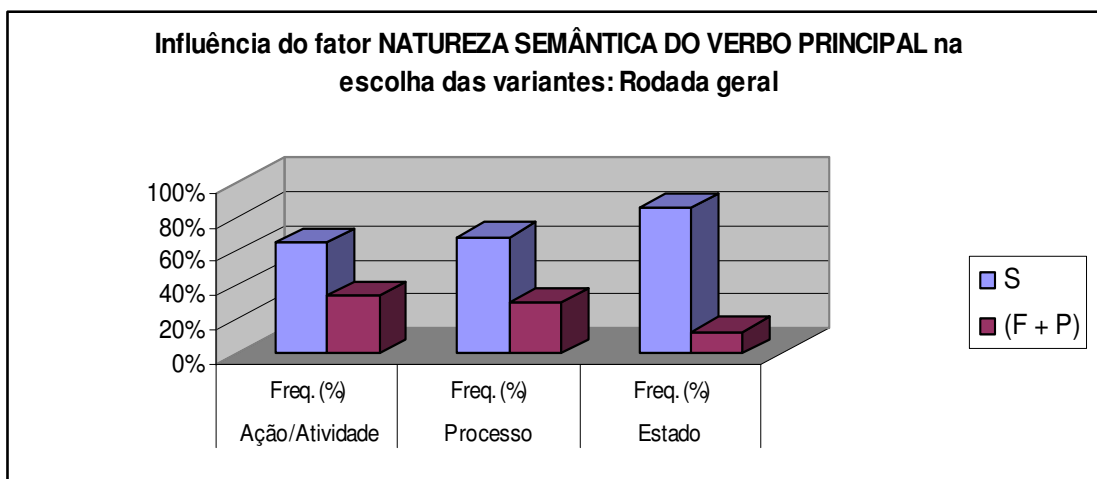
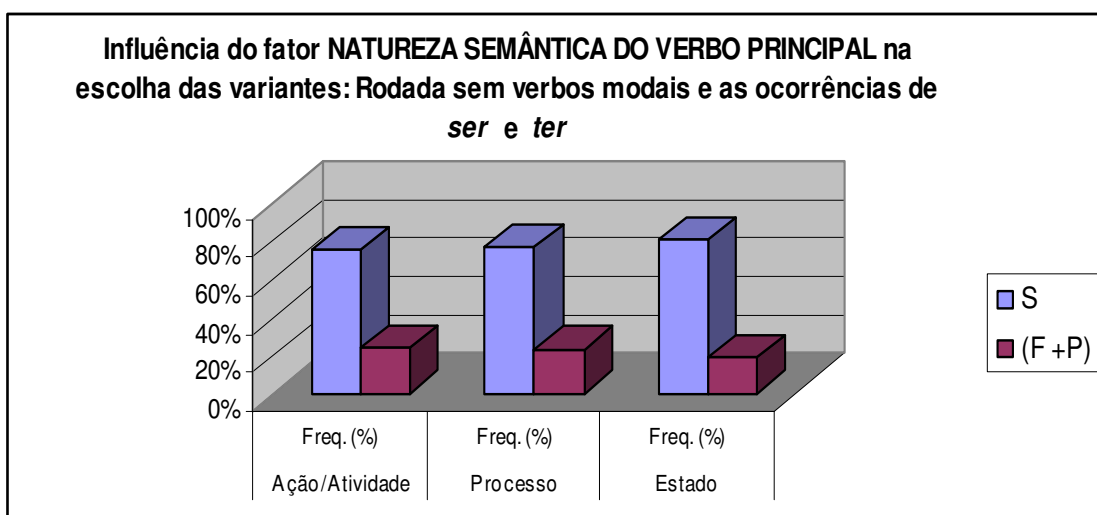


Gráfico 6: Distribuição das ocorrências das formas de futuro, considerando a NATUREZA SEMÂNTICA DO VERBO PRINCIPAL: Rodada sem os modais, *ser* e *ter*



No gráfico 5, fica demonstrada a influência desse fator para o uso das formas nos dados dos editoriais: à medida que diminui o traço de movimento nos verbos principais, também diminui a frequência de ocorrência da forma nova.

Já no gráfico 6, a frequência de ocorrência das formas decresce ou aumenta mais sutilmente, embora o princípio se mantenha (mais movimento, mais forma perifrástica).

Os resultados das entrevistas e dos editoriais para esse grupo de fatores foram equilibrados, visto que em ambas as modalidades os verbos mais freqüentes foram, em ordem decrescente, os de ação/movimento, estado e processo e, confirmando a hipótese de trabalho, a forma nova é favorecida pelos verbos de ação/movimento.

8.6 MARCA DE FUTURIDADE FORA DO VERBO

Oliveira (2006) destaca, como contexto que condiciona o emprego de verbos no presente para expressar futuro, a presença de circunstancializador de tempo futuro, tanto na forma oracional quanto na sintagmática.

Analisando essa consideração e a bibliografia selecionada para esta pesquisa, notamos que a forma perifrástica emerge da necessidade de evidenciar a modalidade inerente ao futuro e, gradativamente, passa a codificar tempo futuro, numa função mais gramatical.

A partir dessa observação, decidimos também considerar o fator *marca de futuridade fora do verbo*, com a hipótese de que a forma sintética, por ser mais gramatical, exprime com maior precisão o tempo futuro e, por isso, outras marcas, que não as da morfologia verbal, seriam evitadas.

Assim, nossa hipótese é a de que, enquanto a forma sintética inibe outras marcas de futuro, a forma perifrástica favorece essas marcas para reforçar o aspecto de tempo.

Como conseqüência dessa primeira hipótese, outra se delineou. Consideramos que, como a forma inovadora parece apresentar valores funcionais diferentes, a depender do contexto em que se encontra (ora mais modal, ora mais gramatical), a construção com perífrase que faz uso de outras marcas de futuridade seria mais modal, enquanto a construção perifrástica sem outras marcas, mais gramatical ou mais especializada na função de codificar futuro.

Com essas hipóteses, poderemos pesquisar dois aspectos da expressão do futuro do presente:

1. presença/ausência de marcas fora do verbo x forma sintética/perifrástica;
2. presença/ausência de marcas fora do verbo x perífrase mais modal/mais gramatical.

Nessa variável foram selecionados os seguintes fatores:

a) Presença de advérbio:

- (49) O Supremo Tribunal Federal entendeu também que o decreto que serviu de base para que as Mesas Diretoras da Câmara e do Senado decidissem conceder o reajuste de 91% não **poderá vigorar** na próxima legislatura do Congresso (...) (Editorial, 20 de dezembro de 2006).
- (50) Abastecido com impostos estaduais e municipais e complementação da União, tem recursos estimados em R\$ 36,2 bilhões no primeiro ano de funcionamento e **chegará** a R\$ 48 bilhões no quarto ano. (Editorial, 02 de fevereiro de 2006).

b) Presença de oração temporal:

- (51) É um alento para a segurança pública o anúncio feito pela Polícia Militar (...) de que só **desocupará** os bairros antes dominados por traficantes quando a normalidade for restabelecida. (Editorial, 30 de agosto de 2006).
- (52) O índice de crescimento do Espírito Santo, no ano que começa hoje, **vai superar** 8% (...) (Editorial, 01 de janeiro de 2006).

c) Presença discursiva de marca:

- (53) O governo rebate a acusação de inchaço na receita prevista. Argumenta que seu fluxo de caixa **será** (em 2007) engordado por iniciativas (...) (Editorial, 21 de setembro de 2006).
- (54) O Brasil **vai crescer** mais (no segundo mandato de Lula, em 2007) (Editorial 31 de outubro de 2006).

d) Ausência de marca:

- (55) O procurador-geral da República e presidente do próprio CNMP, Antonio Fernando de Souza, anunciou que **entrará** no Supremo Tribunal Federal com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) contra a resolução aprovada pelo Conselho (Editorial, 06 de dezembro de 2006).
- (57) Uma certeza já podem ter os cidadãos indignados com aumento de 91% nos subsídios dos deputados e senadores: não **vai ficar** por isso mesmo. (Editorial, 19 de dezembro de 2006).

8.6.1 Resultados

Esse grupo de fatores foi selecionado pelo programa computacional como relevante para o uso de S e de F nos editoriais. Os resultados descrevem-se nas tabelas 19 e 20:

Tabela 19: Influência do fator MARCA DE FUTURIDADE FORA DO VERBO para a escolha da forma sintética nos editoriais: rodada geral.

Fatores	Aplic./total	Freq. (%)	Peso Relativo
Presença de advérbio	95/154	27%	.33
Presença de oração temporal	8/13	61%	.33
Presença discursiva	319/358	89%	.65
Ausência de marca	199/302	65%	.39

Tabela 20: Influência do fator MARCA DE FUTURIDADE FORA DO VERBO para a escolha de perífrase com IR no futuro, nos editoriais: rodada geral

Fatores	Aplic./total	Freq. (%)	Peso Relativo
Presença de advérbio	42/154	27%	.76
Presença de oração temporal	1/13	7%	.40
Presença discursiva	17/358	4%	.28
Ausência de marca	65/302	21%	.70

Os resultados expostos na tabela (19) confirmam nossa hipótese de que, nos contextos em que não há marcas temporais explícitas, a forma sintética prevalece. Embora esperássemos que o contexto mais favorável à ocorrência de S fosse *ausência de marca*, o maior peso relativo para a ocorrência dessa forma foi nas estruturas de contexto *presença discursiva de marca temporal* (.65).

Consideramos, porém, que esse dado não contraria nossa hipótese, pois ainda assim sugere que, na construção em que há forma sintética, a presença de outras marcas para codificar o futuro, além da morfologia verbal, torna-se redundante.

Esse resultado pode confirmar a especialização dessa forma, já que ela, sozinha, recupera textualmente o que já foi delimitado em relação à projeção de futuridade. Os contextos *presença de advérbio* e *presença de oração temporal* tiveram a mesma influência para a escolha de S (.33)

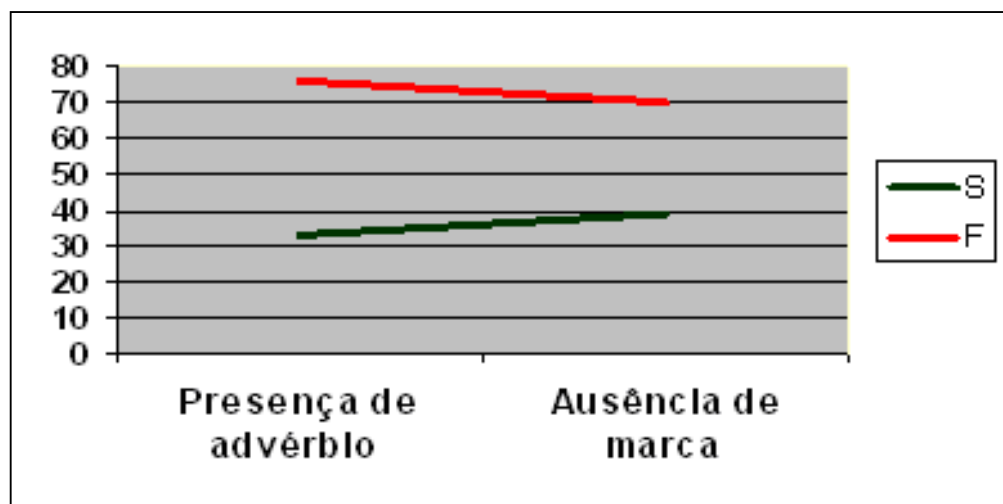
Já para as ocorrências de forma sintética no futuro, os resultados da tabela (20) parecem contraditórios. Inicialmente, confirmamos nossa hipótese de que o contexto *presença de advérbio* é o que mais favorece a perífrase, com peso relativo de .76. Em seguida, verificamos que o contexto *ausência de marca* também era favorável à ocorrência da forma nova, apresentando .70 como peso relativo.

Esse resultado pode indicar que a forma perifrástica, inicialmente, exerce uma função mais modal, daí a necessidade de outras marcas assegurarem a futuridade do contexto.

À medida que tem se especializado, tornado-se “boa” tanto para um maior número de contextos, quanto para as duas modalidades da língua, gramaticaliza-se com função temporal, o que eleva sua frequência também em estruturas em que ocorre *ausência de marca*, porque nesse estágio a forma nova é capaz de assegurar a futuridade sem o auxílio de outras marcas.

O gráfico 7, com dados dos editoriais, pode ilustrar o comportamento dessas formas a partir da comparação dos percentuais de ocorrência com os fatores mais extremos desse grupo: *ausência/presença* de marcas temporais.

Gráfico 7: Distribuição dos dados de forma sintética e perifrástica com IR no futuro, nos editoriais, de acordo com a presença/ausência de MARCA DE FUTURIDADE FORA DO VERBO



O resultado parece sugerir que ainda há uma especialização das formas para ocupar contextos diferentes, pois enquanto a forma sintética é favorecida nos contextos de ausência de outras marcas de futuro, a forma perifrástica tem sua aplicação reduzida nesses mesmos contextos.

Já para as entrevistas, os percentuais de frequência de ocorrência da forma nova em relação a cada fator desse grupo sugerem que a perífrase com IR está bem gramaticalizada, pois 66% das ocorrências já não possuem outras marcas de futuro. Os percentuais estão abaixo descritos.

Tabela 21: Frequência de ocorrência de perífrase nas entrevistas, considerando o grupo de fator MARCA DE FUTURIDADE FORA DO VERBO.

Fatores	Aplicação	Freq. (%)
Presença de advérbio	33	9%
Presença de oração temporal	7	2%
Presença discursiva	81	23%
Ausência de marca	234	66%
Total	355	100%

Assim como a forma sintética, a perifrástica, na oralidade, assegura a expressão de futuro em contextos com *presença* discursiva de outras marcas. Nos contextos em que há *presença de advérbio* ou de *oração temporal*, no entanto, a frequência de perífrase diminui consideravelmente (9% e 2%, respectivamente), confirmando a especialização da forma nova na oralidade para expressar tempo.

Resultados como esses parecem confirmar que, enquanto para os editoriais a forma perifrástica está menos gramaticalizada que a sintética para codificar tempo, já que nos contextos em que há presença discursiva de marcas temporais a frequência da forma nova ainda é baixa (4%), nas entrevistas ela assegura a marcação de futuro, sem auxílio de outras marcas.

Para esse tópico, portanto, concluímos que a forma inovadora, nos editoriais, ainda está mais presente nos contextos em que ocorre presença de marcas temporais fora da morfologia verbal e que, aos poucos, tem atingido os contextos com ausência de marca, seguindo, talvez, o mesmo percurso que na oralidade.

8.7 PARALELISMO

O fator *paralelismo* é um dos que mais têm motivado o uso de uma forma lingüística quando falamos em expressão de futuro. A influência desse fator tem sido tão notória em diversas pesquisas que ele passou a ser tratado como um *princípio* lingüístico, o que significa que pode ser um mecanismo universal no processamento da linguagem.

Em destaque em muitas pesquisas, como a de Oliveira (2006) e a de Tesch (2007), está o trabalho de Sherre (1988)²⁶, que, em tese de doutorado, destaca que a importância desse fator em trabalhos Variacionistas foi confirmada em diversas línguas.

Em Tesch (2007, p. 74), com o estudo da variação entre formas do futuro do pretérito e pretérito imperfeito na fala capixaba, o paralelismo “obteve o primeiro lugar na seleção do programa *goldvarb*”.

Esse fator, ou princípio, consiste em uma “tendência à repetição de uma forma anteriormente utilizada” (Omena, 2003, p. 65). Assim, já adaptando à nossa pesquisa, uma ocorrência da forma perifrástica desencadearia outra ocorrência dessa mesma forma e, de igual modo, uma ocorrência da forma sintética desencadearia outra forma sintética. Já as ocorrências isoladas têm sido consideradas, pela literatura lingüística, formas “neutras” quanto à escolha de uma forma ou outra.

Nos editoriais, consideramos *ocorrência em cadeia* aquela precedida por uma das formas variantes dentro do mesmo parágrafo, pois observamos que, embora o editorial pareça ter a tendência de manter a mesma forma (a forma escolhida no início do texto tende a ser preservada em todo o texto), as formas também se alternam ao longo do texto.

Após a leitura criteriosa de parte do editorial antes de iniciarmos a codificação dos dados, percebemos que o que poderia influenciar a mudança das formas ao longo do texto é a mudança de tópico discursivo, que coincide com a mudança de parágrafos. Por isso tomamos a decisão de considerar, nos editoriais, o parágrafo como limite para esse fator.

²⁶ *Reanálise da concordância nominal em português*. Tese de doutorado. Rio de Janeiro: FL/UFRJ, 1998.

A seguir, com exemplos dos dois gêneros pesquisados, destacamos os tipos de paralelismos que foram selecionados nesse grupo. As formas analisadas estão em negrito e sublinhadas:

a) Ocorrência isolada:

(58) Tomara que sim, Caso contrário, a próxima legislatura já **será** iniciada sob clima de tensão, no caso de reeleição de acusados. (Editorial, 02 de agosto de 2006).

(59) Aí, eu tenho, que fazer hidrogenástica e caminhar, mais eu tô meio preguiçosa né, mas eu **vou começar** a caminhar. (Cel. 46, p. 20).

b) Primeira ocorrência de uma série:

(60) Sem observá-la, nenhum governo **conseguirá** equilibrar suas finanças. **Vai** se **atolar** em dívidas irresponsáveis, muito difíceis de serem honradas. Em conseqüência, não **terá** recursos para investir em serviços indispensáveis à população (...). (Editorial, 01 de julho de 2006).

(61) Falando sobre Big Brother: não tem necessidade não **vão acrescentar** nada a ninguém...na::da...**vai acrescentar** na::da... ninguém **vai ficar** mais inteligente ou **vai ficar** mais sabe? (Cel. 38, p. 05).

c) Ocorrência em cadeia precedida de forma sintética:

(62) Diz (o Governo Lula) que não **aceitará** a imposição de reajuste no preço do gás. Também avisa que, se não houver acordo, a Petrobras **deixará** de operar no país vizinho. E **cobrar**á indenização. Vamos ver. (Editorial, 25 de outubro)

d) Ocorrência em cadeia precedida de forma perifrástica, com IR no presente:

(63) Agora, a extinção do subteto de R\$ 22.111,25 mensais para os promotores e a equiparação salarial aos ministros do STF, no valor de R\$ 24.500, **vai ser** contestada judicialmente. O procurador-geral da República e presidente do próprio CNMP, Antonio Fernando de Souza, anunciou que **entrará** no Supremo Tribunal Federal com uma Ação Direta de

Inconstitucionalidade (Adin) contra a resolução aprovada pelo Conselho. (Editorial, 06 de dezembro).

- (64) Falando sobre ir de Vila Velha para Vitória (pedágio) – tem que (ir voltar)... é... é horrível... que nem a pessoa não **vai vim** aqui no Centro de Vitória e passar pela Segunda ponte... ainda bem que tem essa opção aqui né? porque eu acho que nada pode ser construído... [ali oh/ **vou ter** que passar ali **vou ter** que pagar (Cel. 38, p. 32)

e) Ocorrência em cadeia precedida de forma perifrástica com auxiliar no futuro²⁷:

- (65) Uma eventual omissão diante da atitude adotada pelas tribos **poderá abrir** um precedente grave. E quem **poderá pagar** caro com essa omissão será a própria sociedade. (Editorial, 05 de fevereiro).

8.7.1 Resultados

Na análise geral dos dados dos editoriais, esse grupo de fatores foi selecionado como relevante pelo programa *Goldvarb* apenas para a escolha de P. Apesar disso, consideramos importante também os percentuais de frequência de ocorrência desse grupo de fatores para as ocorrências de S e de F, conforme os resultados abaixo:

Tabela 22: Influência do grupo de fatores PARALELISMO na escolha de forma perifrástica no presente, nos editoriais

Fatores	Aplic./total	Freq. (%)	Peso Relativo
Ocor. isolada	41/376	10%	.54
Primeira ocorrência de uma série	19/171	11%	.55
Ocor. em cadeia precedida de S	14/205	6%	.42
Ocor. em cadeia precedida de P	6/31	19%	.72
Ocor. em cadeia precedida de F	1/44	2%	.17

²⁷ Nesse mesmo grupo, consideramos também as construções perifrásticas com auxiliares modais. E nas entrevistas, esse paralelismo não ocorreu.

Tabela 23: Influência do grupo de fatores PARALELISMO na escolha de forma sintética nos editoriais

Fatores	Aplic./total	Freq. (%)
Ocor. isolada	275/376	73%
Primeira ocorrência de uma série	130/171	76%
Ocor. em cadeia precedida de S	164/205	80%
Ocor. em cadeia precedida de P	21/31	67%
Ocor. em cadeia precedida de F	31/44	70%

Tabela 24: Influência do grupo de fatores PARALELISMO na escolha de perífrase no futuro nos editoriais

Fatores	Aplic./total	Freq. (%)
Ocor. isolada	60/376	15%
Primeira ocorrência de uma série	22/171	12%
Ocor. em cadeia precedida de S	27/205	13%
Ocor. em cadeia precedida de P	4/31	12%
Ocor. em cadeia precedida de F	12/44	27%

Os resultados acima confirmam a influência desse fator na escolha das variantes e reforça a hipótese de que o uso de uma forma desencadeia em contexto imediatamente posterior a ocorrência de forma idêntica (S leva a S, P leva a P e F leva a F).

Para a ocorrência de P, por exemplo, o maior peso relativo (.72), conforme a tabela (22), ocorre com o fator *ocorrência em cadeia precedida de P*, comprovando que o paralelismo lingüístico é um importante mecanismo para a implementação da forma inovadora.

Talvez possamos afirmar que o espriamento da forma nova em contextos mais resistentes pode ser explicado também por esse fator, pois a partir de um contexto favorável ao longo de um texto (considerando a influência de outros

fatores), contextos mais resistentes podem ser afetados pelo processo de mudança graças a esse mecanismo de tendência à manutenção da forma utilizada.

Curiosamente, a variante P apresenta menores percentuais (2% e 6%) e menores pesos relativos (.17 e .42) quando encabeçada por F e S, respectivamente. Esse resultado sugere que, apesar de F ser uma forma inovadora em relação a S, sua morfologia pode funcionar como inibidora de P.

Isoladamente, a maior freqüência de ocorrência é da forma S (73%), seguida de F (15%) e, por último, P (10%). Esse resultado confirma que, no gênero escrito, a morfologia da forma conservadora ainda exerce influência na escolha da forma inovadora, uma vez que F, isoladamente, é mais selecionada que P.

Esse processo de mudança, a depender dos resultados já obtidos no gênero mais oral analisado, parece caminhar para substituir a forma conservadora por P e não por P e/ou F. Uma prova disso pode ser, além do fato de F inibir a ocorrência de P, a ausência de F nas entrevistas.

A freqüência de ocorrência dos fatores desse grupo nas entrevistas é exposta abaixo:

Tabela 25: Freqüência de ocorrência de perífrase nas entrevistas, considerando o grupo de fator PARALELISMO.

Fatores	Aplicação	Freq. (%)
Ocorrência isolada	110	31%
Primeira ocorrência de uma série	63	18%
Ocorrência em cadeia precedida de P	182	51%
Total	355	100%

No entanto, é preciso destacar, que

(...) a influência do paralelismo sobre a escolha das variáveis só está relacionada ao aumento de ocorrências de uma ou outra forma na dependência do incremento de uma delas por outros fatores favorecedores, não constituindo, portanto, um condicionamento que acelere ou retarde a mudança diretamente. (OMENA: 2003, p.73)

9. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora esta pesquisa tenha considerado um número relativamente pequeno de dados, os resultados nos levam a confirmar algumas hipóteses levantadas, a descartar outras e, como o fenômeno que pesquisamos é complexo, novas hipóteses já nos encaminham para as próximas investigações.

Analisando o estágio de gramaticalização de IR a partir da variação entre formas para a expressão do futuro do presente, constatamos que as modalidades oral e escrita da língua parecem ter sido atingidas pelo fenômeno de forma diferente.

Nas entrevistas, gênero característico da modalidade oral, não houve variação entre as formas, tendo sido eleita, em (quase) 100% das ocorrências, a forma perifrástica com IR no presente. Por isso, não foi possível cumprir um de nossos objetivos iniciais, que era identificar a influência também de fatores sociais para a seleção das formas.

Esperávamos que a forma nova estivesse bem arraigada na modalidade oral mais informal, mas não que a variação já tivesse sido eliminada desses contextos. Esse resultado sugere que, nesta modalidade, estamos diante de um caso de mudança (forma simples > forma perifrástica) no paradigma verbal para a expressão do futuro do presente.

Em consequência, longe de ser um fenômeno isolado e restrito à língua portuguesa, como vimos no capítulo 7, o verbo IR aparece bem gramaticalizado nesses ambientes. Se no início do processo surge com matiz mais aspectual (do que vai acontecer) e modal (intenção de fazer algo) para se opor à noção puramente temporal da forma sintética, nas ocorrências aqui analisadas a forma perifrástica encontra-se mais gramaticalizada para expressar tempo, à medida que ocupa os contextos antes favorecidos pela forma conservadora.

Com os resultados da análise dos editoriais, por outro lado, a pesquisa comprovou a preferência do gênero ainda pela forma conservadora. O maior percentual de ocorrência nesse gênero foi o da forma sintética, seguido da forma perifrástica com o auxiliar aparecendo com morfologia de forma sintética.

Contudo, como a frequência da forma inovadora foi considerada significativa nos editoriais (25%), representantes de textos mais formais da modalidade escrita,

consideramos, inicialmente, que estávamos diante de uma mudança em progresso.

Até os contextos mais resistentes à mudança, como a ocorrência dos verbos *ser*, *estar* e os verbos modais, apareceram em nossos dados afetados pela forma inovadora, embora em percentuais baixos.

Ao compararmos nossos resultados com os de Oliveira (2006), no entanto, notamos a necessidade de pesquisas mais amplas, com análise em variados gêneros distribuídos ao longo do *continuun* das modalidades, pois a freqüência das formas sintética e perifrástica, nos editoriais, manteve-se quase a mesma da década de 90 até o ano 2006.

Para a escrita, portanto, outras pesquisas devem ser feitas, pois, se de um lado, tendemos a acreditar que ocorrerá também uma mudança na escrita para a expressão de futuro do presente, a exemplo do que ocorre na oralidade e também considerando a freqüência da forma nova nos editoriais, não podemos, por outro lado, negar que a comparação dos resultados acima pode sugerir no momento atual um caso de variação estável.

Considerando a oposição *forma conservadora/ forma inovadora*, em todos os fatores investigados, as conclusões desta pesquisa com os resultados dos editoriais e das freqüências nas entrevistas são:

- 1) Perífrase com verbo modal: Essa construção é inibida, tanto na oralidade quanto na escrita, para evitar a ambigüidade na marcação da modalidade.
- 2) Extensão Lexical do verbo principal: Verbos mais extensos facilitam a implementação da forma nova e os menos extensos são mais resistentes à mudança.
- 3) Paradigma verbal: Verbos irregulares, nas duas modalidades, constituem contexto de resistência à mudança, embora tenham sido atingidos na oralidade.
- 4) Conjugação verbal: A forma nova ocorre mais frequentemente em verbo de 1ª e de 3ª conjugação. Os de segunda são mais resistentes.
- 5) Natureza semântica do verbo principal: A perífrase seleciona, primeiramente, verbos de ação. Só aos poucos verbos de processo e de estado vão sendo atingidos pela forma nova.
- 6) Marca de futuridade fora do verbo: A forma nova aparece mais frequentemente, nos editoriais, em contextos em que há outras marcas de

futuro, enquanto a sintética, funciona em ambientes com ou sem essas outras marcas.

- 7) Paralelismo: Marcas levam às mesmas marcas, com exceção de construções modais que parecem não ser influenciadas por esse fator.

Os fatores selecionados pelo *Goldvarb* como relevantes para a ocorrência das formas de futuro do presente, nos editoriais, foram:

- a) *Paradigma verbal e marca de futuridade fora do verbo*, para a ocorrência da forma sintética;
- b) *Extensão lexical do verbo principal e marca de futuridade fora do verbo*, para a ocorrência da forma perifrástica com IR no futuro;
- c) *Paradigma verbal e paralelismo* para a ocorrência da forma perifrástica com IR no presente.

Os demais fatores, embora não tenham sido selecionados, apresentaram relevantes percentuais de frequência de ocorrência e por isso foram considerados.

Concluimos também que a motivação discursiva para o uso de uma forma ou de outra pode relacionar-se a alguns aspectos textuais, como a formalidade do texto. Gêneros mais formais, mais sujeitos à norma pedagógica tradicional parecem ainda preferir a forma sintética ou, quando usam a forma nova, selecionam a morfologia de prestígio para o auxiliar.

A forma mais conservadora parece conferir a esses textos um tom de solenidade e impessoalidade, assegurando teor preditivo e formulaico à produção (Barbosa, 2007, p. 7), em consonância com os objetivos dos textos jornalísticos.

Outro aspecto discursivo que parece motivar a seleção das formas refere-se à modalização. Nesses contextos, a atitude do falante/produtor frente aos fatos comentados ganha evidência, por isso os textos mais orais e informais selecionam as formas que expressam mais nitidamente esse conteúdo, que são as construções perifrásticas.

Pelo mesmo motivo, os editoriais são mais resistentes à forma nova e somente quando o monitoramento da produção escapa ao produtor ou quando a construção utiliza outras marcas da oralidade é que a perífrase encontra condições favoráveis para penetrar na escrita formal.

Esta pesquisa confirma a gramaticalização de IR para expressar tempo e a conseqüente emergência da construção perifrástica com IR para concorrer com a forma sintética na expressão do futuro do presente.

A implementação da forma nova atinge a variedade padrão, mas fatores lingüísticos e discursivos ainda condicionam os contextos favoráveis para seu uso. O elemento decisivo para a determinação da mudança nessa expressão verbal da língua portuguesa do Brasil pode ser o funcionamento da modalidade escrita da língua.

Se estamos diante de um processo de mudança, para as duas modalidades, ou de variação estável, para a escrita, apenas pesquisas mais amplas poderão assegurar.

Outros aspectos semântico-discursivos (como outros gêneros), socioculturais (como a escolaridade, o *status* social) e contextos lingüísticos mais amplos (como a tipologia textual) podem definir com mais precisão se haverá mudança na língua portuguesa do Brasil para essa expressão, contribuindo para uma teoria mais geral da língua.

Interessante também seria investigar o jornal *A Gazeta* desde sua constituição para descobrirmos o momento em que a forma nova começa a aparecer nesse ambiente. Será que foi no mesmo período em que começou a aparecer nos outros jornais do Brasil, mais tradicionais, ou foi posteriormente?

Até lá, concluímos que o tempo futuro merece muitas pesquisas e que só no *futuro*, com as próximas investigações, o rumo desse fenômeno poderá ser traçado.

REFERÊNCIAS

ALKMIN, Tânia Maria. Sociolingüística – Parte I. In: MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Christina (orgs). **Introdução à lingüística 1: domínios e fronteiras**. São Paulo: Cortez, 2001.

AZEREDO, José Carlos de. **Fundamentos de gramática do Português**. 3. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

BARBOSA, Juliana Bertucci. **A expressão do futuro no português brasileiro contemporâneo** (2007) Disponível em: <http://www.filologia.org.br/.ivcnlf/anais/caderno_07_11.htm>. Acesso em 03 de março de 2008.

BECHARA, Evanildo. **Moderna gramática Portuguesa**. 37. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004.

BORBA, Francisco da Silva. **Pequeno vocabulário de Lingüística Moderna**. 2 ed. São Paulo: Companhia Editorial Nacional, 1976.

BYBEE, Joan *et al.* **The evolution of grammar: tense, aspect and modality in the languages of the world**. Chicago: University of Chicago Press, 1994.

_____. Mechanisms of change in grammaticization: the role of frequency. In: JOSEPH, Brian; JANDA, Richard (eds). **A handbook of historical linguistics**. Blackweel, 2003.

CAMACHO, Roberto Gomes. Sociolingüística – Parte II. In: MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Christina (orgs). **Introdução à lingüística 1: domínios e fronteiras**. São Paulo: Cortez, 2004.

CASTILHO, Ataliba de. Estudos Lingüísticos e Literários, n. 19, Salvador, Programa de Pós-Graduação em Letras e Lingüística, Universidade Federal da Bahia, 1997.

_____. Aspecto verbal no português falado. In: ABAURRE, M. B.; RODRIGUES, A. C. S. **Gramática do português falado**. São Paulo: UNICAMP, 2002.

_____. Perspectivas sobre a gramaticalização no “Projeto para a História do Português Brasileiro”. In: **Historiando o Português Brasileiro: História das línguas: variedades, gramaticalização, discursos**. Relatório das atividades desenvolvidas ao abrigo do Programa CAPES-DAAD-PROBRAL, de 2000 a 2003 (Projeto 109/00).

COAN, Marluce *et al.* **As categorias verbais de tempo, aspecto, modalidade e referência: pressupostos teóricos para uma análise semântico-discursiva**. Disponível em: <gel.org.br/4publica-estudos-2006/revista20062.htm>. Acesso em: 02 de abril de 2007.

COSTA, Ana Lúcia dos Prazeres. **A variação entre as formas de futuro do pretérito e de pretérito imperfeito no português informal no Rio de Janeiro**. Rio

de Janeiro, UFRJ, Faculdade de Letras, 1997. Dissertação de mestrado em Lingüística.

_____. **O futuro do pretérito e suas variantes no português do Rio de Janeiro: Um estudo diacrônico.** Rio de Janeiro, UFRJ, Faculdade de Letras, 2003. Tese de Doutorado em Lingüística.

CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. **Nova gramática do português contemporâneo.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

CUNHA *et al.* Pressupostos Teóricos Fundamentais. In: _____ (orgs). **Lingüística funcional: teoria e prática.** Rio de Janeiro, DP&A, 2003.

DUBOIS, Jean et al. **Dicionário de Lingüística.** São Paulo: Cultrix, 1978.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Dicionário de Língua Portuguesa.** 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

GALVÃO, Vânia Cristina Casseb. **Atuação de mecanismos desencadeadores de processos de gramaticalização.** Belo Horizonte, v. 4, n. 7, p. 44-59, 2000.

GIBBON, Adriana de Oliveira. **A expressão de tempo futuro na língua falada de Florianópolis: gramaticalização e variação.** Dissertação de Mestrado, Florianópolis, UFSC, 2000.

_____. A gramaticalização da forma perifrástica (IR + infinitivo) como codificadora de tempo futuro: o percurso a partir de fatores semânticos/discursivos e sociais. **A estilística e a gramática.** Rio de Janeiro, Cadernos do CNLF, v. IV, n. 7, 2000.

GIVÓN, Talmy. **On understanding grammar.** New York: Academic Press, 1979.

_____. **Functionalism and grammar.** Amerstand/ Philadelphia: John Benjamins, 1995.

GORSKI, Edair Maria *et al.* Fenômenos discursivos: resultados de análises variacionistas como indícios de gramaticalização. In: RONCARATI, Cláudia; ABRAÇADO, Jussara (Org.). **Português Brasileiro: contato lingüístico, heterogeneidade e história.** Rio de Janeiro: 7 Letras, 2003.

GRYNER, Helena. Emergência do futuro perifrástico português carioca: o princípio da marcação. **Veredas Revista de Estudos Lingüísticos,** Juiz de Fora, v. 6, n. 2, p. 149-160, 2002.

HEINE, B. *et al.* From Cognition to Grammar – Evidence from African Languages. In: TRAUGOTT, E. C.; HEINE, B (eds). **Approaches to grammaticalization.** Amsterdã: Benjamins, 1991a.

_____. **Auxiliaries: cognitive forces and gramaticalization.** New York/Oxford: Oxford University Press, 1993.

_____ *et al.* **Grammaticalization**. Chicago University Press, 1993.

HOPPER, Paul. On some principles of grammaticization. In: TRAUOGOTT, Elizabeth Closs; HEINE, Bernad (eds). **Approaches to grammaticalization**. Amsterdã: John Benjamins, 1991, vol. 1.

_____ & TRAUOGOTT, Elizabeth. **Grammaticalization**. Cambridge: Cmabridge University Press, 1993.

HOUAISS, Antônio et al. **Dicionário de Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

KOCH, Ingedore G. Villaça. **Desvendando os segredos do texto**. São Paulo: Cortez, 2005. (2006).

_____. **Ler e compreender os sentidos do texto**. São Paulo: Contexto, 2006.

LABOV, William. **Modelos Sociolingüísticos**. Tradução: José Miguel Marinas Herreras. Madrid: Ediciones Cátedra, 1983. (Primeira versão publicada em 1972)

LAKOFF, George; JOHNSON, Mark. **Metáforas da vida cotidiana**. São Paulo: Educ, 2002.

LEITE, M. Q. Variação lingüística: dialetos, registros e norma lingüística. In: SILVA, L. A. da. (Org.) **A língua que falamos. Português: história, variação e discurso**. São Paulo: Globo, 2005.

LUCCHESI, Dante. **Sistema, mudança e linguagem**. São Paulo: Parábola, 2004.

LYONS, John. **Linguagem e lingüística: uma introdução**. Rio de Janeiro: LTC, 1987.

MARCUSCHI, Luiz Antonio. **Da fala para a escrita: Atividades de retextualização**. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2004.

_____. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: DIONISIO, Ângela Paiva et al (orgs). **Gêneros textuais & ensino**. 4 ed. Rio de Janeiro, Lucerna, 2005.

MARTELOTTA, Mário Eduardo; VOTRE, Sebastião Josué; CEZÁRIO, Maria Moura. O paradigma da gramaticalização. In:_____ (orgs.). **Gramaticalização no português do Brasil: uma abordagem funcional**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro: UFRJ, DLF, 1996.

_____ & AREAS, Eduardo Kenedy. A visão funcionalista da linguagem no século XX. In: _____ (orgs.). **Lingüística funcional: teoria e prática**. Rio de Janeiro: DP& A, 2003.

_____. A mudança lingüística. In: _____ *et al.* (orgs). **Lingüística funcional: teoria e prática**. Rio de Janeiro: DP& A, 2003.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. **O português arcaico: morfologia e sintaxe**. São Paulo: Contexto, 2001.

MATTOSO CÂMARA, Joaquim. **Uma forma verbal portuguesa – estudo estilístico e gramatical**. Tese apresentada no concurso para cadeira de Língua Portuguesa da Faculdade de Filosofia. Rio de Janeiro: Jornal do Comércio & Cia, 1956.

_____. **História e estrutura da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Padrão, 1975.

_____. **Dicionário de Lingüística e Gramática**. 23. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

MIRA MATEUS, Maria Helena *et al.* **Gramática da Língua Portuguesa**. 5 ed. Lisboa: Caminho, 2003. (Primeira versão publicada em 1983)

MOLLICA, Maria Cecília. Fundamentação Teórica: conceituação e delimitação. In: _____; BRAGA, M. L. **Introdução à Sociolingüística: o tratamento da variação**. São Paulo: Contexto, 2004.

_____. **Sobre processos sintáticos que migram da fala para a escrita** (2006). Disponível em: <[http:// www.lingref.com/cpp/hls/8/abstract1263.html](http://www.lingref.com/cpp/hls/8/abstract1263.html) . Acesso em 11 de novembro de 2007.

NARO, Anthony Julius. Modelos Quantitativos e tratamento estatístico. In: MOLLICA, M. C.; BRAGA, M. L. **Introdução à Sociolingüística: o tratamento da variação**. São Paulo: Contexto, 2004.

NEVES, Maria Helena Moura. Gramática funcional e cognitivismo. In: **A gramática funcional**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

_____. Teoria e análise: a teoria lingüística e a prática das investigações gramaticais segundo uma determinada base teórica. In: **A gramática: história, teoria e análise, ensino**. São Paulo: Unesp, 2002.

_____. Uma visão dos principais temas funcionalistas. In: **Texto e Gramática**. São Paulo: Contexto, 2006.

OLIVEIRA, Josane Moreira de. **O futuro da língua portuguesa ontem e hoje: variação e mudança**. Rio de Janeiro, UFRJ, Faculdade de Letras, 2006. Tese de doutorado em Lingüística.

OLIVEIRA, Roberta Pires de. Semântica. In: MUSSALIN, Fernanda; BENTES, Ana, Crhistina (orgs). **Introdução à lingüística 2: domínios e fronteiras**. 4. ed. São Paulo, Cortez, 2004.

OMENA, Nelize Pires de. A referência à primeira pessoa do plural: variação ou mudança. In: PAIVA, Maria da Conceição de; DUARTE, Maria Eugênia Lamoglia. **Mudança lingüística em tempo real**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2003.

PAIVA, Maria da Conceição A; GOMES, Christina Abreu. Sociolingüística: Um paradigma de explicação sobre o uso da língua. In: SILVA, Alacir; LINS, Maria da Penha (org.). **Recortes Lingüísticos**. Vitória: Saberes, 2000.

_____. & DUARTE, Maria Eugênia L. Quarenta anos depois: a herança de um programa na sociolingüística brasileira. In: WEINREICH, U.; LABOV, W.; HERZOG, M. I. **Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança lingüística**. Tradução: Marcos Bagno. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.

PEZATTI, Erotilde Goreti. O funcionalismo em lingüística. In: MUSSALIM, F; BENTES, A. C. **Introdução à lingüística 3: fundamentos epistemológicos**. São Paulo: Cortez, 2004.

PONTES, Eunice. **Verbos auxiliares em português**. Petrópolis: Vozes, 1973.

POSSENTI, Sírio. **Por que (não) ensinar gramática na escola**. 14. ed. São Paulo: Mercado de Letras, 2005.

SAID ALI, M. **Gramática secundária da Língua Portuguesa**. São Paulo: Melhoramentos, 1966.

SANTOS, Josete Rocha dos. **A variação entre as formas de futuro do presente no português formal e informal falado no Rio de Janeiro**. Faculdade de Letras – UFRJ, 2000. Dissertação de mestrado em Lingüística.

_____. **O futuro verbal é um tempo ou um modo?** Disponível em: <http://www.filologia.org.br/vicnlf/anais/caderno_08-11.html>. Acesso em: 22 de maio de 2007.

SCHERRE, Maria Marta Pereira. Pressupostos Teóricos. In: _____ & SILVA, Giselle Machline de Oliveira. **Padrões Sociolingüísticos: análise de fenômenos variáveis do português falado na cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro: Departamento de Lingüística e Filologia, UFRJ, 1996.

_____. **Doa-se lindos filhotes de poodle. Variação lingüística, mídia e preconceito**. São Paulo: Parábola, 2005.

TESCH, Leila Maria. **A variação no âmbito do *irrealis* entre as formas do futuro do pretérito e pretérito imperfeito do indicativo na fala capixaba**. Rio de Janeiro, UFRJ, Faculdade de Letras, 2007. Dissertação de mestrado em Lingüística.

TRAUGOTT, E; DASHER, R. **Regularity in Semantic Change**. Cambridge: University Press, 2005.

TRAVAGLIA, Luiz Carlos. **Gramaticalização de verbos**. 2002. 192f. Tese (Pós-doutorado em Lingüística) – Programa de Pós-graduação em Lingüística, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002.

_____. **Verbos de ligação: itens lexicais ou gramaticais? (2004) Disponível em:** http://www.gel.org.br/4publica-estudos-2004/4publica-estudos2004-pdfs-comunicos/verbos_ligacao. Acesso em 14 de dezembro de 2007.

VILELA, Mário; KOCH, Ingedore Villaça. **Gramática da Língua Portuguesa**. Coimbra: Almedina, 2001.

VOTRE, S. J. Um Paradigma para a Lingüística Funcional. In: MARTELOTTA, M. E. *et al.* **Gramaticalização no Português do Brasil: uma abordagem funcional**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro: UFRJ, DLF, 1996.

YACOVENCO, Lílian Coutinho. O Projeto “O português falado na cidade de Vitória”: coleta de dados. In: _____ & LINS, Maria da Penha (orgs). **Caminhos lingüísticos**. Vitória: NUPLES, 2002.

WEINREICH, Uriel; LABOV, William; HERZOG, Marvin. **Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança lingüística**. Tradução de Marcos Bagno. São Paulo: Parábola, 2006. (Primeira versão publicada em 1968).

Normalização e apresentação de trabalhos científicos e acadêmicos. Universidade Federal do Espírito Santo, Biblioteca Central. Vitória, ES: A Biblioteca, 2006.